

Quem é Robin Goodfellow?

Data	Fevereiro de 2014
Autor	Robin Goodfellow
Versão	1.0

Sumário

SUMARIO.....	2
APRESENTAÇÃO	3
DE COMUNISMO OU CIVILIZAÇÃO A ROBIN GOODFELLOW	5
1. Comunismo ou Civilização	5
2. Os números de Comunismo ou Civilização em português	11
3. Robin Goodfellow.....	17
TESES SOBRE A ESQUERDA COMUNISTA DA ITALIA	23
1. Gênese.....	23
2. Da Fração Comunista Abstencionista ao Partido Comunista da Itália.	27
3. O Partido Comunista da Itália.	34
4. A Esquerda e o Fascismo.	36
5. De 1926 à Segunda Guerra Mundial.....	39
6. A Esquerda Comunista após a Guerra	42
O FIM DE UM CICLO	54
1. Às origens.	54
2. O ciclo de CouC.	54
3. Meio revolucionário e movimento real.	56
4. O futuro do trabalho revolucionário no ciclo da contrarrevolução.....	60

Apresentação

Robin Goodfellow - a “velha toupeira” de Marx - é um pseudônimo coletivo que identifica o grupo de militantes comunistas originalmente reunidos na revista *Communisme ou Civilisation* (CouC - Comunismo ou Civilização), que publicou 37 números em língua francesa. Seu primeiro número apareceu em outubro de 1976 e o último no interior do nº 14 da *Revue Internationale du Mouvement Communiste* (RIMC – Revista Internacional do Movimento Comunista) de abril de 1998, data em que, após um longo processo de reflexão crítica, CouC é extinto dando lugar a outra forma de expressão: Robin Goodfellow. Nossa existência sempre foi internacional e, desde nosso nascimento, estabelecemos a presença no Brasil com a edição da revista *Comunismo ou Civilização*, publicada como revista individualizada em 5 números a partir de 1981 e em 3 números no interior da *Revista Internacional do Movimento Comunista* até 1991.

CouC inscreve-se na linhagem de uma sólida tradição comunista cuja missão é transmitir integralmente o programa comunista às gerações futuras, para preparar o assalto revolucionário da classe proletária na próxima revolução. Para cumprir essa missão, CouC estabeleceu um objetivo bem preciso: fundamentar teoricamente as posições gerais do movimento revolucionário atual em um “retorno a Marx”. Nessa tarefa, a Esquerda Comunista da Itália foi considerada como a corrente que mais fielmente defendeu a continuidade do programa comunista desde a derrota da IIIª Internacional, mas suas posições deveriam ser teoricamente confrontadas sem concessões, em particular aquelas dos grupamentos que reivindicavam sua tradição. Em outras palavras, CouC procurou fundamentar teoricamente no “retorno a Marx” um conjunto de posições políticas que demarcam os limites entre o movimento autenticamente revolucionário e as correntes social-democratas, esquerdistas ou ultra-esquerdistas.

No entanto, mais de vinte anos de trabalho em nossas publicações evidenciaram que quanto mais avançávamos na direção de Marx e Engels, ao ponto mais alto do socialismo científico, tanto mais caducas e equivocadas se mostraram várias posições que CouC havia herdado e queria fundamentar teoricamente. Em outras palavras, o fecundo “retorno a Marx” cumpriu sua finalidade, mas acabou desestabilizando o que pretendia estabelecer. Em vez de reforçar teoricamente várias posições herdadas no seu início - dentre outras, a integração dos sindicatos ao capital, o antiparlamentarismo por princípio, o imperialismo -, como expressões de fenômenos próprios de uma pretensa nova fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista inaugurada na Iª Guerra Mundial, este retorno introduziu uma distância cada vez maior em relação a estas posições.

Assim, durante um longo período desde o final dos anos 1980, período em que o curso do movimento da história real foi marcado por acontecimentos cujas amplitudes foram sentidas pelos sismógrafos do subsolo econômico e social (queda dos regimes estalinistas, reunificação democrática da Alemanha, etc.), e que despedaçaram definitivamente o quadro de referências das previsões revolucionárias da Esquerda Comunista da Itália e da “ultra-esquerda”, foi-se gestando no interior de CouC, e não sem grandes divergências, uma metamorfose que colocava cada vez mais em cheque o projeto inicial de CouC.

Esse processo culmina, em 1998, com a publicação do balanço político dos mais de vinte anos de trabalho em um documento – *O Fim de um Ciclo* – no nº 14 da RIMC, cujo resultado implicou a superação das fundações iniciais de CouC que se encontravam sustentadas em um terreno que se mostrou frágil e não resistiu ao peso da crítica do retorno a Marx e Engels. Nossa conclusão foi de que era necessário extinguir CouC para dar lugar a outra expressão mais coerente com a teoria científica que, a partir de meados dos anos 1840, explicitou a gênese, o desenvolvimento e a morte da sociedade burguesa, o fim das sociedades de classes: a teoria comunista, vilipendiada e desfigurada ao longo da mais longa contrarrevolução da história nas

suas vertentes estalinista, social-democrata, esquerdista e ultra-esquerdista. Essa nova expressão foi Robin Goodfellow.

A presente publicação tem por objetivo apresentar as linhas gerais dessa longa trajetória da qual emerge Robin Goodfellow. A primeira parte - *De Comunismo ou Civilização a Robin Goodfellow* - retoma alguns pontos do balanço político efetuado em 1998, procurando retratar aspectos de nossa evolução e da crítica ao projeto inicial de CouC à medida que apresentamos o conteúdo das publicações em português, para facilitar sua compreensão pelos militantes comunistas de língua portuguesa. Estes últimos podem se referir aos números de CouC em português disponíveis no sítio de Robin Goodfellow (www.robingoodfellow.info).

A segunda parte – *Teses sobre a Esquerda Comunista da Itália* - reproduz, após a revisão de falhas tipográficas, gramaticais e de omissão, as teses que publicamos no número 2 de CouC em francês (1977) sobre a Esquerda Comunista da Itália. Essas teses foram também publicadas no número 1 de CouC em português (1981), em uma tradução remanejada para se ajustar ao plano de exposição deste número. O objetivo de reproduzi-las aqui é o de fornecer elementos para um estudo dessa corrente muito pouco conhecida pela esquerda brasileira e latino-americana, para compreender sua trajetória histórica desde seu nascimento até sua morte. Como mostram as teses, essa corrente verdadeiramente internacionalista soube defender desde o início, e ao longo de boa parte do período contrarrevolucionário que se seguiu à derrota das grandes lutas proletárias dos anos 1920, a unidade, a atualidade do programa proletário e da obra de Marx e Engels, diante da falsificação realizada pelos estalinistas e esquerdistas de todos os matizes. Mas ela acabou soçobrando ao peso dessa contrarrevolução que ainda perdura e abandonando o ponto de vista classista do programa comunista.

A meta que CouC fixou para si, o retorno à Marx e Engels e às autênticas posições do programa comunista, implicou desde o início a superação da Esquerda Comunista da Itália. As teses expressam, portanto, o resultado do balanço dessa corrente feito por nós na origem de CouC. Apesar de termos feito progressos importantes nessa superação, o processo de mutação de CouC acabou mostrando que naquele balanço não havíamos conseguido verdadeiramente efetuar uma crítica completa da Esquerda. Mais ainda, boa parte das críticas estava marcada por posições (por exemplo, a integração dos sindicatos) que, como foi dito, o projeto de CouC deveria fundamentar teoricamente, mas que se mostraram totalmente caducas. Mesmo assim, resolvemos republicar o texto original das teses com as correções mencionadas. No entanto, acrescentamos uma nota no início do texto que assinala os principais conceitos que estão em claro desacordo com as menções críticas a CouC assinaladas na primeira parte, para evitarmos um grande número de observações ao longo do texto.

Por fim, a terceira parte - *O Fim de um Ciclo* – reproduz o anteriormente citado balanço político que anunciou Robin Goodfellow. Além de ter sido publicado no último número de CouC, ele foi divulgado em língua portuguesa como texto à parte no sítio Internet de Robin Goodfellow.

Robin Goodfellow, fevereiro de 2014

www.robingoodfellow.info

1. Comunismo ou Civilização

A revista Comunismo ou Civilização (CouC) inscreve-se na rígida linha da tradição comunista internacional, presente na história desde 1848 (publicação do “Manifesto do Partido Comunista”) e nas lutas do proletariado mundial para a elaboração e defesa do seu programa comunista, que se ergue como totalidade orgânica naquela data. CouC é produto do movimento real das lutas das classes que, aos primeiros sintomas do próximo retorno do proletariado ao primeiro plano destas lutas, reemergindo deste último e terrível período de contrarrevolução que já dura quase 90 anos, colocará a necessidade fundamental de o proletariado reapropriar a totalidade de seu programa, desfigurado e vilipendiado ao longo deste período contrarrevolucionário.

A reapropriação do programa da classe não decorre da vontade de um punhado de revolucionários abnegados, mas de uma exigência histórica de toda classe social engajada num implacável combate que culmina no enfrentamento armado e a derrota das classes inimigas – no caso do proletariado, para a abolição de todas as classes, inclusive de si mesmo. Assim como um exército não parte para a guerra com armas reformadas e improvisadas, do mesmo modo o proletariado necessitará no próximo enfrentamento com seu inimigo de sempre, o capital e as classes que o representam, da totalidade de seu programa revolucionário, firmemente restaurado, livre das falsificações e dos modernismos que o deformaram e continuam a deformá-lo neste longo período de contrarrevolução. Esta restauração constitui o objetivo do “retorno à Marx e Engels” fixado por CouC.

A teses do primeiro número de CouC não surgiram, portanto, fora do movimento real, ou ainda como novidades teóricas elaboradas a partir das elucubrações de um grupo de intelectuais, mas como produto da luta da classe proletária que necessita da reapropriação de seu programa. A linha da tradição comunista revolucionária herdada por CouC começa com o “Manifesto do Partido Comunista”, é defendida por Marx e Engels na Primeira Internacional contra os anarquistas e as tendências pequeno-burguesas no interior do proletariado; é confirmada praticamente pelas explosões revolucionárias de 1848 na Europa e da Comuna de Paris em 1871; é defendida por Engels contra o revisionismo no interior da II Internacional, depois pelas esquerdas socialistas e os bolcheviques; é de novo verificada integralmente e é vitoriosa na explosão da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia; é defendida durante a vaga revolucionária de 1917-1928 na Europa pelas correntes de esquerda no interior da Internacional Comunista, ligadas aos potentes movimentos operários da Alemanha (1919), da Itália (1917-1921), da Hungria (1919), etc.; e é defendida essencialmente pela Esquerda Comunista da Itália frente a uma oposição total, após a derrota da revolução em escala mundial e a degenerescência definitiva da Internacional Comunista em 1928 com a vitória da teoria do “socialismo num só país”.

A corrente formada pela Esquerda Comunista da Itália possui suas raízes na Esquerda do Partido Socialista Italiano do começo do século (em 1912, com a fundação do Círculo Karl Marx). Durante toda sua luta, defendeu intransigentemente os princípios comunistas contra o eleitoralismo, o reformismo, o democratismo e a corrupção do partido. Fundou em 1921 o Partido Comunista da Itália em Livorno, dirigindo-o até 1924, ano em que foi vitoriosa a corrente centrista de Gramsci.¹

Após a derrota, ao contrário de Trotsky e do voluntarismo de sua “quarta internacional”, a Esquerda Comunista da Itália reconheceu que era preciso recuar e não procurar reverter o curso

¹ Como dito na apresentação, a segunda parte do presente texto apresenta um breve histórico da Esquerda Comunista da Itália na forma de teses de trabalho.

dos acontecimentos na vitória da contrarrevolução, assegurada em todos os planos com o triunfo da tese do “socialismo num só país”, mas fixou como tarefa traçar um rigoroso balanço da vaga revolucionária derrotada. Sem ceder ao derrotismo e ao desencorajamento, mostrou que, se política e socialmente o proletariado fora vencido – com o pleno desenvolvimento do curso capitalista na Rússia na ausência da revolução mundial-, a teoria revolucionária tinha mais uma vez triunfado.

Dos anos 1930 até 1966, apenas um pequeno grupo de comunistas (principalmente na Itália, Bélgica e França), fiéis aos princípios comunistas, soube defender e restaurar parcialmente os fundamentos do programa comunista. Nesse período essa corrente, entre outras coisas, caracterizou a natureza capitalista de países como a URSS, China, Cuba, etc., enquanto as correntes estalinistas e esquerdistas continuavam, cada uma a seu modo, a defender a natureza “socialista” desses países. Ela negou que o proletariado devia engrossar a frente democrática frente ao fascismo, que não é mais do que outra forma do poder do capital. Caracterizou a segunda guerra mundial como guerra imperialista clássica e não como cruzada da liberdade contra a tirania, designando os blocos de resistência (Itália, França) e de união nacional como órgãos de colaboração de classes. Defendeu, em pleno período de “prosperidade” capitalista, de “milagres” nacionais e de orgia desenvolvimentista, a tese comunista do curso catastrófico da sociedade burguesa, afirmando que a era das crises, das guerras e das revoluções não tinha absolutamente terminado e que o mundo burguês conheceria novamente crises de amplitudes gigantescas, que recolocariam em xeque os próprios fundamentos da ordem social capitalista.

Enfim, essa corrente soube defender a unidade e a atualidade do programa proletário e da obra de Marx, completamente falsificados pelos estalinistas e esquerdistas. Mas acabou soçobrando ao peso da contrarrevolução e abandonando o ponto de vista classista do programa comunista. Era, portanto, necessário superar a Esquerda Comunista da Itália na direção à Marx e Engels, tarefa que está na origem a CouC.

Em suma, CouC encontra-se diretamente no “fio vermelho” que une organicamente as lutas do proletariado revolucionário de ontem e de hoje ao amanhã da emancipação da verdadeira comunidade humana, ao comunismo. Essa totalidade orgânica está sintetizada no programa do Partido Comunista, que não é uma lista de posições imediatas, mas a expressão unitária da compreensão do proletariado de sua situação no âmago do modo de produção capitalista, de seu movimento revolucionário para destruí-lo e da sociedade futura que irromperá deste processo, a sociedade comunista. O programa então compreende todos os aspectos da teoria comunista: teóricos, políticos, sociais e militares.

A luta do proletariado para se organizar em partido é, portanto, uma luta para a reapropriação do programa comunista, o qual fornece a base da ação comum. O partido comunista emerge como organização formal e concreta da classe proletária, quando se realiza a unidade da consciência do que o proletariado realmente é e o que será historicamente obrigado a fazer, isto é, o assalto revolucionário para a destruição completa do capital e de seus estados nacionais. Como a história das lutas da classe proletária é uma história de revoluções e de contrarrevoluções, o partido da classe proletária como organização formal – o *partido comunista formal* - não pode ser permanente, pois ele só reemerge nos períodos revolucionários.

Nos períodos de contrarrevolução sua organização formal deve desaparecer como na dissolução da Liga dos Comunistas após 1852² ou da Associação Internacional dos Trabalhadores

² Na sua carta a Ferdinand Freiligrath de 29/02/1860, Marx esclarece o ciclo da vida do partido:

“Inicialmente, devo te advertir que, desde que a Liga (a Liga dos Comunistas, NDR) foi dissolvida *sob minha solicitação* em novembro de 1852, eu *já* pertenci, nem pertenco mais, a qualquer sociedade *secreta ou pública*; e, conseqüentemente, que o *partido*, no seu sentido especificamente efêmero do termo, deixou de existir para mim há oito anos.

(...) Portanto, de um “*partido*”, no sentido que você entende na sua carta, eu nada sei desde 1852. (...) A Liga, assim como a *Société des Saisons* de Paris (sociedade secreta dirigida, entre 1837 e 1839, por Blanqui e Barbès, NDR), como cem outras sociedades, não foi senão um episódio da história do partido que nasce espontaneamente (*naturwüchsig*) do solo da sociedade moderna.”

após 1872³. Para garantir a continuidade histórica do programa comunista nesses períodos de contrarrevolução, é necessário que haja sempre agrupamentos de militantes comunistas que defendam intransigentemente este programa. Militantes que, diante da vitória da contrarrevolução, souberam recuar em boa ordem sem cair no voluntarismo. Esses agrupamentos de militantes que não se resignaram à derrota, trabalhando no reforço da teoria comunista, no balanço das experiências históricas e na previsão do curso revolucionário futuro, constituem a dimensão histórica do partido comunista – o *partido comunista histórico*. Eles garantem a expressão do programa comunista, preparando a emergência do partido comunista formal na retomada revolucionária.

Tais agrupamentos, portanto, constituem os momentos (concretos) do partido histórico, na medida em que se inserem na continuidade do programa comunista e na medida em que são mais ou menos adequados a este programa, mais ou menos próximos do comunismo. Por comodidade, pois não se trata de um conceito científico, designamos tais agrupamentos como constituintes de um “meio revolucionário”, que expressa de maneira mais ou menos adequada – na sua maioria de modo muito pouco adequado devido ao peso dessa longa contrarrevolução – o ser do partido histórico. Evidentemente, tais agrupamentos são necessários, pois caso contrário não é possível manter, defender e transmitir concretamente o programa comunista revolucionário às gerações proletárias, pois o programa não é uma abstração intelectual representada em textos que repousam nas prateleiras dos marxistas de gabinete e nas bibliotecas de humanistas filantropos.

Em suma, esses agrupamentos se situam na continuidade da história única do partido comunista – o “fio vermelho” da tradição comunista acima referida – em que não há dois partidos separados, um formal e outro histórico, cada qual com sua própria história. Há um partido histórico que tende a se constituir como organização formal nos períodos de revolução – mas não necessariamente se formaliza como mostra a história – e que, nos períodos de contrarrevolução, graças à sua expressão circunscrita a agrupamentos de comunistas, mantém tenazmente a luta para assegurar a continuidade e a defesa do programa comunista. Esse movimento dialético da expressão do programa comunista como partido histórico e como partido formal na história das lutas das classes, explica como o proletariado pode emergir efetivamente como classe nos momentos revolucionários. Nestes momentos, ele pode apropriar-se de seu programa integral, que foi mantido e defendido pelo partido comunista histórico nos períodos de contrarrevolução, e constituir-se como partido comunista formal, ou simplesmente

Aqui, já estão incluídas as duas noções essenciais de partido formal e partido histórico. Este “partido que nasce espontaneamente do solo da sociedade moderna” é o *partido comunista histórico*. A palavra alemã *naturwüchsig* indica a ideia de um crescimento necessário, como o de uma planta em solo fértil. A espontaneidade indica aqui que as condições históricas e sociais estão doravante reunidas para que surjam o programa e o partido comunistas. As passagens “o partido, no seu sentido especificamente efêmero do termo, deixou de existir para mim há oito anos” e a “Liga (...) como cem outras sociedades, não foi senão um episódio”, dizem respeito ao *partido comunista formal*. O partido formal é representado sucessivamente por organizações que são episódios na história do partido histórico. Donde: a história do partido comunista é a história de suas formas, não somente quando o partido histórico está formalizado como partido formal, mas ainda quando o partido histórico se exprime no contexto de um período desfavorável em que a existência do partido formal não é possível.

³ No Congresso de Genebra de 1873 o movimento proletário que deu origem à AIT, após a derrota da Comuna de Paris, encontrava-se em pleno descenso. Nessas condições, esse congresso estando nas mãos dos genebreses tendia a fazer triunfar a influência dos anarquistas. Marx (cf. sua carta a F. A. Sorge de 27/09/1873) estimou então que o congresso se resumiria a um simples assunto local genebrês, não podendo mais ser no momento uma expressão formal internacional do movimento, o partido comunista formal. Era imprescindível “passar para a retaguarda a organização formal da Internacional”. Assim, o Conselho Geral da AIT foi deslocado para Nova York, para que não caísse nas mãos dos inimigos da classe. Pouco tempo depois a AIT foi declarada extinta pelo Conselho Geral. Na sua carta a A. Bebel de 20/06/1873, Engels deixa clara a tática de que na derrota do movimento revolucionário deve-se extinguir a expressão formal do partido para que se promova conscientemente um recuo em boa ordem.

“Tomem, por exemplo, a Internacional. Após a Comuna ela conheceu um imenso sucesso. Os burgueses, aterrorizados, acreditavam-na toda poderosa. A grande massa de seus membros acreditava que ela duraria para sempre. Nós sabíamos muito bem que o balão iria necessariamente furar. Toda a ralé do mundo se aproximava de nós. Os sectários, que dela faziam parte, proliferavam e abusavam da Internacional na esperança de que se lhes deixassem fazer as piores besteiras e cometer todas as baixezas. Mas nós não toleramos isso. Sabendo muito bem que o balão acabaria furando, não se tratava, para nós, de retardar a catástrofe, mas de velar para que Internacional saísse daí pura e não desnaturada.”

Se não é possível liquidar, pura e simplesmente, o partido (o que equivaleria a dizer que sua existência ou sua inexistência é um fato de vontade), é necessário reconhecer a necessidade de sua extinção formal quando a própria situação material assim exige, e, sobretudo, impedir que seus restos caiam nas mãos do inimigo de classe, que poderia servir-se deles para mistificar o proletariado. Ao contrário da Liga dos Comunistas e da AIT, foi isso que ocorreu em 1914 com a Segunda Internacional e, depois de 1928, com a Internacional Comunista e todas as suas seções locais.

como partido comunista. Classe, programa e partido são, portanto, conceitos dialeticamente unidos.

Como momento do partido histórico, Comunismo ou Civilização, fora de qualquer inovação ou criação intelectual de enriquecimento, de “superação” de um Marx e Engels supostamente ultrapassados, opunha o rigor teórico e a defesa intransigente e rigorosa do programa comunista a três tipos de adversários, já claramente identificados e combatidos no passado:

- Os inimigos declarados: burgueses, partidários e defensores do modo de produção capitalista.
- Os falsificadores estalinistas e esquerdistas (trotskistas, leninistas), que dizem fundar suas ações na teoria comunista, mas que na verdade desenvolvem uma política reformista contrarrevolucionária.
- Os pretensos discípulos da teoria revolucionária – os que ainda reivindicam a herança da esquerda da IIIª Internacional, como por exemplo os luxemburguistas -, que, entretanto, acham que para conquistar o proletariado dos dias de hoje, que Marx e Engels não teriam conhecido nem previsto, é necessário retificar algumas “partes defeituosas e ultrapassadas” da nossa teoria, de modo a explicar “fatos novos” que ela não teria previsto.

Para estes últimos, afirmamos o caráter de totalidade e de unidade indissolúvel do programa comunista. Não se pode colocar em questão uma parte sem atingir profundamente a totalidade. Mas isso não significa, em absoluto, que a indissolubilidade unitária da teoria comunista constitua um corpo estático, inerte, cuja invariância no espaço e no tempo se traduz em uma repetição dogmática e interminável de fórmulas estereotipadas que não analisam cientificamente os fenômenos históricos das lutas das classes.

De fato, CouC tinha como distintivo na sua página frontal: “Comunismo ou Civilização, pela invariância da teoria do proletariado”. Mas, para a revista, a referência à invariância⁴ da teoria tinha apenas um papel político, o mesmo que Amadeo Bordiga empregava para bloquear toda tentativa de “enriquecimento” da teoria comunista que ou é totalmente aceita ou é totalmente rejeitada, e cujo confronto com a realidade histórica visa confirmá-la e não invalidá-la. Para CouC, o peso de uma contrarrevolução de imensa duração sobre as forças do campo revolucionário impediu as correntes, do que acima denominamos de “meio revolucionário”, de conduzir um trabalho teórico sério sobre questões centrais que interessam ao proletariado, como a crise do capital, o balanço teórico da contrarrevolução, etc.

Assim, o sentido político da invariância da teoria comunista que figurava como distintivo da revista impedia-nos, ao mesmo tempo em que fixávamos a prioridade absoluta ao trabalho teórico abandonado pelo campo revolucionário, que nos deixássemos levar pelos fenômenos contingenciais da atualidade e, sobretudo, pela ideia de que os “fatos novos” e suas interpretações feitas por teóricos travestidos de demiurgos do “proletariado dos novos tempos” respondem às questões levantadas pela contrarrevolução e a evolução do modo de produção capitalista.

O marxismo é uma ciência⁵ e, como tal, avança no aprofundamento de seus conceitos no interior de um quadro teórico que se caracteriza pela consistência e completeza, conferindo-lhe

⁴ Nosso texto *La nature du marxisme (A natureza do marxismo)*, publicado em dezembro de 2012, cuja tradução para o português está prevista para este ano de 2014, desenvolve a crítica à noção de invariância do marxismo elaborada por Bordiga no quadro da defesa da natureza científica da teoria marxista. Em resumo, essa noção visava isolar o “partido” – a teoria do “cordão sanitário” - das influências nefastas da ideologia burguesa, mas contribuiu para fossilizar o trabalho teórico.

⁵ O qualificativo de científico para caracterizar a teoria marxista, ou o socialismo, não faz parte de uma fraseologia idealista ou oportunista. Trata-se efetivamente de uma teoria, que como toda teoria científica visa descobrir a essência das coisas e, a partir daí, elabora suas leis de funcionamento, suas evoluções e perturbações inscrevendo-as na história, e, portanto, fazendo progredir o conhecimento humano ao amar

um caráter de totalidade, um caráter unitário e integral. Como toda ciência, ele progride por aproximações na direção de seu objeto de investigação, descobrindo a essência dos fenômenos históricos e fornecendo uma explicação da realidade. Como toda ciência, ele deve ser validado com respeito à realidade que explica, e esta validação é demonstrada na luta das classes, na comprovação da previsão do desenvolvimento dos fenômenos históricos. Como toda ciência, ele dará lugar a uma expressão mais desenvolvida quando as condições materiais que o sustentam deixarem de existir. Mas, tal momento só acontecerá com a revolução comunista, que liberará definitivamente as condições de produção e de reprodução do conhecimento humano das amarras das sociedades de classes. Até lá, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, o marxismo é único quadro científico que explica a teoria da exploração do proletariado, como base científica da revolução comunista. Até lá, toda a crítica ao marxismo, vinda do interior da sociedade burguesa através dos três tipos de inimigos acima identificados, significa unicamente um ataque mortal contra ele e, por isso, deve ser implacavelmente combatida.

Portanto, a unidade da teoria comunista, sempre ameaçada por esses inimigos, requer para sua defesa intransigente um esforço teórico hercúleo para se manter viva e capaz de integrar à sua totalidade os acontecimentos e os fenômenos produzidos na realidade das lutas das classes. Esse é o significado essencial do trabalho de restauração da teoria, do retorno a Marx e Engels.

Desde 1848 já estão claramente descritos na teoria comunista:

- As características da sociedade futura: o comunismo, isto é, a abolição das classes e da divisão do trabalho, o desaparecimento do Estado e das formas de mercado, a abolição do salário e da propriedade privada;
- O curso integral e catastrófico do modo de produção capitalista, através de suas crises cíclicas de superprodução, verdadeiras catástrofes sociais, que colocam a espécie humana encarnada no proletariado diante da alternativa: Comunismo ou Civilização;
- Os meios para que o proletariado instaure a sociedade futura: sua constituição em classe e, portanto, em partido político distinto de todos os demais partidos, o Partido Comunista como organização formal, como partido formal; a tomada do poder político; a instauração da ditadura do proletariado em todos os países; a utilização do terror revolucionário para “sufocar as classes dominantes” (Lênin).

A partir de então, ou os acontecimentos confirmam e confirmarão integralmente a teoria – do que não temos nenhuma dúvida – ou se poderia demonstrar que os acontecimentos históricos não foram previstos por ela e, então seria possível declará-la caduca na sua totalidade. Qualquer expediente utilizado para remendar a teoria seria então uma vã ilusão. Por conseguinte, solidamente engajados nas fileiras proletárias, defendemos na revista CouC, para além das gerações sucessivas, o programa comunista, fazendo da indissolúvel unidade histórica do comunismo nossa palavra de ordem.

Revista teórica, Comunismo ou Civilização como momento do partido histórico, devia ser considerada na perspectiva da próxima formalização do partido comunista (partido formal). O que significa dizer que todos os esforços dos militantes reunidos na revista foram concentrados na obra de restauração programática, condição necessária para esta re-formalização. Por

teoricamente o proletário para permitir a sua emancipação e, conseqüentemente, a da espécie humana. Engels disse que o socialismo deve ser praticado e estudado como uma ciência.

“Por um lado, devido à sua posição vantajosa e, por outro, como conseqüência das particularidades insulares do movimento inglês e da violenta repressão do movimento francês, no momento atual os operários alemães estão posicionados na vanguarda da luta proletária. Não se pode prever por quanto tempo os acontecimentos lhes deixarão esse posto honorífico. Mas devemos esperar que, enquanto eles aí permanecerem, eles cumprirão o seu dever como deve ser. Para tanto, eles deverão redobrar seus esforços em todos os domínios da luta e da agitação. Será, em particular, dever dos chefes esclarecer cada vez mais todas as questões teóricas, liberar-se cada vez mais da influência da fraseologia recebida que pertence à concepção do mundo do passado e de nunca esquecer que *o socialismo, depois que se tornou uma ciência, deve ser praticado como uma ciência, ou seja, deve ser estudado* (grifo nosso, NDR).” (Engels, Adendo de 1874 ao prefácio da Guerra dos Camponeses na Alemanha, 1850).

consequente, isso significa dizer que CouC jamais se considerou como o partido comunista – ou pior, como um outro partido comunista - no sentido formal do termo, nem mesmo como seu núcleo, pois tal re-formalização só poderá realizar-se com a retomada do movimento revolucionário do proletariado. Desejar criar um partido fora do ressurgimento deste movimento é soçobrar no ativismo e no sectarismo, como a história mostrou e mostra. O termo “civilização” do título não entra no quadro dos conceitos da dialética materialista, a qual só conhece diferentes modos de produção. Ele foi utilizado como sinônimo do modo de produção capitalista. Concentração dos meios de produção, desenvolvimento das forças produtivas, extensão das relações sociais capitalistas a todos os membros da sociedade, alienação do trabalho produtivo, eis aí o resumo do que Marx chama a ação civilizadora do capital.

Mas, dialeticamente, realizando seu desenvolvimento, o capital atinge também o umbral de sua negação. Para além da ação civilizadora do capital aparece a ação emancipadora do proletariado, para além da civilização irrompe a verdadeira comunidade humana, o comunismo. A marcha da civilização é o desenvolvimento inelutável da fome e da miséria para a humanidade. A história não deixa, de fato, alternativa à humanidade: ou sua destruição nas crises e nos massacres, cada vez mais violentos, criados pelo próprio movimento do capital ou a morte deste último pelo seu carrasco: o proletariado. Consequentemente, o comunismo não é uma sociedade que se constrói – como prega a nefasta fórmula ideológica estalinista da “construção do socialismo” em um país -, mas a sociedade que a revolução proletária liberará das entranhas do modo de produção capitalista, destruindo a civilização capitalista.

O curso histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista demonstra a validade das posições comunistas sobre as crises deste modo de produção: o capital conhece uma intensificação de suas contradições que conduzem a crises cíclicas cada vez mais vastas e mais catastróficas, cujas consequências serão cada vez mais horrendas para o proletariado e a espécie humana, a menos que o proletariado se erga para opor sua solução revolucionária. Mas não se pode separar o curso que segue na direção da revolução, do curso que segue em direção à guerra. Frente à intensificação das crises cíclicas do modo de produção capitalista, coloca-se uma alternativa histórica cujos dois termos encarnam cada um dos dois grandes campos opostos na guerra de classes. Do lado do capital, coloca-se a solução na guerra imperialista mundial; do lado do proletariado, a solução reside na revolução comunista internacional, a insurreição de todas suas forças vitais para acabar de vez com o massacre operado pelo capital, seja na guerra ou na “paz”. Novamente o dilema diante do qual se encontrará colocada a humanidade é: ou continuação da CIVILIZAÇÃO capitalista, com seus banhos de sangue e ossuários, ou vitória do COMUNISMO, da sociedade sem classes.

Somente o retorno à gigantesca obra de Marx e Engels nos possibilitou tirar as lições dos erros de previsão do curso revolucionário e das ambiguidades em torno da unidade dialética partido histórico-partido formal (manutenção de um partido formal quando a contrarrevolução já imperava em todas as frentes), questões nas quais se manifestou o esgotamento e a falência da esquerda italiana. No campo da chamada ultra-esquerda, o modernismo de uns e o conservadorismo de outros caracterizam presentemente os diversos grupos e núcleos que vivem daquele passado mitificado, principalmente em meio a ações polêmicas obscenas com grupos abertamente contrarrevolucionários como os trotskistas, os luxemburgistas, os leninistas e outros. A afirmação do retorno a Marx e Engels é a única condição para compreender e tirar lições da inserção da Esquerda Comunista da Itália como momento da totalidade do movimento comunista e de sua derrocada sob o peso da contrarrevolução que perdura até os dias de hoje. Somente dessa maneira é que se pode permanecer ligado com o futuro e não ser englobado e enterrado pelo passado.

2. Os números de Comunismo ou Civilização em português

O número 1 da revista CouC em português foi publicado em 1981. Na apresentação do número afirma-se sua filiação como herdeira da sólida tradição comunista e o objetivo do retorno a Marx e Engels, acima descritos. Ao mesmo tempo, critica duramente um espectro de expressões do movimento revolucionário do campo da chamada ultra-esquerda.⁶ Esclarece-se também que CouC procura fundamentar teoricamente um conjunto de posições políticas que demarcam o movimento autenticamente revolucionário das correntes social-democratas ou esquerdistas abertamente contrarrevolucionárias, como estalinistas, trotskistas, leninistas e luxemburguistas de vários matizes.

O primeiro número não é uma tradução do nº 1 de CouC em francês. Ele foi concebido para expressar a citada demarcação política especialmente no Brasil, em Portugal e no restante da América Latina, devido ao pouco conhecimento das correntes de esquerda no interior da Internacional Comunista e, sobretudo, da Esquerda Comunista da Itália. Fornecia também um quadro de referência das posições fundamentais da teoria comunista como única teoria que permite a emancipação da espécie humana. O texto foi elaborado como uma articulação de passagens de números já publicados de CouC em francês, beneficiando-se da maior maturidade teórica do grupo de militantes adquirida no seu caminho de ida até Marx e Engels através da edição, até à época, de 10 números da revista em francês. O sumário do número 1, com 126 páginas, é:

Apresentação

I – Teses Fundamentais da teoria comunista, base viva da emancipação da espécie humana

1. Espécie humana e comunidade
2. Emergência do proletariado e do seu programa como solução histórica
3. Programa, classes e partido

II – Breves notas sobre a história do movimento comunista

1. O movimento comunista na área europeia: das origens à fundação da Iª Internacional
2. A Iª Internacional
3. O programa comunista frente ao assalto da dúvida revisionista
4. A vaga revolucionária de 1917-1928
5. A esquerda comunista da Itália na vaga revolucionária de 1917-1928
6. A esquerda comunista da Itália na contrarrevolução em escala mundial: os anos que se seguiram a 1928

O número 2, publicado em 1982, é a tradução, com algumas adaptações, do nº 11 de CouC em francês (outubro de 1981). Na sua apresentação, retoma tanto o significado de Invariance⁷ nº 6 (antiga série – 1969) na origem e no plano de trabalho de CouC, como aponta a sua necessária superação no retorno a Marx e Engels. Mostra também a falha de CouC ao não conseguir publicar de uma só vez no seu nº 11 (em francês), como anunciado, o corpo de teses de Invariance nº 6 ampliado, completado, atualizado e remanejado, comunicando a escolha política de continuar publicando parte das teses nas séries da revista sobre a Questão Agrária, a Teoria das Crises, etc.

⁶ Tais como, dentre outros, a CCI – Corrente Comunista Internacional, o PCI – Programa Comunista, a PI – Perspectiva Internacionalista, o BIPR – Birô Internacional para o Partido Revolucionário e o CWO – Communist Workers Organisation (Organização de Trabalhadores Comunistas), estes dois últimos hoje reunidos na TCI - Tendence Communiste Internationaliste (Tendência Comunista Internacionalista).

⁷ Como veremos na segunda parte dedicada à Esquerda Comunista da Itália, dos grupamentos originados da cisão de 1966 no seio desta corrente somente a revista Invariance – mas apenas a sua primeira série e em seus números 1 a 7 (1969) -, esforçou-se para continuar na linha do reforço da teoria comunista, mas acabou soçobrando sob o peso da contrarrevolução degenerando-se em um ultra-esquerdismo que deifica o movimento e abandona a teoria.

Este nº 2 em português contém dois textos. O primeiro é uma tradução integral do texto editado no nº 11 em francês, que demonstra a dialética materialista dos conceitos de partido histórico e de partido formal (brevemente resumida mais acima), elaborando o primeiro ponto do corpo de teses ampliado de *Invariance* nº 6 – Programa, Classe e Partido⁸. O segundo, não editado no nº 11 em francês, é a tradução do texto *Origem e Função da Forma Partido*, publicado originalmente em italiano no jornal *Programma Comunista* nº 13 (1961) e em *Invariance* nº 1 (antiga série). Um aspecto destacado é a razão da data anunciada para a publicação das teses de trabalho - 1981 -, ano que, conforme previsto no nº 2 de *CouC* em francês (Maio de 1977)⁹, deveria conhecer o ponto mais baixo da próxima crise do modo de produção capitalista, o que de fato ocorreu, comprovando a teoria comunista do encurtamento da natureza cíclica das crises do capital. A argumentação original que sustenta essa previsão é retomada, numa redação remanejada, no item 6.10 do nº 1 de *CouC* em português (p. 115-117). O sumário do número 2, com 106 páginas, é:

Introdução

1. Partido histórico e partido formal
2. Partido e surgimento do programa comunista
3. Partido formal, partido histórico
4. Função, tarefas e características do partido comunista
5. Origem e função da forma partido

Aqui devemos ressaltar um ponto presente nesses dois números que acabou sendo revisto e elaborado mais tarde em nossa evolução: o conceito de “crise catastrófica”, herdado da esquerda revolucionária em geral. Nos primeiros números de *CouC*, tanto em língua francesa como portuguesa, há várias passagens mencionando a espera “DA (grande) crise catastrófica”. Durante o percurso do retorno a Marx e Engels, à medida que avançavam os trabalhos da série sobre a crise do modo de produção capitalista (MPC), demonstramos que essa concepção é errada. O MPC se desenvolve contraditoriamente em um movimento cíclico – o que sempre havíamos evidenciado - pontuado pelo retorno em intervalos regulares de verdadeiras catástrofes sociais cujos efeitos agravam-se ao longo dos ciclos. Portanto, falar “DA crise catastrófica” é escamotear a teoria científica de Marx e Engels sobre a natureza do capital e de suas crises cíclicas, levando-as a serem taxadas de simples “crises parciais” enquanto não ocorre “A crise catastrófica”. Em suma, o MPC se desenvolve contraditoriamente em ciclos cuja periodicidade é marcada por crises catastróficas.¹⁰

Mesmo com essa concepção errônea, que apesar disso reafirma a natureza catastrófica do MPC, *CouC* logo no seu nº 1 avançou elementos iniciais de crítica à Esquerda Comunista da Itália quanto à previsão das crises do capital e, portanto, à previsão do curso revolucionário. Como resumido na segunda parte, especialmente na tese 6.8, a realidade acabou desmentindo as

⁸ O plano de publicação do corpo ampliado de teses de *Invariance* nº 6 previa os seguintes pontos: 1) Programa, Classe e Partido; 2) Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana, das origens aos dias de hoje; 3) A questão russa e a teoria do proletariado; 4) O movimento proletário em outras áreas, as revoluções anticoloniais; 5) O desenvolvimento do modo de produção capitalista; 6) Estado e mistificação democrática; 7) Defesa e restauração do programa comunista; 8) A revolução comunista; 9) A sociedade comunista.

⁹ Na página 25 lê-se: “Ora, COMO MARX HAVIA PREVISTO, os ciclos prosseguiram encurtando-se, assim depois da segunda guerra mundial os pontos mais baixos dos ciclos reencontram-se todos os 6 anos e prosseguirão agravando-se (1951, 1957, 1963, 1969, 1975, 1981(?))”.

¹⁰ Os trabalhos realizados sobre a crise permitiram tomar consciência da força da teoria de Marx e de suas profundas diferenças com um “marxismo” que cada vez mais se atola na economia política vulgar e retira da teoria marxista não só seu caráter científico como sua dimensão revolucionária. A partir de um estudo detalhado dos textos de Marx, demonstramos que não apenas as crises, como vastas catástrofes sociais, não haviam desaparecido, como passaram a se manifestar de maneira regular após a 2ª guerra mundial em ciclos que tendem a ter aproximadamente 6 anos, confirmando o encurtamento de sua duração ao longo da história do MPC, que era de aproximadamente 10 anos na época de Marx.

“Até aqui a duração periódica desses ciclos é de 10 ou 11 anos, mas não há nenhuma razão para considerar este número como constante. Ao contrário, deve-se inferir das leis da produção capitalista, tais como as que estamos desenvolvendo, que ele é variável e que o período dos ciclos se encurtará gradualmente.” (Marx, *O Capital*, I, 7, XXV).

Os trabalhos sobre a crise, na realidade incompletos, foram publicados nos números 8, 12, 14, 17 e 22 de *CouC* em francês e nos números 1, 4, 7, 10 e 14 da *RIMC* também em francês. Não houve publicação deles nos números de *CouC* e da *RIMC* em português. Em 2009 publicamos no site de RG, e também no formato de livro, todo esse trabalho em um único volume, em língua francesa: *A teoria da crise catastrófica do modo de produção capitalista, base vital da previsão revolucionária do comunismo*. Publicamos também sobre esse tema (em francês): *Crise do capital, crise da empresa* (2013) e *Aos fundamentos das crises – O marxismo de gabinete e as crises* (2013).

previsões da Esquerda que previa uma grave crise dentre duas guerras para 1965, a qual deveria se colidir com a “próxima grande crise geral do sistema capitalista” – “A” crise catastrófica – em 1975, que colocaria a alternativa: revolução comunista ou guerra mundial. Este erro e as já citadas ambiguidades em torno da unidade dialética partido histórico-partido formal deixavam clara a falência da Esquerda e colocavam a necessidade de uma ruptura com ela. Ora, toda teoria científica deve prever o comportamento dos fenômenos estudados, cuja validade deve ser comprovada no confronto com a realidade. Assim, era necessário estudar cientificamente as crises do MPC para prever a evolução do terreno econômico no qual se desenvolve o curso revolucionário. Era necessário atacar, portanto, os fundamentos teóricos que sustentavam as análises não só da Esquerda Comunista da Itália, mas das seitas do “meio revolucionário”. A série sobre a teoria das crises do MPC esforça-se para demonstrar a superioridade da teoria científica de Marx tanto em relação aos pontos de vista teóricos mais elevados tão bem desenvolvidos por Rosa Luxemburgo e por Lenin, como em relação às teorias mais grosseiras defendidas por Mattick através de Grossmann, que infestam o que resta de tradição revolucionária no “meio”. Assim é que a série começa com um capítulo dedicado à previsão e ao partido comunista.

O número 3, publicado em 1984 reunia num só volume a tradução dos números 5 (outubro de 1978), 7 (outubro de 1979) e 9 (outubro de 1980) da revista em francês. Desenvolve o estudo da periodização do capital segundo os conceitos de “fase de submissão real do trabalho ao capital” e de “fase de submissão formal do trabalho ao capital”, divulgados por Invariance e apoiados no capítulo inédito do capital (ou o capítulo VI)¹¹. Esse estudo analisa a dialética das metamorfoses do capital em vários aspectos de sua esfera material e superestrutura, tais como a produção da mais-valia, a acumulação, a ciência, os sindicatos, o estado e a democracia, o movimento das classes sociais, o mercado mundial e a crise. Finaliza com as linhas gerais da passagem à sociedade comunista e de sua realização.¹²

No início, CouC herdou uma série de posições de correntes da ultra-esquerda que designavam, e ainda continuam designando embora de maneira cada vez mais abastardada, a eclosão da guerra de 1914 e a derrocada da IIª Internacional como um ponto de ruptura entre dois períodos históricos distintos do capital, interpretado em várias formulações segundo as correntes, mas sempre de modo não dialético, tais como: fase ascendente / fase decadente, ou fase de concorrência / fase de monopólio, ou mesmo fase formal / fase real. As correntes mais à esquerda, justificando sua análise desse pretense corte, viam uma mudança nos conceitos próprios do marxismo sobre as questões nacional, sindical, parlamentar e democrática. Como consequência, as posições de Marx e Engels sobre essas questões deviam ser relativizadas ou mesmo abandonadas.

O resultado dos trabalhos desenvolvidos desde a publicação do estudo da periodização do capital mostrou-nos a imbecilidade das tentativas de substituir a análise de Marx e Engels por certo ritmo da história que mostraria que suas posições defendidas à época deviam ser abandonadas. Os trabalhos fizeram-nos compreender que a forma moderna do modo de produção capitalista, na qual ele realmente manifesta seu ser, não data de 1914, mas de 1825 com as primeiras grandes crises de superprodução. Consequentemente, todas as posições expressas por Marx e Engels a partir de 1848, e mantidas integralmente até suas mortes, são válidas hoje, pois dizem respeito ao modo de produção capitalista moderno (grande indústria e produção da mais-valia relativa).

Em suma, como as demais correntes da ultra-esquerda, mesmo partindo de conceitos distintos, continuávamos prisioneiros da periodização resultante das análises da terceira internacional em que todos os seus componentes determinavam um ponto de ruptura entre dois

¹¹ O capítulo inédito do capital foi, por exemplo, publicado pela primeira vez na França em 1971.

¹² Em 2008 publicamos no site de Robin Goodfellow uma reedição dos trabalhos sobre a periodização em um único volume: *A periodização do capital – As duas fases históricas da produção capitalista*, cujo preâmbulo continha elementos da crítica a CouC a que chegamos com respeito à essa concepção não dialética das “duas fases” do modo de produção capitalista.

períodos distintos do capital. Ora, de fato existe em Marx uma forma de periodização do capital, entre a época manufatureira e a da grande indústria. Na primeira o trabalho é submetido formalmente ao capital, isto é, nela o processo de trabalho é herdado de antigos modos de produção; na segunda, o trabalho é realmente submetido ao capital, como resultado do surgimento de uma tecnologia especificamente capitalista – o maquinismo –, que se estabelece no final do século XVIII e não no início do século XX! Além disso, para sermos coerentes, a tradução dos termos empregados por Marx é: “subordinação (subsunção) formal do trabalho ao (sob o) capital” e “subordinação (subsunção) real do trabalho ao (sob o) capital”. Mais ainda, no original em alemão Marx jamais empregou o termo “fase”, o qual foi introduzido em subtítulos adicionados na primeira tradução francesa sem qualquer correspondência no original em alemão, e que acabou reforçando a ruptura evocada pela ultra-esquerda.

Dentre as consequências da imbecilidade de não se manter no estrito caminho de retorno a Marx e Engels, uma delas diz respeito à forma sindical. Apesar de tentar fornecer uma explicação baseada nos conceitos de “fase” de submissão formal e “fase” de submissão real do trabalho ao capital, CouC acabou não superando o quadro teórico colocado por Invariance (primeira série) e repetiu o mote da ultra-esquerda de que a forma sindical tornou-se caduca e contrarrevolucionária após aquela pretensa ruptura histórica de 1914. Dissemos na época:

“Desde que se realizam as superestruturas próprias à fase de submissão real do trabalho ao capital, o sindicato deixa de ser um órgão proletário e afirma-se como órgão do capital. Todavia, esta integração só pôde se completar através da violenta crise aberta pela primeira guerra mundial.” (CouC nº 3 em português, p. 102).

Ora, essa é uma posição impregnada pela ideologia da ultra-esquerda, não sendo científica. Sua implicação na maioria dos grupos da ultra-esquerda é a posição errônea de não militar no interior dos sindicatos existentes, mesmo os que agrupam e são influenciados por uma vanguarda proletária. O próprio CouC começou a ter dúvidas sobre a interpretação da condenação histórica da forma sindical há muito tempo¹³. Sem entrar em detalhes, pois trataremos em breve desse tema de modo apropriado, basta recordar o que Marx escreveu na resolução do Conselho Geral no Primeiro Congresso da AIT em Genebra (setembro de 1866) sobre os sindicatos¹⁴. Resolução que continua válida nos dias de hoje, pois foi promulgada em plena expansão da grande indústria na Inglaterra, em pleno modo de produção capitalista moderno e focalizava, sobretudo, as *trade unions* inglesas. Essa resolução sintetiza o papel dos sindicatos como “núcleos de organização da classe proletária na grande meta de sua emancipação radical”, sem jamais colocar em causa a forma sindical. A resolução reafirma que essa forma é uma atividade legítima e necessária enquanto durar o capitalismo, mas tendo o dever de generalizar sua ação para além das fronteiras locais, promovendo a união dos sindicatos em nível internacional. Mesmo defendendo os sindicatos como organização proletária indispensável na guerra diária entre trabalho e capital, a resolução critica claramente sua atitude cotidiana generalizada de se ocuparem quase que exclusivamente nas lutas locais e imediatas contra o capital, e de se manterem afastados das lutas políticas. Essas limitações os dificultam atingir a consciência de seu poder de ação contra o sistema do salariado, de sua “força organizada para suprimir e substituir o sistema do trabalho assalariado”.¹⁵

¹³ Pouco depois da publicação da série sobre a periodização do capital na edição francesa, não publicamos o capítulo sobre os sindicatos na edição inglesa desta série. No entanto, como pode ser visto logo adiante, no nº 3 da edição em língua portuguesa de CouC o capítulo foi mantido integralmente tal como publicado em CouC nº 7 em francês.

¹⁴ *The International Working Men's Association - Resolutions of the Congress of Geneva, 1866, and the Congress of Brussels, 1868*. London, Printed by the Westminster Printing Company, pp. 8-9.

¹⁵ Marx e Engels sempre deixaram claro que, embora os sindicatos constituíssem esta força organizada, eles por si próprios não são capazes de realizar a “emancipação radical” da classe proletária. A questão da relação da ação sindical e a ação política e, portanto, da relação entre a forma sindical e a forma partido é a questão principal que distingue a concepção reformista do sindicato de sua orientação revolucionária. Aqui, a título de exemplo, podemos citar brevemente o relato de uma intervenção de Marx na Conferência de Londres da AIT em 1871.

“Os sindicatos (*trade-unions*) por si mesmos são impotentes – eles permanecerão uma minoria. Eles não têm a massa de proletários atrás deles, enquanto que a Internacional influencia diretamente estas pessoas; a Internacional não precisa da organização dos sindicatos para ganhar os operários – as ideias da Internacional os inspiram imediatamente. Ela é a única organização que inspira confiança total entre os trabalhadores (*workers*).

Do mesmo modo, as dificuldades da língua dificultam uma associação internacional dos sindicatos.

Em suma, e como dito no texto *O Fim de um Ciclo*, CouC merece críticas em vários pontos e o trabalho realizado nesses quase quarenta anos nos mostra que sempre que andamos no sentido de Marx e Engels fizemos progresso, mas quando andamos no sentido inverso acabamos cometendo erros de interpretação ou mesmo chegando a conclusões insuficientemente fundamentadas que se tornaram fonte de confusão. O sumário do número 3, com 184 páginas, é:

1. O quadro histórico
2. A acumulação do capital no curso das duas fases do modo de produção capitalista
3. O fetichismo do capital
4. A ciência contra o proletariado
5. Os sindicatos nas duas fases
6. Estado e democracia nas duas fases
7. O movimento das classes sociais nas duas fases
8. As formas de dominação do mercado mundial nas duas fases
9. As crises nas duas fases
10. Conclusão: as duas fases do comunismo

Com o número 4, publicado em 1985, iniciou-se a edição da série *Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana, das origens aos nossos dias*. Esta série continuou a ser publicada no n° 5 (1986), último número em que CouC apareceu na forma de revista individualizada.

Em 1987, em seu número 23 em língua francesa, CouC lança um apelo ao “meio revolucionário” para reunir as débeis forças revolucionárias – sem negar as divergências entre os vários componentes deste meio - em temas nos quais pudesse haver uma base unitária mínima para realizar o trabalho revolucionário durante esta dura e longa fase contrarrevolucionária. Não se tratava absolutamente de uma proposta de unificação de alguns dos componentes desse meio na base de posições políticas imediatas, pois isto estava condenado ao fracasso uma vez que não havia uma sólida base teórica comum. A única possibilidade que pensávamos poder expressar a unidade era o que qualificamos na ocasião de base “técnica”, isto é, o compartilhamento de estruturas comuns, como rede de divulgação, documentação, etc., para permitir a difusão e a expressão das posições revolucionárias, bem como a de assegurar um mínimo de solidariedade frente às ameaças repressivas do estado burguês. Não tínhamos qualquer ilusão quanto a esta última e sobre os fraquíssimos meios atuais do “meio revolucionário”. Não nutríamos qualquer sonho romântico manifestado em proclamações grandiloquentes que pretendessem fazer crer que uma “armada revolucionária” se oporia ao poderio atual dos estados nacionais da classe burguesa para defender camaradas ameaçados, proclamações que na prática não fazem avançar um milímetro na superação dos limites do sectarismo desse meio.

Dada a extrema fraqueza de cada um dos componentes do “meio revolucionário”, pensávamos que essa unificação mínima possibilitaria uma reação algo mais eficaz, embora

Marx não compartilha as apreensões de Steens quanto aos sindicatos. Estes nunca fizeram o que quer que seja sem recorrer a nós – mesmo aqueles melhor organizados e que têm ramificações nos Estados Unidos; os sindicatos ficaram de fora do maior movimento revolucionário na Inglaterra (o movimento cartista – NDR).

Mas desde a existência da Internacional as coisas mudaram. Se os sindicatos querem utilizar suas forças, eles podem obter tudo com nossa ajuda. Eles têm em seus estatutos uma seção que os proíbe de se meter na política; foi somente sob a influência da Internacional que eles empreenderam ações políticas. O Conselho Geral esteve em contato com os sindicatos por muitos anos.” (Report of speeches at London Conference of IWA, September 20, 1871)

Na mesma conferência de Londres, a resolução sobre a ação política da classe trabalhadora (*Resolution on Working Class Action*), termina assim, após várias considerações:

“**Considerando** que, contra a força coletiva das classes possuidoras, a classe trabalhadora (*working class*) não pode agir, como classe, a não ser constituindo-se em partido político, distinto de, e oposto a, todos os velhos partidos formados pelas classes possuidoras;

Que esta constituição da classe trabalhadora em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e seu objetivo final – a abolição das classes;

Que a combinação das forças que a classe trabalhadora já realiza em suas lutas econômicas deve ao mesmo tempo servir de alavanca para suas lutas contra a potência política dos proprietários fundiários e capitalistas,

A Conferência **relembra** aos membros da Internacional:

Que no estágio militante da classe trabalhadora, seu movimento econômico e sua ação política estão indissolivelmente unidos.”

notoriamente de pouco alcance. Algumas correntes desse meio responderam favoravelmente, enquanto outras, embora tendo inicialmente atendido ao apelo, recusaram a participação. O resultado final foi o surgimento da Revista Internacional do Movimento Comunista (*Revue Internationale du Mouvement Communiste* - RIMC), cujo primeiro número apareceu em outubro de 1988 em língua francesa, unificando a difusão das posições e dos trabalhos dos grupos participantes. CouC passou então, a partir dessa data, a ser publicado no interior da RIMC, abandonando integralmente o modo de publicação anterior como revista individual.

Os números 1, 2 e 3 da RIMC em português (1988, 1989 e 1991, respectivamente), continuaram a publicação do *Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana, das origens aos nossos dias*, traduzindo os textos em francês publicados entre maio de 1984 e fevereiro de 1989¹⁶. Infelizmente, nossas débeis forças não permitiram continuar a publicação da RIMC em português, que parou no seu número 3. A série publicada em francês parou na análise incompleta da IIª Internacional (até o Congresso de Stuttgart de 1907), no penúltimo texto da vida de CouC editado no número duplo 12-13 da RIMC (1993/1994)¹⁷. Os sumários dos números 4 (70 páginas) e 5 (94 páginas) de CouC, e dos textos de CouC nos números 1 (101 páginas), 2 (75 páginas) e 3 (50 páginas) da RIMC, são:

CouC nº 4

1. Introdução

2.1. Das Origens a 1848

2.1.1. Das origens a 1815

2.1.2. 1815-1830: os utopistas, precursores da crítica socialista

2.1.3. 1830-1845: retomada do movimento de classe e constituição da classe em partido

2.1.4. O cartismo na Inglaterra

2.1.5. França: proletariado e revolução com alma política

CouC nº 5

2.1.6. Batalhas pelo partido: as origens da Liga dos Comunistas

2.2. A Revolução de 1848

2.2.1. Introdução

2.2.2. Revolução e programa comunista

2.2.3. A revolução de 1848 na França

RIMC nº 1

Introdução

2.2.4. A revolução de 1848 na Alemanha

2.2.5. A revolução de 1848 e o fracasso do cartismo na Inglaterra

RIMC nº 2

Introdução

2.3. 1848 -1872: Batalhas pelo programa

2.3.1. Proletariado e contrarrevolução: 1852-1864

2.3.2. A Associação Internacional dos Trabalhadores: 1864-1872

2.3.3. A Comuna de Paris, primeira tentativa de ditadura do proletariado

RIMC nº 3

Introdução

¹⁶ Especificamente dos números de CouC em francês: 16 (maio/1984), 18 (maio/1985), 20 (maio/1986), 23 (Outubro/1987) e no número 2 da RIMC (fevereiro/1989).

¹⁷ Apesar do caráter de breve histórico aludido no título, o número de páginas que acabou sendo publicado em francês chega a 560!

Reflexões sobre o curso do MPC no Leste
2.4. Da Comuna à Fundação da Segunda Internacional: 1871-1889
2.4.1. A Social Democracia Alemã: 1864-1889
Conclusão provisória

Esse vasto estudo inacabado, ancorado nos fundamentos do socialismo científico, ainda influenciado no seu início pela ideologia da ruptura de 1914, buscava mostrar no quê as posições de Marx e Engels eram válidas à sua época e em que bases se podiam fundamentar as descontinuidades entre a sua época e a época posterior a 1914. Como também é dito no texto *O Fim de um Ciclo*, essa busca das descontinuidades não se concretizou e, com razão, jamais será atingida, pois, como a compreensão da periodização do capital tornou evidente, a tal ruptura não encontra nenhum fundamento na análise da base material da sociedade. Assim, à medida que avançávamos mais na direção de Marx e Engels, amadurecendo a compreensão da dialética da periodização do capital, da teoria das crises do capital e da história do movimento proletário, pudemos tirar algumas lições fundamentais da teoria comunista e chegar à conclusão de que deveríamos superar o ciclo inaugurado por CouC.

3. Robin Goodfellow

Durante essa longa trajetória na direção de Marx e Engels, como foi dito na Apresentação e na seção anterior, em vez de o trabalho teórico lançar as bases para sustentar as posições herdadas por CouC como expressões de uma pretensa ruptura no MPC na Iª Guerra Mundial, ele acabou solapando o terreno original no qual se CouC se assentava. Esse longo processo, que provocou uma metamorfose em CouC como momento do partido histórico e, portanto, uma ruptura em nossa vida política coletiva, decorreu essencialmente de um duplo fenômeno.

Um deles, como já foi dito e lembrado, é o próprio trabalho teórico do retorno a Marx e Engels que nos mostrou a insensatez da condenação histórica da organização do proletariado em sindicato, da rejeição por princípio do parlamentarismo e da democracia, e da negação pura e simples de todos os efeitos das lutas de liberação nacional. Mostrou-nos também a insensatez da divisão metafísica do MPC em “fases” descontínuas, assim como a da previsão d’ “A” crise catastrófica do capital. O que vale reforçar aqui é que não chegamos a essas conclusões a partir de mudanças de posições políticas tomadas previamente, mas pela crítica dos fundamentos teóricos dessas posições.

O outro emergiu do movimento histórico real nesse período de vida de CouC, que simultaneamente colocou em xeque o “meio revolucionário” e confirmou nossos progressos no plano teórico e, dialeticamente, reforçou-os. A queda dos regimes estalinistas, a reunificação democrática da Alemanha (após um movimento popular), as guerras dos Balcãs, as transições democráticas na América Latina, a decolagem econômica da Ásia, da América Latina e da África. Todos esses acontecimentos da década de 1980 contribuíram para esfacelar de vez o quadro de referências da “ultra-esquerda”. Esses elementos foram expostos no texto *O Fim de um Ciclo*.

A superação de CouC impunha, portanto, dois aspectos: não só a erradicação de conceitos e métodos estranhos ao socialismo científico incrustados na sua herança comunista revolucionária durante o longo período da contrarrevolução, como a reconsideração da forma na qual deveria se expressar o trabalho de restauração do programa comunista. O primeiro aspecto implicava um grau de ruptura cada vez maior com o “meio revolucionário” descendente da IIIª Internacional, incluindo a Esquerda Comunista da Itália, e para afirmar esta ruptura era necessário mudar o nome e proclamar o fim de *Comunismo ou Civilização*. O segundo aspecto dizia respeito ao aprofundamento da contrarrevolução e à sua duração excepcional, que obrigavam a reconsiderar a forma na qual se deveria continuar a atividade de restauração teórica do programa comunista.

Como dito no texto *O Fim de um Ciclo*, o problema político colocado às gerações atuais do partido comunista no sentido histórico é duplo. De um lado, um grande esforço científico para reatar a tradição do socialismo científico da melhor maneira possível. De outro, um esforço de transmissão deste último que transcende as gerações existentes. O primeiro decorre do fato de que não houve mudança qualitativa na natureza do período atual de contrarrevolução e, portanto, a prioridade é a concentração no trabalho teórico na direção de Marx e Engels. O segundo foi tratado no balanço político que deu nascimento a Robin Goodfellow. Na época, nossa análise da situação levou-nos a enunciar a hipótese de que ainda teríamos pelo menos trinta anos antes que as relações de força em escala internacional se reconfigurassem para que a perspectiva da alternativa revolução comunista ou guerra emergisse novamente do solo histórico. Nessas condições, a questão da transmissão da teoria comunista às gerações futuras assumia uma importância bem maior e colocava em xeque a forma “revista” utilizada por CouC.

Todos esses fatores levaram à decisão de que a forma “livro”, contrariamente à forma “revista”, era a mais apropriada para continuar nossa atividade. Ademais, essa atitude estava de acordo com a de Marx e Engels que colocavam, para um período contrarrevolucionário menos sombrio do que o atual, a questão de uma passagem da forma revista à forma livro se as dificuldades perdurassem após a derrocada da revolução de 1848.

O trabalho teórico a ser feito era e continua sendo enorme, e prosseguirá na forma de livros e de publicações mais condensadas sobre temas específicos que podem estar ligados à atualidade das lutas das classes. Conforme a regra que foi promulgada pela Esquerda, essas obras não serão assinadas individualmente, pois são frutos de uma coletividade de trabalho anônima que se situa além das gerações. Também não assinaremos com um nome de partido ou de grupo, o que não teria qualquer sentido. Para nos identificar claramente como militantes comunistas adotamos o pseudônimo coletivo de Robin Goodfellow, a “velha toupeira” de Marx.

“Estes homens novos são os operários. Eles são a invenção dos tempos modernos, assim como as máquinas. Dentre os signos que desconcertam a burguesia, a aristocracia e os piores profetas da desgraça, reconhecemos nosso bravo amigo Robin Goodfellow, a velha toupeira que pode rapidamente trabalhar sob a terra, o digno pioneiro - a revolução.” (Karl Marx. *Discurso no 4º aniversário do jornal cartista*, People's Paper 19/04/1856.)

O plano de publicação de Robin Goodfellow estabelecido no texto *O Fim de um Ciclo* compreendia quatro temas. De um lado, tratava-se de reunir todos os materiais publicados durante 20 anos em CouC e que não estavam mais disponíveis (em particular, justamente devido à forma revista). De outro lado, tratava-se de aperfeiçoar esses materiais confrontando-os com o rigor do comunismo científico. Os temas selecionados como prioritários foram:

- O comunismo e o valor.
- A crítica da filosofia, da ciência e o louvor à dialética.
- História do movimento proletário.
- Questão do Estado e da democracia.

Desde 1998, publicamos, no quadro desses temas, livros e obras condensadas que apresentamos a seguir em ordem cronológica, incluindo as obras previstas para serem publicadas em 2014. As publicações podem ser encontradas no sítio de RG. Os estudos mais longos estão no formato de livro e podem opcionalmente também serem encomendados (indicações no sítio de RG).

Deve ser mencionado que, desde 2000, participamos de uma rede de contatos na Internet que reúne tanto elementos ligados ao “meio revolucionário” (como definimos acima), como elementos que não pertencem à tradição revolucionária, mas que se situam no campo da

esquerda. Essa participação tem o mesmo sentido daquele que adotamos para a publicação da RIMC: compartilhamento de uma base “técnica” comum para permitir a difusão e a expressão das posições revolucionárias, mas sem fazer a menor concessão teórica no plano da fidelidade a nossos princípios. Algumas das discussões surgidas nessa rede tocavam em pontos específicos da teoria que precisavam ser esclarecidos, o que nos fez publicar alguns dos textos abaixo mencionados (por exemplo, sobre o conceito da revolução industrial, os limites do progresso técnico, sobre movimentos sociais ocorridos na França, sobre o trabalho produtivo e improdutivo, etc.).

Seguem as publicações já feitas por Robin Goodfellow e as previstas para 2014.

2001

- *Notes sur le bonapartisme. A propos du « Dix-huit Brumaire de Louis-Napoléon Bonaparte »* (Notas sobre o bonapartismo. A propósito do “Dezoito Brumário de Louis-Napoléon Bonaparte”). Deverá ser integrada no livro “O marxismo e a república democrática” prevista para este ano de 2014, cuja tradução para o português está também prevista para 2014.

2002

- *Marx, Engels et la démocratie : 1^{ère} partie – Citations* (Marx, Engels e a democracia: 1ª parte – Citações). Somente em língua francesa.
- *Marx, Engels et la démocratie : 2^{ème} partie - Critique d'un point de vue bourgeois* (Marx, Engels e a democracia: 2ª parte – Citações). Deverá ser integrada no livro “O marxismo e a república democrática” prevista para este ano de 2014, cuja tradução para o português está também prevista para 2014.
- *Le concept de révolution industrielle* (O conceito de revolução industrial). Somente em língua francesa.
- *La seconde révolution industrielle* (A segunda revolução industrial). Somente em língua francesa.
- *Logiciel, monopole et coût de production, le cas Microsoft* (Software, monopólio e custo de produção, o caso da Microsoft). Somente em língua francesa.

2003

- *Marx, Engels et la république démocratique - Le cas français* (Marx, Engels e a república democrática – O caso francês). Deverá ser integrada no livro “O marxismo e a república democrática” prevista para este ano de 2014, cuja tradução para o português está também prevista para 2014.
- *Logiciel, monopole et coût de production, le cas Linux* (Software, monopólio e custo de produção, o caso Linux). Somente em língua francesa.
- *Les limites du progrès technique dans le cadre du mode de production capitaliste* (Os limites do progresso técnico no quadro do modo de produção capitalista). Somente em língua francesa.

2004

- *La troisième révolution industrielle* (A terceira revolução industrial). Somente em língua francesa.

2005

- *Quelques remarques sur les émeutes de Novembre 2005* (Algumas observações sobre as rebeliões de novembro de 2005). Somente em língua francesa.

2006

- *Cherche mouvement social... : une analyse du mouvement "anti-CPE" de Mars 2006* (À procura do movimento social...: uma análise do movimento “anti-CPE” de março de 2006). Somente em língua francesa.
- *Critique de la religion, de l'Etat et de la propriété privée* (Crítica da religião, do Estado e da propriedade privada). Deverá ser integrada no livro “O marxismo e a república democrática” prevista para este ano de 2014, cuja tradução para o português está também prevista para 2014.

2008

- *La périodisation du capital - Reprise en un seul tenant des textes publiés par CouC* (A periodização do capital – Reedição em um único volume dos textos publicados por CouC). Somente em língua francesa.
- *La question agraire - Reprise en un seul tenant des textes publiés par CouC* (A questão agrária - Reedição em um único volume dos textos publicados por CouC). Está prevista para 2015 a tradução para o português.
- *Sur le travail productif et le travail improductif* (Sobre o trabalho produtivo e o trabalho produtivo). Está prevista para este ano de 2014 a tradução para o português.

2009

- *La théorie marxiste des crises - Reprise en un seul tenant des textes publiés par CouC* (A teoria marxista das crises - Reedição em um único volume dos textos publicados por CouC). Formato de livro. Estão previstas para 2015 as traduções para o português de alguns temas selecionados do livro.

2011

- *Le cours historique de la révolution prolétarienne* (O curso histórico da revolução proletária). Deverá ser integrada no livro “O marxismo e a república democrática”, prevista para este ano de 2014. Também disponível em língua portuguesa.
- *Les syllogismes de l'ultra-gauche* (Os silogismos da ultra-esquerda). Está prevista para este ano de 2014 a tradução para o português. Deverá ser integrada no livro “O marxismo e a república democrática”, prevista para este ano de 2014, cuja tradução para o português está também prevista para 2014.
- *Le mouvement de la démocratie réelle en Espagne* (O movimento da democracia real na Espanha). Somente em língua francesa.
- *Le mouvement contre la réforme des retraites* (O movimento contra a reforma da previdência). Somente em língua francesa.
- *Les révolutions du monde arabe* (As revoluções do mundo árabe). Também disponível em língua portuguesa.

2012

- *La nature du marxisme* (A natureza do marxismo). Está prevista para este ano de 2014 a tradução para o português.

2013

- *Crise du capital, crise de l'entreprise* (Crise do capital, crise da empresa). Formato de livro. Somente em língua francesa.
- *Le marxisme en abrégé. De la critique du capitalisme à la société sans classes* (O marxismo em resumo. Da crítica ao capitalismo à sociedade sem classes). Formato de livro. Também disponível em língua portuguesa.

- Discours de Louveira (Discurso de Louveira). Também disponível em língua portuguesa.
- *Aux fondements des crises. Le marxisme de la chaire et les crises* (Aos fundamentos das crises. O marxismo de cátedra e as crises). Formato de livro. Está prevista para 2014 a tradução para o português.

2014

- *Le marxisme et la république démocratique* (O marxismo e a república democrática). Formato de livro. Previsto para fevereiro de 2014.

Este livro coloca em evidência a importância da república democrática na teoria e na prática do marxismo. A república democrática é para o marxismo uma necessidade como último campo de batalha entre as classes.

- *Classes moyennes, travail improductif et accumulation du capital* (Classes médias, trabalho improdutivo e acumulação do capital). Formato de livro. Previsto para julho de 2014.

Este livro esforça-se para tirar as consequências de um aspecto “esquecido” da teoria de Marx, a emergência de uma classe média moderna assalariada e o crescimento do trabalho não produtor de mais-valia. Essa constatação implica definir os contornos e as evoluções dessa classe, assim como as consequências desse desenvolvimento sobre conceitos como a taxa de lucro, a reprodução do capital e o potencial produtivo atingido pela sociedade que deve liberar a sociedade comunista.

- *L'aliénation chez Marx* (A alienação em Marx). Formato de livro. Previsto para dezembro de 2014.

Este livro aprofunda o que deve ser entendido por alienação em Marx. Ele retoma os conceitos fundamentais do marxismo como fetichismo, reificação, alienação e suas articulações, ao mesmo tempo em que realiza uma crítica do marxismo vulgar.

Para concluir, reforçamos duas lições da unidade dialética do partido histórico e do partido formal, tiradas ao longo de nosso percurso na direção de Marx e Engels:¹⁸

- **A forma-partido e o ciclo revolução/contrarrevolução.** A organização política do proletariado - o partido comunista formal - não subsiste de maneira permanente. Seu ciclo de vida depende dos avanços e dos recuos da luta das classes. Quando o proletariado é derrotado, ele perde sua expressão como organização política distinta de, e oposta a, todos os outros partidos da sociedade, devendo dissolvê-la para que não caia nas mãos do inimigo da classe. Sua expressão deve subsistir no “partido histórico na ampla acepção do termo” (Marx) – o partido comunista histórico -, que pode ou não se individualizar de maneira nítida em agrupamentos de militantes comunistas e/ou em organizações políticas do proletariado. Por exemplo, o partido histórico pôde individualizar-se de modo cristalino na Liga dos Comunistas e na AIT, mas não no caso dos partidos formais da II^a e III^a Internacionais, que passaram com armas e bagagens à contrarrevolução.
- **A constituição de partidos proletários.** A natureza contraditória do MPC coloca em movimento massas proletárias. Frente ao capital e à concorrência que ele gera entre os trabalhadores, é necessário que estes se fortaleçam internacionalmente para além das fronteiras nacionais, das categorias profissionais e dos ramos da economia. Toda

¹⁸ Para um desenvolvimento mais detalhado destes e de outros pontos, conferir a série: *Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana, das origens aos nossos dias*, especialmente a introdução ao capítulo 5 – “A segunda internacional” na RIMC nº 11 (1992) em francês.

manifestação internacionalista real da parte de trabalhadores do mundo inteiro é um passo adiante na direção da reconstituição autônoma da classe trabalhadora mundial. A ligação necessária destas manifestações com o partido histórico supõe uma tática baseada na ligação íntima com o movimento espontâneo do proletariado. Essa tática consiste em:

- Favorecer a reconstituição autônoma do proletariado como classe com a criação de um partido proletário em cada país (tradicionalmente denominado de “partido operário”), que agrupe a vanguarda do proletariado deste país e fortaleça os laços internacionais com as demais manifestações autônomas do proletariado em outros países;
- Agir no interior dos partidos proletários para combater as correntes oportunistas ou colaboracionistas;
- Influenciar na elaboração de seus programas para colocá-los em conformidade com os objetivos comunistas e prepará-los para serem verdadeiros partidos de luta, cuja existência esteja voltada à tomada do poder e ao exercício da ditadura do proletariado sob a direção do partido comunista mundial (o partido comunista formal).

Essas lições, retiradas de uma melhor compreensão da coerência tática de Marx e Engels exercida, como vimos, em plena forma moderna do MPC, mostram que não há uma ligação metafísica entre o partido histórico e o partido formal. De modo mais ou menos nítido, essa ligação ocorre nos momentos de ascensão da luta das classes quando o proletariado irrompe espontaneamente como consequência da necessidade de expressar-se como classe e, portanto, como partido político distinto de todos os demais partidos existentes na sociedade capitalista, como partido proletário. Portanto, a formulação herdada da ultra-esquerda, que influenciou CouC no seu início, de que na próxima revolução o proletariado só poderá emergir como partido comunista “puro”, o que deveria acontecer “na próxima crise catastrófica” (sic) depois de todas as derrotas sofridas nas 3 internacionais, é pura...metafísica!

Como foi dito na Apresentação, estas teses, escritas em 1977, expressam o resultado de nosso balanço da Esquerda Comunista da Itália feito naquela época. Hoje, temos consciência de que naquela ocasião, devido às nossas limitações em relação à compreensão da teoria comunista, CouC não conseguiu efetuar uma crítica mais coerente acerca de várias posições teóricas e políticas da Esquerda. Mesmo assim, resolvemos republicar o texto original após a revisão de falhas tipográficas, gramaticais e de omissão.

Como exposto na primeira parte da presente publicação, CouC apresentou especialmente no seu início vários desvios em relação à teoria comunista, dos quais ganhamos consciência à medida que avançávamos no trabalho que havíamos fixado: o retorno a Marx e Engels, ao ponto mais alto da teoria revolucionária da classe proletária. Como consequência, algumas teses que contêm críticas à Esquerda Comunista da Itália apresentam conceitos que se mostraram caducos, como assinaladas na primeira parte desta publicação, especialmente: a noção de “fase de submissão formal” e “fase de submissão real” do trabalho ao capital (não há em Marx a noção de “fase” no desenvolvimento do modo de produção capitalista que indicaria uma descontinuidade entre dois períodos históricos distintos deste modo de produção), a noção de crise catastrófica (toda crise cíclica do capital é catastrófica, invalidando a previsão “DA” crise catastrófica e sua consequência que define as demais crises como crises parciais), a rejeição por princípio da democracia e da ação parlamentar¹⁹ e a condenação histórica dos sindicatos (os sindicatos operários nasceram com o capital moderno, com a grande indústria, portanto à época de Marx e Engels que nunca condenaram esta forma de organização do proletariado, apesar de suas críticas às suas ações apenas econômicas). Isso não quer dizer que todas as nossas críticas à Esquerda sejam inválidas, mas sim que elas não foram suficientes para efetivamente realizar uma superação da Esquerda na direção de Marx e Engels²⁰.

A despeito dessas limitações, as teses mostram claramente como a Esquerda Comunista da Itália, esta corrente verdadeiramente internacionalista que soube defender desde o início, e ao longo de boa parte do período contrarrevolucionário que se seguiu à derrota das grandes lutas proletárias dos anos 1920, o programa proletário e a obra de Marx e Engels diante da falsificação realizada pelos estalinistas e esquerdistas de todos os matizes, acabou sucumbindo ao peso desta contrarrevolução e abandonando o ponto de vista classista do programa comunista.

1. Gênese

1.1. A partir do final do século XIX assiste-se à emergência, no interior do movimento socialista internacional de uma corrente de esquerda capaz de restabelecer o programa comunista em toda sua pureza doutrinal, como reação às mistificações reformistas ou oportunistas. O principal mérito dessa corrente foi a de restabelecer a perspectiva puramente proletária de uma derrocada do capital na crise e no terror, contra as teorias gradualistas à Bernstein. Essa corrente, que abrange os tribunistas holandeses, Rosa Luxemburg na Alemanha, os bolcheviques na Rússia, socialistas búlgaros e ingleses, etc., encontrou sua expressão mais coerente, isto é, a mais próxima

¹⁹ Sem entrar em detalhes neste tema complexo, certamente a democracia – o igualitarismo dos indivíduos - é uma contradição insolúvel numa sociedade de classes e no comunismo ela já não se coloca mais, pois estará completamente realizada na comunidade comunista. Os conceitos do marxismo vinculados à democracia, como as lutas pela sua conquista, a questão parlamentar, a república democrática (o último campo de batalha entre a burguesia e o proletariado) e outros, não são, como pregam os reformistas e grande parte da esquerda, “valores universais e eternos”, mas históricos e dinâmicos, ligados à evolução da base material de áreas geo-históricas e unicamente ao curso revolucionário do proletariado que culmina na sua tomada do poder político e na implantação de sua ditadura de classe. Sobre parte desse tema, consultar nosso texto *O curso histórico da revolução proletária* (2011 em língua portuguesa). Está prevista para o primeiro semestre de 2014 a publicação de um texto mais amplo e detalhado sobre esses temas no formato de livro: *O marxismo e a república democrática*.

²⁰ Mesmo os pontos em que criticamos erroneamente a Esquerda, como sua posição em relação aos sindicatos (como o texto mostra, ela seguiu a estratégia da Internacional Comunista segundo a qual os comunistas devem formar núcleos nos sindicatos e ocupar seus órgãos dirigentes), devem ser retomados criticamente na perspectiva desse retorno a Marx e Engels.

de Marx e Engels na Esquerda da Itália, que se forma no interior do Partido Socialista Italiano (PSI) nos primeiros anos do século XX.

1.2. O início do século consagra a predominância crescente do reformismo no seio do PSI (congresso de 1900). O cretinismo parlamentar triunfa aí com a tese da *autonomia parlamentar* (1902), que desembaraça o grupo parlamentar do controle do partido, o qual não é mais considerado a não ser como o instrumento do grupo parlamentar. Em 1904, a ausência do apoio do partido às lutas operárias provoca uma reação de esquerda, mas esta assume a forma errônea do sindicalismo revolucionário. A individualização de uma Esquerda, pouco nítida nessa época, acentua-se ao longo dos anos 1910, paralelamente ao crescimento do reformismo da direita (os *possibilistas* eram partidários do apoio aos governos burgueses por meio da atividade parlamentar). Também desde esse momento, a Esquerda (na qual um dos principais chefes era *Benito Mussolini*, então revolucionário), esboçou uma crítica à ação parlamentar.

1.3. Nesse processo de desprendimento progressivo da Esquerda, um papel importante foi desempenhado pela *Federação da Juventude Socialista*, criada em 1907. A Esquerda tomou posição no grande debate que dividia, nessa época, a Federação sobre o papel da cultura na formação da juventude proletária. A direita sustentava que o proletariado, para vencer, tinha necessidade da cultura e das luzes da ciência, e seu programa era:

“enobrecer e elevar a alma e o espírito da juventude proletária por meio de uma instrução geral, literária e científica.”

Contra isso a Esquerda retrucava que a cultura é sempre burguesa e afirmava:

“que a educação dos jovens faz-se muito mais na ação do que em um estudo regulado por um sistema e normas burocráticas.”

Além disso, a única maneira de formar autênticos militantes comunistas é a de dar um lugar preponderante à *teoria comunista* e a de manter rigorosamente seus princípios *fora de toda liberdade de crítica*.

A grande retidão dessa corrente, que lhe permitiu sobreviver à terrível prova da contrarrevolução que se abre em 1926 (vitória da teoria do “socialismo em um só país”), vem-lhe justamente de sua atitude profundamente “teórica”. Ela reafirmou, de um lado, a originalidade da teoria do proletariado constituído como totalidade desde 1848, e de outro, o privilégio exclusivo que tem esta teoria de representar os objetivos e os meios do movimento proletário. A ruptura com o reformismo no plano teórico realizou-se praticamente com a formação do círculo Karl Marx em 1912, em Nápoles.

1.4. A extrema-esquerda em Nápoles surgiu no interior de uma seção socialista totalmente apodrecida e reformista. O programa da direita do PSI para o “mezzogiorno” atrasado reivindicava um puro e simples desenvolvimento econômico liberal burguês. Por exemplo, o deputado Salvemini chegou a dizer que a reivindicação da limitação do trabalho infantil e feminino era ilegítima, pois sem este trabalho os camponeses morreriam de fome! O caráter reformista do partido aparecia lá mais do que em qualquer outro lugar, sem qualquer máscara. A crítica da esquerda teve, portanto, um defensor no interior da classe (esta raiz verdadeiramente proletária terá uma importância mais tarde, em oposição ao círculo de intelectuais pouco rigorosos agrupados em Turim em torno de Gramsci e do Ordine Nuovo).

1.5.

“A tradição dessa corrente política (a que funda o partido comunista da Itália, NDR), remonta à Esquerda do partido socialista que existia desde antes da guerra. Se uma maioria capaz de lutar simultaneamente contra os erros reformistas e sindicalistas (estes últimos caracterizava até então a esquerda proletária) foi formada desde os congressos de Reggio Emilia (1912) e Ancona (1914), uma extrema-esquerda que aspirava posições de

classe sempre mais radicais foi igualmente delimitada no interior desta maioria. Puderam então ser resolvidos importantes problemas colocados para a classe operária, como os da tática eleitoral, das relações com os sindicatos, da guerra colonial ou da franco-maçonaria.” (Teses de Lyon, 1926)

A esquerda exigia a expulsão dos franco-maçons, pois estes nada tinham a ver com o comunismo, como exprimiu – e muito bem – Mussolini:

“O socialismo é um problema de classe. Ele é mesmo o único, o problema singular de uma única e só classe, o proletariado. É apenas nesse sentido que Marx pôde dizer que o socialismo é também um problema humano: a classe operária representa toda a humanidade e, com o seu triunfo, ela abole as classes. Mas não podemos confundir nosso humanismo com o humanismo elástico, vazio e ilógico da franco-maçonaria.” (Congresso de Ancona, abril de 1914)

Na mesma época, a Esquerda tomou posição contra a guerra na Líbia, definiu a primazia do partido em relação aos sindicatos e reivindicou o abstencionismo como matéria de tática eleitoral.

1.6. O ano de 1914 viu um recrudescimento da combatividade do partido, ao mesmo tempo em que explodiam greves e lutas armadas através de toda a Itália. Foi também, em escala internacional, o ano em que se viu a falência da IIª Internacional e de seus partidos, que traíram o proletariado soçobrando no chauvinismo da União Sagrada.

Sob uma dura pressão da Esquerda, o conjunto do PSI recusou a entrada na guerra e a participação no conflito. Mas a Esquerda foi mais longe: à palavra de ordem majoritária neutralista – “nem aderir nem sabotar” – ela opunha a do *derrotismo revolucionário*. A Esquerda convoca uma *ofensiva contra a guerra*.

“Durante a guerra, se todo o partido, ou quase todo, se opõe a uma política de união sagrada, sua extrema-esquerda, bem individualizada, defendeu as diretivas leninistas nas reuniões e congressos sucessivos (Bolonha – maio de 1915, Roma - fevereiro de 1917, Florença – novembro de 1917, Roma – 1918): recusa da defesa nacional e derrotismo; exploração da derrota militar para colocar o problema do poder; luta incessante contra os chefes sindicais e parlamentares oportunistas dos quais se exigia a expulsão do partido.” (Teses de Lyon, 1926)

1.7. A entrada na guerra da Itália (1915) foi uma vitória da direita, cujo principal chefe era ... Benito Mussolini, que tinha subitamente virado a casaca nos anos 1914-1915 (observe-se que Gramsci, hoje tão incensado pelos estalinistas e esquerdistas, oscilava entre o neutralismo e o intervencionismo!).

Mas as dificuldades e os sacrifícios devidos à guerra provocaram uma alta na combatividade operária, permitindo especialmente em Nápoles a constituição de uma seção CGL (Confederação Geral do Trabalho, NDR) dos metalúrgicos pela Esquerda em 1916. O ano de 1917 viu a intensificação das lutas operárias e as insurreições proletárias em Milão e Turim.

O partido socialista reivindica a paz, mas sem colocar como condição prévia a tomada de poder, como fazia a Esquerda. Por ocasião da derrota de Caporetto (outubro de 1917), os social-patriotas não mais recusaram votar os créditos de guerra, “com vergonha de participar na derrota nacional”.

Entretanto, embora a maioria permanecesse na tática neutralista (“nem aderir nem sabotar”), na reunião clandestina de Florença em novembro de 1917, Bordiga colocou o problema da tomada do poder na medida em que o proletariado estava armado.

1.8. A notícia da revolução de outubro na Rússia demorou consideravelmente a chegar na Itália, por causa da censura. A partir deste momento, destacam-se duas posições sobre esta questão:

- A de Gramsci para quem a revolução de outubro se fez contra o “Capital” de Marx! Em 1917, ele escrevia:

“A revolução dos bolcheviques é mais uma questão de ideologia do que de fatos (por isso mesmo é que pouco importa saber mais do que já sabemos). Ela é uma revolução contra o “Capital” de Marx. Na Rússia, o “Capital” de K. Marx era muito mais o livro dos burgueses que dos proletários.” (in: Avanti! 24/11/1917)

- A do grupo unido em torno de Bordiga, para quem, pelo contrário, as teses de Marx foram confirmadas. Ele se referia à posição histórica de Marx sobre a Alemanha em 1848: para este, a revolução era possível naquele país, então atrasado. Ora, condições similares reproduziam-se na Rússia de 1917. Não se tratava de uma nova situação na história que a teoria não teria previsto. Simultaneamente a Esquerda esforça-se em afirmar:

- a defesa da ditadura do proletariado;
- a defesa do caráter estatal dos sovietes, que nada têm a ver com os sindicatos;
- que a revolução russa mostra o caminho a seguir.

“Mesmo que se queira limitar todo o “comunismo crítico”, doutrina da emancipação do proletariado que a elabora e “representa” continuamente na história, aos resultados aos quais Marx e Engels chegaram à época do “Manifesto”, sempre poderíamos recordar que eles consideravam possível a revolução comunista na Alemanha de 1847, social e politicamente quase feudal e ainda à espera da revolução burguesa. As condições técnicas da economia socialista, na medida em que ela representa um estágio de desenvolvimento dos meios de produção, estavam portanto presentes, conforme o marxismo clássico, na Europa de 1848; faltavam apenas os desenvolvimentos políticos das energias de classe do proletariado que a evolução do capitalismo deveria, segundo os esquemas bem conhecidos, incitar cada vez mais. Por que negar então à Rússia de 1917 as condições políticas da Alemanha de 1848, por que tergiversar sobre as condições políticas da conquista proletária do poder, quando seu sucesso prova a evidente maturidade?

(...) Os filisteus, aqueles que pretendem enterrar o socialismo, os sábios defensores burocratas da ordem constituída sentem a terra tremer sob seus pés, pois que, da Rússia livre, a vitoriosa vanguarda do proletariado proclama: *A Revolução Social Internacional está na ordem do dia da História.*” (Avanti!, 16/02/1918)

1.9. No fim da guerra, sem alimentar qualquer ilusão a respeito da transformação do PSI, a Esquerda trabalha na criação de um núcleo comunista e funda o jornal “Il Soviet”.

“(…) a partir do fim da guerra, a extrema-esquerda expressou-se através do jornal “Il Soviet”, que foi o primeiro a expor e defender a orientação da revolução russa, lutando contra suas interpretações antimarxistas, oportunistas, sindicalistas e anarquistas, e colocando corretamente os problemas essenciais da ditadura do proletariado e do papel do partido, sustentando desde o início a necessidade de uma cisão no interior do partido socialista.” (Teses de Lyon, 1926)

1919 foi um ano de intensas lutas revolucionárias e constitui de fato o ponto culminante da vaga revolucionária. A classe operária ocupava as fábricas, armada (às vezes até com metralhadoras pesadas). Parecia então que o PSI era totalmente incapaz de levar a bom termo a guerra de classes: a maioria naufragou em um democratismo cada vez mais descarado, propondo a eleição da Assembleia Constituinte *por todas as classes sociais*, no momento da guerra civil. Um passo muito importante no impulso da Esquerda é logrado com a constituição da *Fração*

Comunista Abstencionista, em 6 de julho de 1919. Por outro lado, tornou-se evidente que a cisão era inevitável, pois doravante seria necessário um órgão centralizado ao qual estivessem submetidos tanto as organizações operárias como o grupo parlamentar. Neste mesmo ano de 1919 a resposta do capital contra a violência vermelha começa a manifestar-se sob a forma de ataques dos bandos fascistas.

2. Da Fração Comunista Abstencionista ao Partido Comunista da Itália.

Foram realizadas eleições em novembro de 1919 e a maneira pela qual o governo privilegiava esta atividade parlamentar demonstra a justeza das posições da Esquerda: o capital traz a classe operária para o terreno no qual ela forçosamente é derrotada – o parlamento.

“Com as eleições de 1919, o governo burguês de Nitti abriu uma imensa válvula de escape à pressão revolucionária e desviou o impulso do proletariado e a atenção do partido ao explorar suas tradições de eleitoralismo desenfreado. O abstencionismo do “II Soviet” foi então a única reação correta contra este último, verdadeira causa do desastre que se seguiu com o proletariado.” (Teses de Lyon)

Com efeito, o órgão da Esquerda escrevia em 2 de março de 1919:

“Acreditamos que, doravante, os partidos socialistas que estão orientados como o nosso para a luta de classe intransigente, revolucionária, maximalista, devem deixar de valorizar, por sua participação, a armadilha burguesa das eleições e do parlamentarismo. Assim procederam os bolcheviques na Rússia e os Espartaquistas na Alemanha. Nós deveríamos ter procedido da mesma maneira. Certamente, o programa do partido também considera a conquista do poder pela participação nas eleições. Mas este programa data de 1892, quando ainda podia-se acreditar que a predominância eleitoral da burguesia originava-se não de um defeito intrínseco do sistema, mas nas deficiências do direito de voto ora em vigência.”

Pelo contrário, na situação de 1919:

“Chamar o proletariado às urnas equivale simplesmente a declarar que não existe nenhuma esperança de realização de suas aspirações revolucionárias e que a luta deverá necessariamente desenrolar-se dentro da ordem burguesa.” (II Soviet – 29/6/1919)

O sucesso da posição abstencionista no seio da base do PSI colocou na ordem do dia a constituição da fração em escala nacional. A Esquerda reivindica a mudança de denominação do PSI para Partido Comunista da Itália, mas com a eliminação prévia dos elementos reformistas e social-democratas (ela acreditava todavia que o acordo com os maximalistas de Serrati constituía uma primeira medida necessária para desembocar numa cisão eficaz).

2.1. A Fração Comunista Abstencionista no II ° Congresso da Internacional Comunista: acordo de princípios com os bolcheviques, desacordo quanto à tática.

O II ° Congresso da Internacional Comunista realizado em Moscou em 1920 é o congresso verdadeiramente determinante no que diz respeito à fundação efetiva de um partido comunista mundial.

Além dos comunistas revolucionários, encontravam-se presentes numerosos social-patriotas e oportunistas de direita que, proclamavam, segundo Lenin, sua “adesão incondicional” à Internacional Comunista, apesar de “permanecerem de fato, *em todo o seu trabalho prático e político*, nas posições da II^a Internacional.” A França, por exemplo, mandou a nata da crápula oportunista na pessoa de Cachin e de seu colega Frossard. Sua atitude prenunciava todas as reviravoltas possíveis. Ao mesmo tempo em que se arrependiam choramingando sobre suas traições passadas,

os Cachin-Frossard prometiam não mais ceder à tentação da colaboração de classe, pois, diziam eles, *a conjuntura histórica não permitia mais tal atitude*. O discurso de Cachin está confusamente repleto de frases do gênero: as condições PRESENTES, a política criminosa ATUAL da burguesia, o momento ATUAL no qual coincidem os interesses nacionais e burgueses, etc... o que subentendia o retorno sempre possível das mesmas velhas práticas de compromisso, de cuja lama as lágrimas de Cachin não conseguiram lavar.

Contra estes, Lenin era impiedoso, mas atacava igualmente ainda que de maneira diferente, o “infantilismo de esquerda” (englobando neste termo tanto os abstencionistas italianos – o que os epígonos em sua cegueira “leninista” procuram esconder ou pelo menos minimizar – a, como as esquerdas alemãs, holandesas, inglesas e os sindicalistas revolucionários, I.W.W. nos E.U.A, etc...), no qual discernia uma sadia reação (embora carregada de resquícios anarquistas) contra a podridão oportunista dos velhos partidos social-democratas da II^a Internacional.

É a respeito deles que redigiu a “Doença infantil do comunismo”, em prelúdio ao II^o Congresso. No decorrer dos debates, a Esquerda recusava, por seu lado este amálgama e insistia sobre o caráter comunista dos princípios que regiam suas tomadas de posição táticas.

2.1.1. O debate sobre as condições de admissão à Internacional Comunista.

O discurso de Bordiga, delegado da Fração Abstencionista, acentuava a importância excepcional do II^o Congresso, posto que este tinha por tarefa consolidar os princípios da Internacional Comunista. Nele defendeu a tese segundo a qual a revolução russa constituía uma *nova prova da veracidade das teses de Marx*. A revolução russa, o sucesso internacional da palavra de ordem “todo o poder aos soviets”, o assalto revolucionário em nível mundial e a constituição de partidos comunistas pareciam ter enterrado a II^a Internacional. No entanto, persistia o perigo de se assistir novamente a infiltração, dentro da Internacional Comunista, dos mesmos elementos traiçoeiros e corrompidos da II^a Internacional e subestimá-lo seria extremamente grave. É por isso que nesse debate a Esquerda foi mais intransigente do que o próprio Lenin.

2.1.1.1. Bordiga enfatizava este perigo dizendo que, em função da situação daquele momento, uma vez estando a guerra afastada e a revolução momentaneamente freada em seu impulso após as derrotas da Alemanha e da Hungria, seria fácil para qualquer um prometer não mais repetir a infame traição de 1914 e aderir ao programa da Internacional Comunista: ditadura, terror, etc..

Não seria possível contentar-se com uma mera aceitação formal. Esta deveria estar *isenta de qualquer ressalva*. A maioria dos entusiastas de última hora não tinham condições de enfrentar a repetição, no plano internacional, daquilo que ocorrera na Rússia. Pode-se até dizer que este era o seu maior temor.

Dessa maneira, Bordiga propunha que as teses de admissão sofressem algumas modificações, no sentido de torná-las mais rígidas. Assim, a condição **15** dizia:

“Os partidos que conservam até hoje os antigos programas social-democratas têm por dever revisá-los sem tardar e elaborar um novo programa comunista, adaptado às condições especiais de seu país e concebido no sentido da Internacional Comunista. Como regra geral, os programas dos partidos filiados à III^a Internacional Comunista são ratificados por um congresso mundial ou pelo Comitê Executivo. Em caso de recusa de ratificação por parte destes últimos, o partido em questão tem o direito de recorrer ao Congresso da Internacional Comunista.”

A Esquerda considerava esta formulação demasiado vaga, e exigia que fossem eliminados os termos: “adaptado às condições especiais de seu país e concebido no sentido da Internacional Comunista”, devendo ser substituídos por:

“... um novo programa comunista no qual os princípios da Internacional Comunista estejam fixados de maneira não equívoca e inteiramente conforme às resoluções dos congressos internacionais. A minoria do partido, que se declara contra esse programa deve, por esta razão, ser excluída da organização do partido. Os partidos que modificaram seu programa e aderiram à Internacional, mas que não preencheram esta condição, devem convocar imediatamente um congresso extraordinário para conformar-se à ela.”

2.1.1.2. Na base da tese da Esquerda encontra-se o princípio segundo o qual a adesão ao programa não é distinta da adesão ao partido. No seio deste, não há constrangimento disciplinar para aceitar o programa: se este não é aceito, sai-se do partido.

A Esquerda logrou que um parágrafo considerado por Lenin como uma “diretriz”, um “desejo” fosse transformado em condição. Trata-se da condição 20, que a Esquerda fez acompanhar da condição 21:

“**20:** Os partidos que querem aderir à Internacional Comunista, mas que ainda não modificaram radicalmente a sua antiga tática, devem atentar, antes de sua admissão à Internacional, para que pelo menos dois terços de seu comitê central e dos órgãos centrais mais importantes sejam compostos por camaradas que, já antes do IIº Congresso tinham-se manifestado pública e claramente a favor da adesão à Internacional Comunista. As exceções só poderão ser admitidas com a aprovação do Comitê Executivo da Internacional Comunista. O Executivo reserva-se o direito de autorizar exceções igualmente para os representantes da tendência centrista mencionada no item 7”.

“**21:** Os aderentes ao partido que rejeitam por princípio as condições e as teses formuladas pela Internacional Comunista devem ser excluídos”.

O discurso termina com a promessa de que as condições serão rigorosamente aplicadas na Itália.

“Afirmamos o seguinte: após ter trabalhado com vocês desejamos, uma vez regressando a nosso país, formar uma frente internacional compacta contra os social-traidores, contra os sabotadores da revolução comunista.”

2.1.2. A constituição dos soviets.

A ofensiva de classe na Itália nos anos 1919-1920 tinha colocado na ordem do dia a constituição dos soviets, e tinha levado a Esquerda a precisar sua posição no início de 1920, no seu jornal “Il Soviet”.

Deve ser esclarecido que, se em russo *soviete* significa ‘conselho’, *este é um órgão de Estado proletário* (e, por conseguinte, sua organização é forçosamente territorial, soviete sendo sinônimo de conselho operário territorial) e deve ser distinguido dos *conselhos de fábrica* (indiferentemente denominado de “conselhos operários” pelos conselhistas, donde a confusão mistificadora), que estão centrados na empresa, célula básica do modo de produção capitalista.

A Esquerda fornecia a seguinte hierarquia organizacional: em primeiro o partido, órgão da classe proletária que dirige a insurreição, a revolução, a ditadura e o terror proletário.

“Enquanto o poder político ainda encontrar-se nas mãos da classe capitalista, uma representação dos interesses gerais revolucionários do proletariado só pode ser obtida no terreno *político*, em um partido de classe que congrega a adesão pessoal daqueles que superaram, para dedicarem-se à causa da revolução, a consideração do estrito interesse egoísta, do interesse de categoria e mesmo do interesse de classe, na medida em que o partido admite também no seu seio os desertores da classe burguesa que aderem ao programa comunista.” (Il Soviet – 01/02/1920)

2.1.2.1. Uma vez destruído o Estado burguês e instaurado o Estado proletário, este é dirigido pelo partido e vem, portanto, em segundo lugar (quando o proletariado tomar o poder em um único Estado, caberá ao partido internacional dirigir a política do Estado local).

Os órgãos do Estado proletário estão, portanto, submetidos ao partido e apenas são revolucionários quando por ele dirigidos.

2.1.2.2. Os soviets possuem duas funções *distintas no tempo*, uma política, outra econômica.

“As funções políticas consistem na luta contra a burguesia até sua completa eliminação, enquanto que as funções econômicas destinam-se à criação de todo o novo mecanismo da produção comunista.” (II Soviet – 04/01/1920)

Mas, contrariamente à burguesia, o proletariado não dispõe de alicerces econômicos na sociedade *antes* de ter conquistado o poder político. A tomada do poder político antecede a destruição do capital permitindo a emancipação do comunismo. Revela-se, portanto, absurdo reivindicar para os soviets uma função econômica antes que o partido detenha o poder político, pois estes se converteriam então em órgãos de gestão do capital, ou mesmo em instrumento da contrarrevolução. Após a revolução, e sob a direção do partido de classe, a rede dos soviets toma em mãos a *transformação política e econômica da sociedade*, formando assim a base de um Estado proletário em vias de extinção.

Em terceiro lugar na hierarquia vem o *sindicato*. A posição da Esquerda sobre a questão sindical será exposta mais adiante e em separado, bastando que se diga aqui que os sindicatos devem estar submetidos ao partido comunista. Finalmente, em último lugar nesta hierarquia definida pela Esquerda, aparecem os *conselhos de fábrica*, pois são órgãos *locais* e *não centralizados*. A Esquerda combateu, portanto, violentamente as concepções de tipo proudhoniano que visavam fazer dos conselhos de fábrica o órgão de base da organização do comunismo. Privilegiar os conselhos de fábrica implica na recusa em enfrentar o Estado e na manutenção dos proletários no terreno da empresa, isto é, no terreno do capital, reduzindo assim o comunismo a um modo de gestão (exemplo: o *Ordine Nuovo* em Turim).

2.1.3. A questão parlamentar

A total adesão evidenciada por ocasião do segundo congresso entre Lenin e a Esquerda no plano dos *princípios* comunistas não impediu o surgimento de divergências quanto às condições táticas próprias à situação histórica daquele momento. Isto se devia ao fato de os bolcheviques aplicarem abusivamente a tática vitoriosa (e correta) na Rússia aos países capitalistas avançados.

2.1.3.1. Apenas no II ° Congresso é que foi claramente exposta os dois lados da questão parlamentar. Diferentemente dos sindicatos e do papel neles desempenhado pelos comunistas, questão esta relativa às teses de admissão à Internacional Comunista, a questão parlamentar apresenta-se como uma questão de tática, admitindo-se por princípio (vide as condições de admissão) que os comunistas recusam-se a ver no parlamento uma forma de poder proletário, pregando sua destruição. Examinaremos as posições das duas tendências comunistas que se pronunciam respectivamente pelo parlamentarismo revolucionário (bolcheviques) e pelo abstencionismo (Esquerda). Ressalte-se que ambas rejeitam o abstencionismo de tipo anarquista que se desenvolveu por aversão ao parlamentarismo social-democrata. Estas correntes anarquizantes permanecem extremamente indecisas quanto à luta política, a ditadura do proletariado, (recusam, em geral, a luta política, erroneamente assimilada à prática política dos partidos burgueses e social-democratas). Os anarquistas recusam tanto o Parlamento como o Estado, ambos considerados como instrumento do mal absoluto e como fontes de corrupção. Assim como Lenin, a Esquerda criticava este tipo de considerações éticas.

“Qual foi a crítica essencial de Lenin aos erros “da esquerda”? Foi a de se tornarem prisioneiras de ingênuas fórmulas morais, místicas ou estéticas e de atribuir-lhes uma influência que nosso método não reconhece. Foi, em outros termos, a de ter substituído o realismo de nossa dialética histórica que julga as atitudes e os expedientes táticos pelo seu valor efetivo. Lenin tinha inteiramente razão ao condenar a substituição dos verdadeiros argumentos marxistas pela frase pseudo-revolucionária, e tal procedimento encontrava-se em perfeita conformidade com sua própria obra à qual devemos a restauração de autênticos valores revolucionários. É ridículo fundamentar sua argumentação tática com base na fobia de certas palavras, de certos gestos ou de certos contatos, e sobre uma pretensa imunidade dos comunistas na ação. É nisto que consiste o estúpido infantilismo combatido por Lenin, como produto de preconceitos teóricos burgueses de natureza idealista. A substituição da tática marxista por uma pequena doutrina moral não passa de uma grande estupidez.” (Lenin no caminho da revolução)

2.1.3.2. Sobre o que se fundamentam essas divergências? Dois pontos devem ficar bem distintos. No plano dos princípios, todo mundo está de acordo: os comunistas são antiparlamentaristas e recusam-se a ver no parlamento outra coisa senão uma instituição burguesa que deve ser destruída com a revolução comunista.

“Assim, nossa palavra de ordem vale para todos os países burgueses: *Abaixo o parlamento! Viva o poder dos soviets!*” (Zinoviev – Carta circular ao Comitê Executivo da Internacional Comunista.)

Mas, taticamente coloca-se a questão: pode-se utilizar o parlamento burguês *para proceder à sua destruição?*

2.1.3.3. Os argumentos dos bolcheviques a favor do parlamentarismo revolucionário.

- A experiência russa do parlamentarismo revolucionário foi coroada de êxito (vários exemplos disto).

- Liebknecht agiu da mesma forma no parlamento alemão em 1914 ao recusar a votação dos créditos de guerra, tendo sua intervenção alcançado considerável repercussão.

- Os adversários da tática do parlamentarismo revolucionário condenam essa tática apesar de jamais terem chegado a pô-la em prática.

- O argumento central, que retorna como um *leitmotiv* na argumentação dos bolcheviques e de Lenin, é a assimilação do antiparlamentarismo à recusa moralista dos anarquistas. Donde, a desconfiança de Lenin que acreditava que o antiparlamentarismo poderia ocultar uma rejeição dos princípios. Isto porque na visão anarquista, antiparlamentarismo e negação do partido estão ligados. Para Lenin, o fato de o partido comunista penetrar nos Parlamentos burgueses, ou o fato de os comunistas estarem em contato com burgueses, não implicará necessariamente na corrupção do partido comunista. Se o partido defende rigorosamente os princípios comunistas, se ele forja militantes disciplinados (revolucionários profissionais), voltando toda sua atividade para um único objetivo, a revolução comunista, (é o que diz também a Esquerda quando afirma: “para nós um revolucionário é aquele para o qual a revolução é tão certa quanto um fato já ocorrido”), então este partido nada tem a temer e pode conduzir uma ação parlamentar totalmente oposta àquela dos social-democratas.

- Os comunistas podem utilizar a tribuna parlamentar e as eleições para fins de agitação revolucionária. Devem entrar no parlamento para destruí-lo. Podem desta maneira dispor de informações e de espões que permitam ao partido comunista desenvolver sua ação revolucionária.

- As massas politicamente atrasadas (principalmente no campo) identificavam toda a vida política à vida parlamentar. Para poder conquistá-las, a participação parlamentar revela-se útil.

- Condições práticas para o parlamentarismo revolucionário:

1º - O centro de gravidade da luta deve estar situado fora do parlamento (nas greves, insurreições e outras formas da luta das classes).

2º - As intervenções no parlamento devem corresponder a esta luta.

3º - Os deputados devem tomar parte do trabalho ilegal.

4º - Devem agir com mandato do comitê central do partido e submeterem-se integralmente a ele.

5º - Suas intervenções não devem se deixar levar pelas formas parlamentares. (“Que não receiem enfrentar-se com a maioria burguesa, que saibam discursar acima dela”, dizia Zinoviev.)

Por conseguinte:

“Tal trabalho ‘parlamentar’ exige uma ousadia e um temperamento revolucionário excepcionais. Aqui, com efeito, os homens ocupam um posto particularmente perigoso. Estão minando a posição do inimigo dentro do seu próprio campo: entram no parlamento não para receber esta máquina nas suas mãos, mas para ajudar as massas fazê-la explodir de fora.” (Zinoviev - idem)

- Não se trata, para o parlamentarismo revolucionário, de obter o maior número de cadeiras ou de votos, mas de mobilizar as massas pelas palavras de ordem proletárias.

- O conjunto do partido deve participar da luta eleitoral e não apenas os chefes.

A participação nas eleições ou no parlamento não constitui uma participação absoluta. Pode ser que o boicote revele-se mais útil em certas circunstâncias (principalmente nos períodos insurrecionais). O partido deve, portanto, analisar as situações específicas.

Precisemos que o rigor que define este *parlamentarismo revolucionário* é que o distingue *radicalmente* das grotescas práticas estalinistas e esquerdistas de hoje em dia. Legitimá-las em nome de Lenin constitui uma grosseira falsificação.

2.1.3.4. Argumentação da Esquerda.

- A experiência russa desenvolveu-se num país atrasado, que se encontrava às vésperas de uma revolução dupla (burguesa e proletária). Nos países europeus onde a revolução burguesa já havia triunfado há muito tempo, as massas já possuem uma larga experiência do parlamento. Nestes países a tática deve ser portanto mais direta do que aquela aplicada justamente na Rússia.

- O exemplo de Liebknecht marca mais as derradeiras experiências do parlamentarismo revolucionário do que a abertura de uma nova era.

- Nossa tática abstencionista não deve ser confundida com a dos anarquistas. Somos partidários de um partido comunista centralizado disciplinado. Faz-se necessário um partido que defenda rigorosamente os princípios comunistas e que tenha à frente chefes devotados à causa revolucionária. O problema não é que o partido possa vir a corromper-se no parlamento, e sim que prepare o proletariado da melhor maneira possível para a destruição do Estado burguês. E para tanto, a tática abstencionista parece-nos a melhor.

- Na época atual do modo de produção capitalista (a fase imperialista), o capital assentou sua dominação sobre o conjunto da sociedade. Na sociedade burguesa o parlamento perde sua importância, embora sua função mistificadora reforce-se cada vez mais. Ao participar nas eleições e no parlamento, é possível que não sejam eliminadas radicalmente as ilusões parlamentaristas. A participação de representantes proletários no mesmo palco dos representantes burgueses corre o risco de ocultar o caráter fundamentalmente antidemocrático do movimento comunista.

- Não se devem exagerar as possibilidades da ação revolucionária dentro do parlamento. O fato de passar pelos mecanismos próprios a estas instituições (tanto o parlamento como as leis eleitorais) entrava a eficácia da propaganda revolucionária.

- A participação nas eleições mobiliza por longos períodos uma grande parte dos recursos do partido (homens, imprensa, meios financeiros), que são assim desviados da preparação revolucionária, e entrava o trabalho revolucionário legal ou ilegal.

- A participação nas eleições reforça também “a sensação de que aí se encontra o foco da ação central para os objetivos comunistas.”

- “O sucesso da campanha eleitoral será sempre e unicamente avaliado a partir do número de votos ou de mandatos obtidos.” (in: Tese 12 da Fração Comunista Abstencionista)

As teses da Esquerda obtiveram três votos (dos quais os dos Partidos comunistas belga e suíço). Por disciplina, a Esquerda submeter-se-á às diretrizes táticas da Internacional Comunista e praticará no espírito e na palavra o parlamentarismo revolucionário tal qual Lenin havia definido.

2.1.4. A questão agrária.

A Esquerda criticava igualmente as teses da Internacional Comunista sobre a questão agrária, julgando-as insuficientes para os países capitalistas avançados. Nestes, a luta contra os médios e ricos camponeses deve assumir de preferência um caráter de enfrentamento violento. Isto significava novamente que a Internacional Comunista continuava a não perceber as discontinuidades existentes, no plano das relações proletariado-campesinato, entre a área eslava e a área ocidental.

2.2. Posição sindical da Esquerda Comunista

2.2.1. O quadro histórico tal qual não o viu a Esquerda.

A passagem do modo de produção capitalista para a sua fase de subordinação real, modificou as condições materiais da organização imediata (econômica) da classe proletária. Com efeito, o sindicato surgiu na base da fase de subordinação formal e viu sua base econômica desaparecer com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, enquanto que a sede de mais-valia do capital torna-lhe cada vez mais totalitário, ele não pode tolerar uma organização econômica proletária permanente. A fusão do capital e do Estado (que se realiza com o fascismo, o New Deal, o Estalinismo e as frentes populares) se caracteriza também pelo fato de o sindicato tornar-se parte integrante do aparelho do Estado.

Segue daí que, a partir de então, os comunistas não devem mais ter por objetivo conquistar a direção das organizações sindicais, mas de destruí-las pura e simplesmente como instrumentos do capital.

Essa evolução foi às vezes intuída pela Esquerda Comunista, mas sem que ela verdadeiramente tirasse daí as consequências no nível tático. Isso mostra novamente que ela nunca restaurou realmente o ponto de vista comunista sobre a periodização em duas fases do modo de produção capitalista.

É necessário precisar que os antissindicalistas por princípio (aqueles que acreditem que não se devia participar dos sindicatos nem mesmo na época da Iª Internacional) também pensam que o sindicato deve ser destruído, mas recaem imediatamente no mesmo erro economicista ao querer substituí-los pela rede de conselhos de fábrica.

2.2.2. É por isso que a Esquerda italiana, diferentemente dos alemães e dos holandeses, não colocava a questão parlamentar e a questão sindical no mesmo plano. Com efeito, o parlamento é o órgão do Estado burguês, e, mesmo se for correta a participação neste órgão (parlamentarismo

revolucionário) em dado momento, seu poder será sempre burguês. Ao contrário, para a Esquerda, o sindicato permanece um órgão proletário e, mesmo com uma direção moderada ou reformista, ele é sempre suscetível de ser recuperado em um sentido revolucionário. Ao longo do movimento revolucionário, a Esquerda aplicou integralmente esta tática, defendendo igualmente a frente única sindical na base.

2.2.3. A Esquerda tinha, portanto, aceito sem dificuldade a tese de Lenin, segundo a qual os comunistas devem formar núcleos nos sindicatos e submeter seus organismos dirigentes.

A estratégia sindical segundo Lenin, que se mostrava correta para a Rússia, não podia ser certamente aplicável de maneira mecânica às zonas geográficas onde os progressos da fase de submissão real tendiam a integrar cada vez mais os sindicatos ao Estado capitalista.

No entanto, essa integração não era realizada com o mesmo grau em todos os lugares, como atesta a possibilidade que tiveram os comunistas de reconquistar os sindicatos, embora ao preço de cisões (vide igualmente a criação da Internacional Sindical Vermelha). Ainda assim, colocava-se a questão da deserção dos proletários em relação aos sindicatos.

Pode-se afirmar que, se uma certa ambiguidade podia subsistir nos anos 1920 à respeito da *estratégia* sindical a ser adotada nos países avançados, é imperdoável que a Esquerda tenha mantido integralmente a posição da Internacional Comunista sobre esta questão nos anos que se seguiram, apesar da evidente integração do movimento sindical. Embora certas frações da Esquerda Comunista Internacional tenham avançado bastante no estudo do fenômeno da integração e da crítica do sindicato, houve, sob a influência de Bordiga, um retorno forçado às posições da Internacional Comunista (vide a seguir, tese 6.4.).

3. O Partido Comunista da Itália.

3.1. Livorno, 1921

3.1.1. Após o II ° Congresso Internacional Comunista, a Esquerda deixou Moscou com a firme decisão de varrer os oportunistas da Itália e de desembocar na cisão: o crescimento das lutas torna necessária a constituição de um órgão dirigente e centralizado que possa enquadrar o impulso revolucionário do proletariado italiano. Tal órgão não poderia ser o Partido Socialista Italiano, mesmo remanejado, na medida em que ele mostrou-se totalmente insuficiente à preparação revolucionária.

A esquerda acreditava que, embora implicando num enfraquecimento numérico, a cisão era necessária à sua reafirmação programática.

“Nós (antes de 1921, tratava-se ainda do Partido Socialista Italiano – NDR) somos mais de 200.000 membros. Em relação à população, nossos efetivos são superiores aos do partido comunista russo, com a única diferença de que aqui a burguesia surra-nos quando bem entende, enquanto lá não há cão contrarrevolucionário que ouse latir ou suspirar.” (II Soviet – 24/10/1920)

Em relação ao problema da depuração do Partido Socialista Italiano, distinguem-se a grosso modo três tendências:

- A maioria reformista (Turati) que reivindica a democracia e a liberdade de expressão. Ela agita justamente o espantinho democrata da maioria numérica.

- Os maximalistas (Serrati) que aceitam o princípio da exclusão, sem chegar todavia a uma verdadeira depuração.

- Os comunistas abstencionistas, exigem a cisão. Juntaram-se a eles bem ou mal (contrariamente à lenda oportunista), os ordinovistas (Gramsci).

Colocados em minoria no congresso do Partido Socialista Italiano em Livorno no dia 21 de janeiro de 1921, os comunistas abandonam a sala e fundam, neste mesmo dia, o Partido Comunista da Itália.

3.1.2. Dentre os partidos comunistas europeus, o Partido Comunista da Itália foi o único a constituir-se com base no autêntico programa comunista, tendo à frente uma fração de esquerda ortodoxa e decidida a dirigir toda a atividade do partido em função desta alternativa: “ou ditadura do proletariado, ou ditadura da burguesia”.

Livorno consagrava desta forma a ruptura definitiva com a democracia e o retorno ao princípio comunista. No entanto, como a própria Esquerda o afirmaria mais tarde, este fato verificou-se tardiamente. O ponto culminante da vaga revolucionária foi atingido em 1919.

A Esquerda ocupou a direção do partido comunista até 1923–24, quando seus principais dirigentes foram aprisionados pelos fascistas. Moscou tirou proveito da situação para impor uma nova direção, desta vez centrista e mais submissa às diretrizes da Internacional Comunista.

3.2. As Teses de Roma

3.2.1. As fraquezas inerentes à Internacional Comunista, que a marcavam desde o começo da sua existência, agravaram-se nos anos de 1921-22 em função, por um lado, do recuo da revolução mundial e, por outro, da pressão do capital internacional externa e internamente à Rússia, inclusive no interior do próprio Partido Comunista. Isto conduziu não apenas ao estabelecimento de regras táticas francamente prejudiciais (as quais exercem, a longo prazo, uma influência nefasta sobre todo o programa).

A Internacional Comunista queria impor pela força a tática da frente única que a Esquerda recusava totalmente. Os antagonismos que desembocaram em Livorno, dizia ela, são *inconciliáveis*, assim como um acordo entre o Partido Socialista Italiano e o Partido Comunista implicaria em negar Livorno, revalorizando aqueles que ontem eram atacados com violência e, portanto, desorientando a classe (simultaneamente, Gramsci descobria que Livorno tinha sido “o maior triunfo da burguesia”!).

3.2.2. Por conseguinte, o II ° Congresso do Partido Comunista da Itália reservou um amplo espaço para a questão tática, exposta nas *Teses de Roma* (1922). Elas constituíram uma tentativa de *fixar rigorosamente as normas táticas às quais o partido comunista deve obedecer*. Sua contribuição fundamental foi mostrar que as regras táticas e os princípios programáticos são indissociáveis por natureza. É por isso que, intituladas “Teses sobre a tática do Partido Comunista da Itália”, as teses dedicaram amplo espaço à reafirmação da *natureza* e da *função* do partido comunista. Nenhum debate pode ser realizado sobre tática sem que estes pontos tenham sido definidos e aceitos de uma vez por todas.

O proletariado só age enquanto classe na história, na medida em que ele é capaz de atribuir-se um programa e um método de ação comum, isto é, na medida em que ele é capaz de organizar-se em partido. Enquanto *órgão da classe*, o partido tem a função de integrar e superar os interesses momentâneos e particulares do proletariado. Só o partido pode manter o *objetivo* visado pelo proletariado, e cabe a ele dirigir, unificando-as, as energias proletárias que tendem para este objetivo. Assim como existe somente um único programa, só pode existir um único partido comunista.

3.2.3. O programa traçou as direções gerais e os limites da ação proletária, porque ele *conhece e prevê* o desenrolar do ciclo capitalista até seu aniquilamento, sua destruição violenta. Assim, a tática pode ser, ela também, determinada com antecedência, pois o exame da situação segue regras definidas pelo programa. O curso do modo de produção capitalista está claramente determinado, assim como o estão igualmente as fases sucessivas da luta para sua abolição.

É por isso que as Teses de Roma consideram um certo número de situações, bem como o caminho a seguir que lhes corresponde, distinguindo duas fases: a tática “indireta” (quando não existem todas as condições para que se possa lançar um assalto ao poder burguês, fase durante a qual o partido procura influir na situação para apressar a vinda do momento decisivo) e uma tática “direta” (quando o partido comunista assume sozinho a iniciativa de atacar o poder burguês).

3.2.4. Frente única e governo operário.

Nesse mesmo período é que se situa o debate sobre a frente única. A Esquerda recusava a frente única política pelas razões alegadas acima: a cisão do Livorno é *irrevogável*.

“A tática da frente única não deve ser entendida como uma coalizão política com outros partidos que se dizem operários, mas como a utilização das reivindicações imediatas provocadas pela situação com o objetivo de estender a influência do partido comunista sobre as massas sem comprometer sua autonomia.” (Teses de Lyon – 1926)

Portanto, a frente única deve situar-se no nível das organizações proletárias “econômicas”, em que são agrupados trabalhadores de diversas filiações políticas ou sem partido. Não se pode cogitar do estabelecimento de alianças políticas cuja prática já demonstrou a inutilidade. Quanto ao “governo operário”, ele é a “frente única proletária aplicada a uma reivindicação central que toca no problema do Estado.” (idem), o que transcende o problema de ser uma tática errada tornando-se uma ruptura declarada com o programa. Com efeito, constitui uma contradição com o princípio da ditadura do proletariado fazer crer que a tomada do poder possa ser realizada graças a uma coalizão de partidos ou através dos órgãos tradicionais do Estado burguês.

Os próprios termos, “governo operário”, constituem uma contradição e devem ser abandonados. As Teses de Lyon afirmam que o único sinônimo que poderia ser aplicado à “ditadura do proletariado” é “governo do partido comunista”, sendo que tal mudança não tem a menor utilidade.

Em síntese, a Esquerda da Itália esboçou, portanto, aquilo que a III^a Internacional Comunista não soube cumprir: a ligação orgânica entre o programa e a tática.²¹

No II^o Congresso da Internacional Comunista, a Esquerda havia proposto que o partido mundial estabelecesse, *para o mundo inteiro e para os anos seguintes, normas táticas* estreitamente ligadas aos princípios e intangíveis como eles, cuja aceitação prévia seria um critério de admissão à Internacional Comunista. Tal não ocorreu. A Internacional Comunista fracassou no restabelecimento desta unidade orgânica entre o objetivo (princípios) e o movimento (tática). Como notou a revista *Invariance*, ela morreu fornecendo os elementos da solução do problema que a tinha minado. O partido de amanhã só existirá se realizar *desde seu nascimento* esta ligação orgânica, defendida pela Esquerda.

4. A Esquerda e o Fascismo.

4.1. O proletariado não foi capaz de lançar sua grande ofensiva no momento (1919) em que estavam reunidas as condições previstas de longa data pelo comunismo (Marx, depois Engels e Lenin) para a vitória da revolução mundial. A revolução russa teria sido então o *prólogo* da revolução mundial e, de vanguarda *política* do proletariado mundial, a Rússia voltaria a ser, como acreditava Lenin, a *retaguarda* da ditadura internacional do proletariado. A junção entre o movimento do proletariado russo e o do proletariado dos países avançados (principalmente na Alemanha) não se concretizou, isolando simultaneamente a Rússia e reduzindo as chances de se

²¹ As posições táticas da Esquerda estão aqui expostas a título histórico, sendo que deverá ser realizado um trabalho de partido, visando enquadrar as características da próxima retomada revolucionária, para elaborar o quadro tático da revolução futura, em ligação dialética com a previsão desta retomada.

transformar a Internacional Comunista em verdadeiro partido *mundial*. A partir deste momento, as fraquezas táticas da Internacional Comunista adquirem importância primordial, pois o proletariado teria que enfrentar a burguesia de maneira defensiva.

No IV ° Congresso da Internacional Comunista, Bordiga enfatiza que, nos anos de 1919 e 1920 , a burguesia tinha se conformado amplamente com a vitória do proletariado. Mas a fraqueza do Partido Socialista Italiano e a trégua que ele dá à luta permitem à burguesia reerguer-se e reorganizar-se a fim de lançar uma ofensiva contra o proletariado: eis aí a origem do fascismo.

Até 1923-1924 a linha da Esquerda é majoritária no seio do Partido Comunista da Itália, sendo assumida inicialmente pela direção até 1923, e depois ainda amplamente defendida pela base, apesar da direção centrista (Gramsci) à sua frente.

A atitude do partido comunista frente ao fascismo a partir de 1924 (vide caso Matteoti) e, mormente, a partir de 1926 encarnará todas as vicissitudes da Internacional Comunista, sendo incapaz de oferecer ao proletariado a alternativa *de classe* frente ao fascismo. O importante aqui é ressaltar a análise que a Esquerda fez do fascismo, pois somente esta visão sólida e coerente impedirá, mais tarde, que a Esquerda Comunista internacional naufrague no delírio antifascista e resista ao democratismo desenfreado que investiu contra as hostes proletárias.

4.2. Retomando a ofensiva, a burguesia respondeu no terreno em que o proletariado desferia seus golpes: o terreno da violência amplamente utilizado durante todos estes anos pelo proletariado italiano, como vimos acima. Os bandos fascistas passaram a organizar “expedições punitivas” rumo ao campo, atacando em primeiro lugar os socialistas. Os dirigentes do Partido Socialista Italiano pregavam a calma e a passividade. A Esquerda explica que:

“... a violência fascista não visa a supressão da democracia burguesa, nem mesmo o esmagamento do social-democratismo operário, mas unicamente a defesa do regime democrático contra os assaltos revolucionários do proletariado. Os trabalhadores comunistas retiram-se do âmbito da luta parlamentar e anunciam sua intenção de conseguir o poder pela violência; a burguesia organiza-se para resistir-lhes com o auxílio das milícias fascistas, *não para suprimir por conta própria a democracia, mas para defendê-la contra nós, comunistas, que queremos aboli-la.*” (Il Comunista – 12/04/1921; grifo nosso, NDR)

A este artigo, sucedem-se vários outros visando demonstrar que não existe desacordo entre o liberalismo e o fascismo, este sendo a realização do primeiro. É por isso que a análise do fascismo começa pela análise da democracia.

A partir do momento em que a burguesia fincou seu alicerce sobre a sociedade de maneira suficientemente sólida para não mais temer o inimigo feudal, ela dedica-se então à tarefa de sufocar o novo inimigo que se ergue à sua frente e que tinha sido sua massa de manobra contra a nobreza feudal: o “quarto-estado”, o proletariado. De arma revolucionária, a democracia torna-se doravante, para a burguesia, um meio de conservação. A democracia é empregada *contra* uma parte da sociedade: o proletariado. O Estado liberal defende o capital por todos os meios, inclusive pela supressão de liberdade, se necessário. Não há todavia uma revisão da doutrina liberal.

“Assim sendo, a burguesia não deve arrepender-se de ter sido liberal, nem abjurar o liberalismo: é por um desenvolvimento de certo modo “biológico” que seu órgão de dominação foi levado e preparado para defender a causa da “liberdade” por meio de prisões e metralhadoras.” (Il Comunista - novembro de 1921)

O Estado sempre é um estado de classe, mas a mistificação que lhe é inerente basta-lhe em tempos normais: o Estado é forte. Mas é possível que no caso de crise social ele exija a

participação ativa da classe cujos interesses ele defende. O partido constitucional de tipo eleitoral deixa de ser suficiente.

“É preciso que a classe sobre a qual se ampara o Estado socorra-o nas suas funções conforme as novas exigências. O movimento político conservador e contrarrevolucionário deve organizar-se militarmente e desempenhar uma função militar diante da previsão de guerra civil” (Idem)

No fascismo, portanto, o Estado desdobra-se. A classe burguesa mantém o Estado “árbitro” acima das classes, representante “neutro” do interesse geral, e, paralelamente (a fim de preservar a mistificação), ela forma sua organização militar na figura dos bandos fascistas, os “camisas negras”. Se o Estado como tal assumisse a ofensiva, isto implicaria em provocar por conta própria a guerra civil, enquanto que o objetivo é destruir a resistência da classe operária.

“É porque o Estado deve conservar o direito de apresentar-se como a expressão democrática dos interesses comuns, que esta milícia de classe deve forçosamente formar-se fora dele”. (Idem)

É por esta mesma razão que a ideologia fascista é totalmente oca e vazia (“Nós, os fascistas, não possuímos doutrina pré-constituída: nossa doutrina é o fato” – Mussolini, ou ainda “O fascismo é pragmático. Ele não tem, a priori, nem objetivo distante”).

O fascismo não tem programa e não sabe definir-se, pois ele é *o produto do desdobramento da consciência de toda uma classe*. A ideologia do fascismo pode ser assim resumida: a organização é tudo, a ideologia não é nada, contrapartida dialética daquela do liberalismo: a ideologia é tudo, a organização não é nada.

4.3. No seu relatório feito no IVº Congresso mundial da Internacional Comunista em 1922, Bordiga prosseguirá essa análise, enfatizando que o fascismo é a *tentativa de organizar a classe burguesa em partido único*. Ele visa unificar os interesses divergentes desta classe e sobrepujar suas divisões *políticas* (pois não compete a quem quer que seja, nem mesmo ao fascismo, superar a anarquia *econômica* inerente ao modo de produção capitalista).

É por isso que o fascismo coloca-se acima dos partidos burgueses tradicionais esvaziando-os progressivamente de sua substância. Ele é *a classe burguesa unida* e não *a parte reacionária desta classe*. A inversão desta compreensão conduz à frente de classes (“frentismo”): o fascismo seria o retorno do feudalismo e da barbárie, por conseguinte o perigo fascista autorizaria a aliança com outras frações “progressistas” da burguesia. Ora, toda vez que a classe caiu nessa armadilha – por exemplo, as frentes populares – ela sofreu suas maiores derrotas políticas.

4.4. Encontramos novamente aqui a *importância fundamental* da tática assim como a equação irrefutável segundo a qual a análise teórica errônea conduz inexoravelmente a uma tática incorreta. A Internacional Comunista não compartilhava da análise da Esquerda, identificando equivocadamente Mussolini a Kornilov (general russo reacionário que representava os interesses do antigo regime e principal agente de Kerensky na tentativa de golpe de estado contra Petrogrado em julho de 1917). Os bolcheviques haviam formado uma frente com os social-democratas contra Kornilov, todavia sem renegar em nada os princípios. Mas Kornilov representava realmente a reação e o retorno ao antigo regime, enquanto que Mussolini é o instrumento do capital plenamente desenvolvido.

A Esquerda sustentou que não se devia fazer aliança com uma fração da burguesia contra outra, nem recorrer às burguesias de outros países. Pelo contrário, era necessário permanecer isolado, pois este era o único meio de trazer a ofensiva para o terreno onde ela deveria ser levada: isto é, no nível do antagonismo proletariado-capital. É por isso que, enquanto Gramsci flertava

com os “Arditi del Popolo”²², a direção (a Esquerda, na ocasião) proibia qualquer aliança militar com estes.

A Esquerda Comunista mantinha uma posição *de isolamento* que a historiografia oficial designa hoje como sectária, atribuindo a este sectarismo a vitória do fascismo!

“Acreditamos que na base deve existir este critério: nenhum acordo de organização, nenhuma frente única com os elementos que não tem por objetivo a luta revolucionária armada do proletariado contra o Estado constituído, isto é, a luta entendida como ofensiva, uma iniciativa revolucionária, a luta que visa a abolição da democracia parlamentar e a instauração da ditadura política do proletariado que colocará fora-da-lei os adversários da revolução.” (Il Comunista – agosto de 1921)

Se o partido comunista compusesse uma frente com os democratas, teria arrastado o proletariado para o terreno da defesa das instituições democráticas, isto é, teria sido o agente da derrota da classe. O partido comunista recusava as alianças políticas, o que não o impediu de ser bastante ativo durante este período, travando, sempre que necessário, a *luta na rua* contra os camisas negras, impedindo que estes sempre triunfassem, embora ao preço de numerosas vidas operárias.

4.5. Dentre as características importantes do fascismo que a Esquerda da Itália expôs, destaca-se a força do fascismo enquanto fenômeno de integração contrarrevolucionária do proletariado ao capital: *o fascismo pilha a teoria proletária.*

A “ideologia” fascista constitui-se de fórmulas herdadas do liberalismo mescladas a uma demagogia exacerbada. Através do fascismo, a burguesia compreendeu que, assim como não era possível destruir a potência revolucionária do proletariado a não ser integrando-o ao máximo no Estado, não é também possível lutar contra a teoria proletária tentando provar sua invalidade, a não ser pilhando o seu conteúdo. O fascismo tomou emprestado igualmente a experiência russa, sobretudo no nível da organização em partido único, chegando inclusive a nomear (imitação suprema) comissários fascistas nos postos-chaves do aparelho de Estado.

Mas a analogia cessa aí, pois o fascismo consegue apenas reduzir momentaneamente os antagonismos da burguesia, sem conseguir, entretanto, eliminá-los. Ele pode reduzi-los no âmbito da nação, mas, ao contrário, *exacerba-os* no plano internacional, na medida em que conduz ao militarismo e à guerra.

“Novas vitórias no estrangeiro não auxiliariam em nada o fascismo, pois longe de tender à organização internacional dos interesses, ele os impele ao confronto e à guerra. Eis porque Moscou, que ousou destruir a velha máquina de Estado inaugurou novos caminhos para a história, enquanto Roma, que tentou ao contrário rejuvenescê-la, apenas sincronizará a derrota do furor reacionário e a do delírio reformista.” (Discurso de Bordiga no IV ° Congresso da Internacional Comunista)

5. De 1926 à Segunda Guerra Mundial

Ao longo dos anos que antecedem 1926, acentuou-se a degenerescência do movimento proletário.

5.1. Em 1924, a IC decide pela “bolchevização” dos PCs europeus, isto é, suas transformações em partidos de massa baseados nas células das empresas. A Esquerda combateu duramente a bolchevização estimando que isto só agravaria os erros constatados nas seções da IC. A ruptura com o conceito de um partido pequeno, mas muito disciplinado, centralizado e teoricamente

²² Esta organização, formada principalmente de antigos militares proclamava uma duvidosa “unidade” e tinha como programa “a ordem”. Não cabia, portanto, aos comunistas aliarem-se a eles, pois estava muito claro que eles defenderiam “a ordem” contra todos os promotores da violência, inclusive os comunistas.

monolítico, introduziu forçosamente um relaxamento nos critérios de adesão que se tornaram cada vez mais condescendentes. Por outro lado, a organização por meio de células de empresa “equivale a um sistema federativo que nega a centralização e a fusão das energias revolucionárias”.

Ademais, a disciplina superficial que acompanha a bolchevização é completamente inútil no que diz respeito à eliminação do fracionismo, o qual não se pode remediar a não ser pela aquisição de uma maior coerência teórica e política. O grupo de Bordiga funda em fevereiro de 1924 a revista “Prometeo” em Nápoles, que a direção do PC suprime no agosto seguinte.

Em 1925, o 14º Congresso do PCUS teoriza o “socialismo em um só país”.

5.2. O ano de 1926: as teses de Lyon

Em 1926, o curso da revolução mundial balança definitivamente, pois a única forma de salvaguardar a Rússia proletária reside na sublevação maciça do proletariado de todos os países. É em nome deste internacionalismo vivo que a Esquerda pedia que a política do Estado russo fosse *dirigida pela Internacional*. Mesmo assim, fiéis a Lenin, nem Trotsky nem Zinoviev, nem a Esquerda pensavam ou esperavam passar naquele momento para o socialismo; na ausência da revolução mundial, a única via histórica aberta à Rússia era *a transição para o capitalismo*.

No entanto, com o apoio da classe operária internacional, teria sido possível manter o caráter *politicamente* proletário do Estado russo “mesmo durante 50 anos” dizia Trotsky. O VIº Congresso da Internacional (1928) assiste à vitória da linha do “socialismo num só país”. A vaga de refluxo era, portanto, demasiado forte, e, trinta anos mais tarde, a Esquerda retomava o estudo deste período no texto “Dialogato coi Mortì” – “Diálogo com os mortos” -, mostrando a trágica dimensão da derrota do proletariado:

“Desde 1926 era previsível a vitória do estalinismo, forma moderna e agravada da traição à revolução e ao comunismo. Com efeito, a partir daquele momento ficou patente para a oposição comunista internacional que a salvação só poderia ocorrer uma vez findo o longo ciclo de degenerescência do Estado e do Partido russos, assim como dos vestígios da Internacional. Em suma, a salvação era impossível antes que se pudesse fazer o balanço teórico (já esboçado então) da renúncia a todos os princípios cardinais da revolução formulados por Marx e Lenin”.

No mesmo ano, realiza-se em Lyon (França), por motivo de clandestinidade, o IIIº Congresso do Partido Comunista da Itália. Nele a Esquerda apresenta o que constituirá as *Teses de Lyon*.

Elas reafirmam o papel do partido comunista na revolução proletária, enfatizando que *a revolução não é uma questão de forma de organização*. Não é a forma partido que está sendo privilegiada, em nome de um fetichismo qualquer, mas seu *conteúdo dinâmico* que é o *programa comunista*. É na força ou na fraqueza do programa que reside a possibilidade ou não da vitória da revolução e nunca na descoberta de uma forma milagrosa de organização que seria, por oposição ao partido, magicamente preservada dos riscos de corrupção e de degenerescência. Enquanto modo de ser do partido, o centralismo orgânico é nele reafirmado. As regras táticas do partido assim como suas relações com a doutrina são novamente afirmadas e desenvolvidas.

Finalmente as teses fazem uma espécie de balanço do período que finda, recordando o papel da Esquerda na direção do partido e fornecendo os elementos de crítica aos erros cometidos pela direção centrista que lhe sucedeu.

As teses terminam sobre as perspectivas de trabalho para o partido. Destaca-se o seguinte trecho:

“O partido deve preparar o proletariado para a retomada de sua atividade de classe e de luta conta o fascismo recorrendo às duras experiências empreendidas recentemente. Deve, simultaneamente, destruir todas as suas ilusões sobre o alcance das modificações da política burguesa ou sobre as possibilidades de auxílio oriundas das classes médias urbanas, utilizando-se das experiências do período liberal e democrático para evitar a renovação das ilusões pacifistas”.

Os limites das “Teses” são, portanto, os limites impostos pela própria história ao proletariado italiano e internacional. O curso foi invertido. No congresso Gramsci obteve 91% dos votos.

5.3.

“Após o congresso de Lyon em 1926, a Esquerda perde definitivamente a direção e a forte influência sobre o Partido Comunista na Itália. Em 1927, alguns camaradas fundam, em Pantin (perto de Paris – NDR), a fração da esquerda comunista no interior do Partido Comunista da Itália, publicando um jornal, Prometeo. Entram em conflito constante com os trotskistas, enquanto os elementos provenientes do KAPD e dos Tribunistas os recriminavam por não terem aprofundado como eles a crítica à revolução russa, isto é, por não terem ido até afirmar que a contrarrevolução era obra de Lenin, etc... (Note-se que a Esquerda só reconheceu o caráter capitalista – do ponto de vista econômico e político – da Rússia mais tarde: em 1933 – NDR). A Esquerda acentuou a impossibilidade de se criar um partido.

‘Em vez de uma rigorosa análise da situação para examinar se existem as condições para a fundação de novos órgãos, determina-se a priori a necessidade de criar a nova internacional. A partir da fórmula: a revolução é impossível sem partido comunista, chega-se à conclusão simplista que o novo partido deve ser imediatamente construído’ (Bilan, n ° 1, 1933)

Em 1935 constituiu-se a fração independente. Por ocasião da guerra da Espanha ela enfatizou inicialmente o aspecto altamente revolucionário deste movimento, denunciando posteriormente a transformação da luta em guerra imperialista. A Esquerda mantém firmemente seu antidemocratismo e sua recusa em participar na luta de defesa nacional, qualquer que seja o pretexto e, mais particularmente, em nome da defesa da URSS, enquanto que muitos trotskistas acabaram por entrar na resistência.

Nas publicações Prometeo e Bilan encontram-se algumas fraquezas decorrentes da não individualização clara e nítida da fase de recuo e do estudo do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Todavia, esta fração teve o mérito de defender corretamente os princípios fundamentais do comunismo, o que a impediu de cair na armadilha democrática ou naquela da criação do partido.

A força deste movimento residia na compreensão de que era preciso bater em retirada.” (Invariance, n ° 6, antiga série, Tese 1.3.8.)

5.4. A partir deste momento, o trabalho da Esquerda prosseguiu na emigração, sobretudo no plano da atividade teórica, necessária após qualquer derrota. Ou o proletariado é revolucionário ou ele nada é!

Isto significa que quando a contrarrevolução os derrota, os comunistas devem saber viver este recuo e interromper toda e qualquer atividade organizacional, a qual se torna então um entrave à necessária clarificação e ao *balanço* imposto por este período.

O principal dirigente da Esquerda, Bordiga (excluído do Partido Comunista em 1930, e sobre o qual é inútil jogar um véu de um anonimato hipócrita, eis porque citamos o seu nome), não participará de nenhuma atividade *pública* durante este período. Sem dúvida, é graças a esta

atitude que ele não foi arrastado no sinistro carnaval da contrarrevolução em que mesmo ex-grandes dirigentes revolucionários, como Trotsky, foram exibidos como palhaços.

Entretanto, se bem que o curso da contrarrevolução não tivesse sido completamente revertido, o Partido Comunista Internacionalista é constituído em 1943.

6. A Esquerda Comunista após a Guerra

As teses que seguem já apareceram na revista *Invariance* n° 6 (1969) – antiga série – no capítulo 1.5. Aqui elas se encontram recompostas e aumentadas. Nesse número, *Invariance* também forneceu outros elementos sobre a Esquerda, especialmente acerca da Rússia.

6.1. Embora o curso da contrarrevolução não tenha sido alterado em nada, como foi dito anteriormente, o Partido Comunista Internacionalista é fundado em 1943 por militantes da Esquerda que estavam em contato com elementos franceses e belgas desde o final da guerra.

O partido publica “Battaglia Comunista” e “Prometeo”. Este movimento nasceu impregnado de certo número de erros ligados à ideia segundo a qual era possível e necessário repetir aquilo que ocorrera no primeiro pós-guerra. Acreditava-se na emergência de uma fase revolucionária tal qual a de 1917 e, portanto, na possibilidade de intervenção do proletariado. Acrescia-se a isto a personalização da contrarrevolução na Rússia Soviética, a qual estaria conhecendo uma nova fase: o capitalismo de Estado, considerado como um estágio intermediário, particular, entre o modo de produção capitalista e o comunismo.

Existia, portanto, uma corrente significativa que não tinha rompido suas ligações com a IIIª Internacional e com suas polêmicas: esta corrente permaneceria no seu terreno, manifestando assim um desvio de tipo trotskysta, tão evidente que numa plataforma de 1944 encontrava-se o que segue:

“Nosso partido, que não subestima a influência dos outros partidos de tradição operária, bem como a importância desta influência sobre as massas, faz-se defensor da “frente única”, manifestação da unidade operária acima dos partidos, etc...”

6.2. Contudo, existia simultaneamente outra corrente que tinha realmente tirado as lições dos acontecimentos verificados desde 1928, para a qual a constituição do partido era prematura mas que considerava necessária a preservação das poucas energias do proletariado, a fim de que não viessem a cair nas garras do imediatismo. Esta corrente aceitou o partido, um pouco como Engels reconhecera a fundação da IIª Internacional. Assim, Bordiga acreditava ser prematura e inútil qualquer atividade organizacional, mas redigia a rubrica “*Sul Filo del Tempo*”, considerando que era preciso preservar e manter intacta a herança do programa comunista.

6.3. As posições “imediatas” dessa corrente (defendidas nos “Fili”, assim como na maioria dos artigos de “Prometeo” – até 1952) , podem ser assim resumidas:

- *O fascismo ganhou a guerra.* Mesmo se os fascistas perderam-na. Os elementos surgidos com o fascismo: intervenção crescente do Estado, centralização política correspondente à centralização e à concentração econômica, totalitarismo crescente do capital, etc., generalizam-se após a guerra. Apesar dessa corrente ter sido a única a colocar corretamente em evidência o fato de que o fascismo correspondia ao curso do capital previsto pela teoria, não sendo nenhum “acidente” no curso da história, nem uma recaída na barbárie, ela não conseguiu ligar diretamente aquilo que ela chamava de “fase imperialista e fascista” ao processo de extorsão da mais-valia relativa, preferindo insistir na concentração e centralização do capital (que são, na verdade, consequências do processo de valorização/desvalorização do capital). Sobre esta questão, não tinha havido também um rompimento total dessa corrente com o leninismo e a IIIª Internacional.

- *Não há uma 3^a guerra mundial iminente.* Tal era a previsão, por exemplo, de “Socialismo ou Barbárie”, sendo inclusive nesta perspectiva que ocorreram várias cisões no trotskismo (“Socialisme ou Barbarie” – SouB - na França, “International Socialism” na Grã-Bretanha), por ocasião da guerra da Coreia, sobre o problema do auxílio à URSS em caso de conflito armado. Na realidade, a guerra fria é apenas uma forma de terror branco, destinada a disciplinar o proletariado mundial.

- *A URSS é pacifista e os EUA belicistas.*

- O movimento proletário deve acabar com todas as escórias do passado, *ele deve acabar com a democracia.*

- *Luta contra o novo revisionismo que semeia a dívida!* Para este, o proletariado não poderia mais cumprir SOZINHO sua missão revolucionária (última manifestação do passivo da teoria da frente única e, depois, das frentes populares).

6.4. A oposição entre as duas correntes só poderia ampliar-se. O ponto de ruptura foi constituído pela Rússia e pela questão sindical (mais precisamente, a ligação do partido com a classe e as possibilidades de intervenção deste na situação imediata).

A primeira tendência (dirigida por O. Damen, antigo dirigente do PC da Itália e membro da esquerda nos anos 20), considerava os sindicatos integrados no Estado capitalista e como ilusórias as tentativas de reconquista deles.

Para esta tendência “ativista”, era preciso:

- a) Organizar “grupos comunistas de fábrica”.
- b) Participar de todas as lutas cuja origem fosse a exploração dos operários.
- c) Denunciar o papel dos sindicatos e, neste sentido, participar nas eleições dos organismos sindicais e das comissões internas de fábrica.

A tendência Damen, influenciada pela ideologia reinante e especialmente por SouB, chegava a teorizar que na Rússia ocorriam novos fenômenos que impunham uma revisão da teoria. A Rússia teria sido um Estado capitalista de uma nova forma, cuja burocracia teria sido a classe dominante. Ainda segundo esta corrente, o estalinismo teria sido outra coisa do que o antigo oportunismo. Ela criticava ainda os papéis respectivos de URSS e dos EUA (assim como SouB, os damenistas acreditavam na iminência de uma terceira guerra mundial, que colocaria frente a frente URSS e EUA.) A fórmula “ditadura do partido” era recusada.

A outra tendência Bordiga condenava qualquer ativismo, o que implicava em:

- a) Abandonar o trabalho dos grupos comunistas de fábrica.
- b) Recusar a participação dos movimentos dirigidos pelos estalinistas.
- c) Recusar qualquer participação nas eleições sindicais ou nas comissões internas de fábrica.
- d) No plano mais geral, renúncia à atividade organizacional, centrar a prática na atividade teórica, a fim de facilitar a retomada quando o proletariado estiver em condições de re-formalizar o partido comunista.

Note-se que entre os partidários de Bordiga verificava-se em 1948 certa hostilidade em relação aos sindicatos.

“O partido afirma que o sindicato atual é um órgão fundamental do Estado capitalista, que tem por objetivo aprisionar o proletariado no mecanismo produtivo da “coletividade nacional”. Esta característica de órgão estatal é imposta aos organismos sindicais e de massa do totalitarismo capitalista... Disto resulta que, qualquer que seja a forma revestida pelo sindicato: unitária ou resultante de uma eventual cisão; qualquer que seja sua etiqueta

(mesmo revolucionária, como no caso dos sindicatos constituídos pelos anarquistas ou pelos sindicalistas), o sindicato não pode ser, hoje, diferente daquilo que ele é, nem pode deixar de exercer uma função abertamente contrarrevolucionária que lhe é imposta pela sociedade capitalista. É por isso que se deve rejeitar categoricamente toda perspectiva de reerguimento do sindicato, toda tática que visa a “conquista” de seus órgãos centrais ou locais, toda participação na direção das comissões internas ou organismos sindicais em geral. No decorrer do seu ataque revolucionário, a classe operária deverá destruir o sindicato enquanto um dos mecanismos mais sensíveis à dominação de classe do capitalismo.” (“Battaglia Comunista” n° 19 – 10/6/1948)

No entanto, frente à pressão de Bordiga, estes elementos mostrar-se-ão, três anos mais tarde, favoráveis a uma intervenção no seio dos sindicatos e à sua reconquista (o que marca as insuficiências desta tendência, ou melhor, de Bordiga, em relação à superação da estratégia da IC e, portanto, do leninismo).

As condições históricas de recuo impediam uma superação dinâmica das divergências que desembocasse numa coesão. Uma separação tornou-se necessária, realizando-se em 1951.

6.5. Em 1951 efetua-se uma depuração na medida em que os resíduos da história anterior são eliminados. A cisão deu origem a dois componentes: Partito Comunista Internazionalista - Programma Comunista (Bordiga) e Partito Comunista Internazionalista - Battaglia Comunista (Damen). O movimento ancorado no primeiro (Bordiga) assume então um aspecto mais puro, mais verdadeiramente comunista. É aquela ruptura efetiva, eficaz, com a democracia, tal como houvera sido proclamada em Livorno, em 1921 (e no “Princípio Democrático” – 1922), mas que não pudera ser realizada por causa da própria Internacional Comunista. O princípio vital do partido não é mais o centralismo democrático, mas o centralismo orgânico. As teses de 1945 são retomadas e detalhadas nos seguintes pontos:

- *As lições da contrarrevolução:* a Rússia não ocupa o centro das preocupações nem é tampouco o centro da contrarrevolução. A doutrina comunista é tanto teoria da revolução como teoria da contrarrevolução, período durante o qual é necessário manter firme o leme na direção da revolução comunista. Aquela que já perdura desde 1928 não é a primeira contrarrevolução que os comunistas se defrontaram. Não há portanto margem para revisar a teoria. Em consequência, não pode haver uma polarização sobre um pretenso “enigma russo”, como fez SouB na França).

- *O estalinismo apenas realiza o conteúdo da social-democracia.* Assim como o fascismo apenas realiza o liberalismo, pois nem um nem outro constituem fenômenos novos.

- *Condenação do ativismo e explicação da inversão da praxis.* Isto é, o momento no qual se inverte a atividade humana. A consciência sempre sucede à ação. Só quando a classe constitui-se em partido é que a ação é subordinada aos atos de consciência e de vontade prévios. Descrever a inversão da praxis significa, portanto, ligar-se diretamente à revolução futura e definir o momento no qual o proletariado se constituirá em partido, isto é, quando de classe frente ao capital ele se tornará classe em si e para si, livre na sua ação.

- *Apreciação das revoluções anticoloniais como fenômenos positivos,* mesmo que não sejam proletários e desembocuem no triunfo de revoluções burguesas.

- *Luta contra o revisionismo e a dúvida;* refutação da opinião segundo a qual possa existir uma nova classe (inicialmente na Rússia e, a seguir, no mundo inteiro), a burocracia; denúncia do perigo representado por certos grupos que defendem as posições de SouB, não para o momento imediato, mas para o futuro pois defendem posições que tendem, definitivamente, a negar a importância da intervenção do partido político no desenrolar da revolução.

6.6. O componente da cisão agrupado em torno de Bordiga pôde assim resistir, graças a um esforço teórico intenso e à criação de certa maneira, de um cordão sanitário em sua volta.

O “cordão sanitário” é uma prática que consiste em preferir um isolamento teórico fecundo a um inchaço numérico a qualquer preço, o qual – conforme prova a experiência – sempre acaba por ser pago com uma renúncia às posições de classe. Marx e Engels, por seu lado, estabeleceram este cordão sanitário cada vez que julgaram-no necessário e acabaram por servir muito melhor à classe dedicando-se a seus trabalhos críticos, do que deixando-se arrastar no turbilhão da agitação e da tagarelice democrática. Alguns epígonos da Esquerda teorizam atualmente o cordão sanitário num sentido anarquista. Temem o contato com a realidade e com a corrupção que esta acarreta, revelando, portanto, que nada compreenderam da reificação inerente ao modo de produção capitalista, que não é nenhum fenômeno moral ou ideológico, pelo contrário, é um fenômeno material. Por sua vez Marx afirmava que não se pode escapar da lama na sociedade burguesa, pois este é seu verdadeiro lugar. Deixemos aos anarquistas, mesmo que camuflados como discípulos da Esquerda, o cuidado de preservar suas caras pessoas do contato poluente da sociedade burguesa e das ideias produzidas por ela. Do nosso lado, sabemos que será necessário travar uma batalha de *corpo-a-corpo* para esmagar a velha besta.

O pequeno grupamento preparou assim a transmissão da experiência revolucionária às gerações jovens, para a formalização do verdadeiro partido de classe em escala mundial. De certa forma, este grupo podia ser considerado um partido (no sentido histórico do termo), pois expressava a situação na qual encontrava-se a classe operária: derrota no plano político, mas vitória total no plano programático. Sua forma reduzida no plano organizacional, mas extraordinariamente vigorosa no plano teórico lhe era imposta pelas próprias coordenadas da luta das classes, totalmente contrárias ao desenvolvimento extensivo do movimento. Este grupamento vivia plenamente consciente de que a revolução ainda estava distante.

6.7. O XX ° Congresso do PC russo e o 40 ° aniversário da revolução de outubro constituíram a ocasião para que fossem detalhadas as perspectivas da futura crise (cf. “O Diálogo com os mortos”). Os trabalhos de Bordiga levavam à previsão de uma crise dentre-guerras semelhante à de 1929 para 1965, que não pouparia a Rússia, prevendo a alternativa *revolução comunista ou guerra mundial para 1975*, o que coincidia simultaneamente com os trabalhos de economistas burgueses americanos e com as colocações de Trotsky que dizia, em 1926 (vide tese 5.2), que a URSS poderia resistir 50 anos antes de reintegrar-se ao mercado capitalista.

As fontes norte-americanas eram de um relatório do “New York Research Institute”, a respeito do qual o “Diálogo com os Mortos” enfatiza que:

“Neste relatório que merece nossa atenção, um aspecto chocou-nos: é que sua perspectiva coincide com a nossa no que tange a duração da paz, estimada em cerca de vinte anos. A partir de cálculos sobre o volume de matérias primas disponíveis nos dois lados, e sobre a importância da industrialização a ser realizada nas zonas subdesenvolvidas, o relatório admite, com efeito, que a dupla acumulação capitalista dos EUA e da URSS certamente encontrará mercados durante vinte anos ainda. Quem vencerá em 1975, a guerra ou a revolução? Até lá, a luta teórica terá decidido entre a economia da *explosão* e a do *bem-estar* crescente. Todavia, os dois adversários *progressistas* que se alinham para o desafio combatem do ponto de vista teórico do mesmo lado”.

Alguns elementos da Esquerda pararam aí, sem procurar compreender e estudar como a previsão poderia verificar-se na realidade. Na medida em que se optou pela impaciência e pela rapidez para confirmar a previsão, esta assumiu, portanto, definitivamente um aspecto negativo. Polarizaram-se sobre a Rússia à espreita da suma confissão: o reconhecimento do modo de produção capitalista na Rússia por parte de seus próprios dirigentes.

“Entre o terremoto do XX° Congresso e as declarações que amanhã a realidade histórica imporá inevitavelmente, a ligação aparecerá claramente àqueles que, com audácia inaudita atiram às traças os sagrados ensinamentos de seu mestre Stalin, suas obras completas, o meio-milhão de cópias da nova economia que tinha substituído a de Marx e de Lenin.

Caminhamos para o congresso da confissão. A força dos fatos é uma força física que se impõe aos homens, mesmo quando ela se apresenta como força de uma teoria. Se estes podem trapacear com a teoria durante épocas inteiras, eles são finalmente constrangidos a inclinarem-se diante dela.

Virá o momento em que eles deverão confessar que a estrutura da economia e da sociedade russa é capitalista, e este será o momento decisivo. A economia pseudocientífica de Stalin perturbaria então a manobra, pois, para salvar a estabilidade do poder do Estado, seria útil retirar do marxismo autêntico a prova deste fato, sustentando que era uma necessidade histórica. Será então cômodo recordar que Trotsky, Zinoviev e tantos outros nunca haviam deixado de afirmar tal coisa, até que se abatesse sobre eles a repressão de 1926, mas será incômodo ter pretendido que eram declarações mentirosas de agentes secretos do capital”. (“Diálogo com os Mortos”)

No entanto, nem a confissão nem a reabilitação de Trotsky, etc., ocorreram, mas ninguém se preocupou em tirar as devidas consequências. Aliás, era completamente incoerente esperar tal confissão, quando já fora dito anteriormente, e de forma bastante correta, que a burguesia pilha a teoria proletária por ser incapaz de refutá-la.

Em primeiro lugar, portanto, a burguesia jamais abandonará de si mesma esta arma misticadora. Em segundo lugar, se a burguesia pilha a teoria proletária, ela o faz *sem compreendê-la*: ela não possui uma consciência das diferenças entre modo de produção capitalista e comunismo. Ela é, portanto, incapaz de buscar no “marxismo autêntico” (pela simples razão de que este lhe é incompreensível) a certeza de que, após 1926, a Rússia só poderia seguir um curso capitalista. Cabe aos comunistas definir isto, e somente eles podem fazê-lo.

Para alguns, esta solução aportada ao “enigma russo” pelos próprios russos, eliminava o derradeiro obstáculo à restauração da doutrina. Isto constituía uma incompreensão da posição do pós-45: a URSS não é nem um fenômeno novo que impõe uma revisão da teoria, nem o centro da contrarrevolução.

O esforço teórico foi considerado encerrado, devendo-se partir então para a prática.. Ora, abstratamente, é possível conceber que, para um determinado grupo de homens, exista a realização de uma restauração. Mas, será que isso significa então que seja possível retomar-se uma atividade externa efetiva? Isto constitui puro esquematismo, metafísica. A possibilidade de intervenção não depende unicamente de uma restauração teórica, mas também e fundamentalmente, de profundos abalos que subvertem toda a sociedade. É por isso que cabe perguntar em que medida um tal movimento - no seu conjunto – poderia ter integrado uma “teoria restaurada”, quando ignorava que as condições de intervenção no movimento dependem de fatores externos à sua vontade. Na verdade, a obra de restauração encontrava-se apenas no seu início e foi rapidamente abandonada.

6.8. Um elemento essencial na decomposição do movimento foi a fraqueza crítica. No texto “Diálogo com os Mortos” (1957) encontrava-se escrito: “Durante os vinte anos que nos resta suportar, a produção industrial e o comércio mundial conhecerão uma crise que terá a dimensão da crise americana de 1929 –32, mas que desta vez não poupará o capitalismo russo”.

Oito anos após a previsão, mais ou menos na metade da distância histórica que separava da crise que poderia desencadear a terceira guerra mundial ou a revolução comunista, não havia nenhuma manifestação de uma crise entre as duas guerras que permitisse a formação dos primeiros núcleos do partido de classe. No entanto – salvo raras exceções – não houve esforços teóricos para tratar a não verificação desta previsão. Agiu-se como se nada tivesse acontecido, como se a crise tivesse sido simplesmente adiada. Na realidade, ocorria uma ruptura na previsão e teria sido necessário enfrentá-la, em vez de ficar citando falando a qualquer momento da crise do capital, de sua agonia, etc..., clássicas ladainhas do trotskismo.

Isso se aplica aos diversos movimentos emergidos da cisão de 1966 no interior da Esquerda (ver adiante teses 6.11 e 6.12 adiante). Desses movimentos, apenas a revista *Invariance* (1ª série, nº 1 a 7), embora bastante crítica em relação à previsão (como mostra o início desta tese que retoma parte da tese 1.5.8 do nº 6 de *Invariance* - 1969), pensava que a crise dentre duas guerras, prevista para 1965, tinha sido superada e mantinha assim mesmo a perspectiva de revolução ou guerra para 1975-1980, que sofreria a colisão da crise prevista para 1965 mas então adiada. Assim, nesse mesmo número, *Invariance* afirmava na tese 4.4.3.7:

“A crise dentre duas guerras foi englobada. Ela se colidirá com a outra, aquela prevista para 1975-1980.”

Outros descendentes da Esquerda saídos dessa cisão simplesmente transformam-se em falsários, dizendo, por exemplo, que a previsão jamais ocorreria (o fato de não ter ocorrido a alternativa revolução ou guerra em 1975 “não constituía um desmentido” da previsão de 1957). *Invariance* esforçou-se para tirar todas as consequências do fato de que a previsão de uma crise dentre duas guerras para 1965 não se realizou. Mas, ela não conseguiu, pois não havia se livrado completamente das insuficiências da Esquerda. Não se procedeu, portanto, nenhuma reavaliação da compreensão que a Esquerda tinha das crises.

A previsão da Esquerda baseava-se em um ciclo do capital de 10 anos, tal como se manifestou a partir de 1848 na Inglaterra. Assim, após o período de reconstrução de 1945-1955, ela previa, como vimos, que uma gravíssima crise, similar àquela americana de 1929 sacudiria o conjunto do mundo capitalista, inclusive a URSS, em 1965 (crise dentre duas guerras) abrindo um período de luta de classes que devia ou desembocar na revolução comunista com a crise de 1975, ou provocar a derrota definitiva do proletariado revolucionário com o desencadeamento da 3ª guerra mundial. Esta tese foi assim expressa – entre outros textos – no “Diálogo com os Mortos”:

“A progressão da produção capitalista mundial durante os dez anos do após guerra continua ainda por alguns anos. Chega, em seguida, a crise dentre duas guerras, análoga àquela que explodiu na América em 1929. Massacre social das classes médias e dos trabalhadores aburguesados. Retomada de um movimento mundial da classe operária que terá rejeitado todo aliado. Nova vitória das velhas teses. Partido Comunista único para todos os Estados do mundo. Ao fim de uma vintena de anos, a alternativa deste século difícil: terceira guerra dos monstros capitalistas, ou revolução comunista internacional. Apenas se a guerra não acontece é que os “emuladores” morrerão.”

O mesmo “Diálogo...” diz que:

“Trotsky falava a este respeito de 50 anos, o que nos conduz a 1976, data aproximada que previmos para a próxima grande crise do sistema capitalista.”

Assim, Bordiga mostrava que a perspectiva de Trotsky (por sinal bastante vaga) coincidia aproximadamente com a sua: 1975, revolução comunista ou guerra mundial.

Em lugar dos vencimentos que ritmaram a contrarrevolução: 1929 – crise; 1939 – segunda guerra mundial, tinha-se, portanto, a previsão dos seguintes vencimentos marcando o curso revolucionário a vir: 1965 – crise; 1975 – revolução comunista mundial. De fato, a Esquerda havia gravemente subestimado o profundo rejuvenescimento operado pelo capital através da 2ª guerra mundial e o enorme reforço de suas capacidades, que decorria desta regeneração. A contrarrevolução triunfante tornava possível o que é necessário para que o capital possa desabrochar-se plenamente na fase de submissão real: a dominação completa do proletariado pelo capital e o assenhoreamento deste sobre todos os setores da atividade social.

Eis aí, fundamentalmente, o sentido da orgia capitalista após 1945. Este aniquilamento é que permitiu a exploração desenfreada do proletariado, a integração irreversível dos sindicatos ao

capital, o inchaço desmesurado das classes médias, o desenvolvimento inaudito da ciência e da técnica e, evidentemente, da anarquia, do desperdício das forças produtivas.

Ora, como havia previsto Marx, a duração do ciclo do capital devia prosseguir encurtando-se.

“Até aqui, a duração periódica destes ciclos é de 10 ou 11 anos, mas não há nenhuma razão para considerar esta cifra como constante. Pelo contrário, devemos inferir das leis da produção capitalista, tais quais acabamos de desenvolver, que ela é variável e que o período dos ciclos reduzir-se-á gradualmente”. (Marx, “O Capital”, I, 7, XXV)

A partir da segunda guerra mundial, a duração do ciclo do capital e de suas crises intermediárias encurtou-se, passando de 10 para 6 anos (1951, 1957, 1963, 1969, 1975).

O ponto mais baixo da próxima crise que conhecerá o capital deverá, portanto, situar-se em 1981²³. Desse modo, em 1975, mesmo se o mundo capitalista fora ferido pela primeira grave crise do pós-guerra (seguindo-se àquelas de menor amplitude de 1969, 1963, etc...) seria necessário ser bastante tolo e ignorante para aí ver a crise catastrófica conduzindo à alternativa revolução comunista ou guerra mundial. Ora, somente as leis matemáticas do múltiplo comum, que fazem com que 3 ciclos de 10 anos sejam equivalentes a 5 ciclos de 6 anos explicam que 1975 coincidissem efetivamente com uma crise do modo de produção capitalista. Assim, 1975 não era a crise catastrófica tão esperada. Os fatos mostram, portanto, que não se podia permanecer nas simples críticas de Invariance sobre a previsão e que se deveria ir mais longe na crítica da Esquerda, na sua superação não num sentido modernista, mas no sentido ortodoxo voltando-se aos fundamentos da teoria revolucionária traída pela contrarrevolução e incompletamente restaurada pela Esquerda.

Quando um movimento qualquer tornar-se incapaz de perceber as discontinuidades é que ele abandonou a totalidade da teoria; sua degenerescência é inevitável. Foi o que ocorreu.

6.9. “Os fatos são teimosos”, como gostava de repetir Lenin, e os desejos dos elementos polarizados sobre a URSS não eram realizados. Estes trancaram-se em seu esquema e retornaram finalmente aos desvios combatidos anteriormente, denunciando a Rússia como o centro da contrarrevolução e, por extensão, os outros países que haviam se emancipado das metrópoles coloniais e diziam-se socialistas.

Para esses elementos, pareciam existir potencialidades revolucionárias que não estavam sendo aproveitadas, que não estavam sendo exploradas. Em suma, se o partido não exercia mais influência é porque encontrava-se simplesmente mal organizado. Donde um retorno a Lenin. Argumentando que este último tinha feito propaganda, em 1903, pela formação de um órgão central e pela criação de um partido mais centralizado e estruturado (havia então uma multidão de círculos e fazia-se necessário unificar as unidades existentes), acreditava-se que era preciso agir como Lenin. Mas as situações não eram as mesmas, pois se naquela época, dois anos antes de 1905, existiam verdadeiramente as bases materiais para uma tal estruturação, a mesma política nos anos 1960 originava-se de um puro voluntarismo. E com este todas as taras do leninismo – não confundir com Lenin – acabaram triunfando.

“O leninismo ou bolchevismo é a doutrina nascida e desenvolvida após a morte de Lenin. Todos os agrupamentos e teóricos russos contribuíram para sua edificação, seja Stalin, Zinoviev, Boukarin, Trotsky, etc. Ela consiste na fixação de um certo número de posições de Lenin, mas isto não permite que seja possível escrever a equação: Leninismo = teoria defendida por Lenin. Este considerava-se seguidor de Marx, restaurador da doutrina. É através da obra de restauração teórica da doutrina do proletariado que se deve apreciar a atividade de Lenin. Ela está diretamente ligada ao processo revolucionário do fim do

²³ Nota de Robin Goodfellow. Este texto foi escrito no final de 1980.

século XIX e do início do século XX. É somente quando a revolução afirma seu traspasse que ele reencontra realmente o próprio ser da doutrina (O Estado e a Revolução), senão ele sofreria todo o peso do retardo não apenas da Rússia, mas de toda a Ásia.

Lenin pôde apenas afirmar uma parte do marxismo correspondente a um momento dado da vida da classe: aquele no qual ela deve lutar nos flancos do capital contra as antigas formas sociais e no qual ela pode chegar até a derrubar o capital (dupla revolução). Mas não houve restauração integral, pois o movimento real, o seu substrato, foi destruído pela democracia no ocidente. Permanecer em Lenin é deter-se numa afirmação fundamental, mas unilateral da teoria do proletariado.

O leninismo é fundamentalmente a generalização do esquema russo à revolução ocidental. Ele contém a teorização do partido *deus-ex-machina* com a consciência vinda de fora, o culto da vontade e da manobra tática, o fetiche da organização com o culto do chefe, uma sofística à guisa de dialética que permite justificar qualquer coisa. Mais precisamente, que permite à direção do partido justificar-se. O leninismo leva o dualismo para o seio da classe e da doutrina até as últimas conseqüências e, neste sentido, ele é a expressão teórica perfeita da derrota proletária. Ora, a derrota é a própria fragmentação da classe.

O leninismo conserva o esquema internacional da revolução, mas de modo abstrato: ladainhas sobre o internacionalismo proletário. É um internacionalismo que se coloca simplesmente como negativo do nacionalismo. Ora, dada a preponderância da URSS no seio da IC, o conteúdo deste internacionalismo restringiu-se rapidamente à defesa da URSS. Chegou-se progressivamente à afirmação nacionalista.

O leninismo é o fundamento teórico do estalinismo. Este é uma afirmação nacional do primeiro. Ele é também o fundamento do trotskismo. Este último conserva a visão internacional, enxertando no leninismo a teoria da revolução permanente. De outra parte, estalinismo e trotskismo convergiram-se e se convergem sempre na defesa da URSS. Do mesmo modo que, no século passado, a totalidade das correntes do movimento operário, tirando alguns elementos que estavam em torno de Marx e Engels, convergiam sempre para proclamar a defesa da França, terra da liberdade!

Mesmo se na obra de Lenin não permanecem muitos elementos válidos para a revolução futura, ela se situa inteiramente em uma fase e em uma ótica realmente revolucionárias. Ela representa a superação real de uma situação histórica numa dada área geo-social. Em compensação, leninismo, trotskismo e estalinismo – nas suas diversas modalidades – são expressões da reabsorção da revolução proletária pelo meio capitalista circunvizinho. Eles não têm, portanto, nenhuma relação com a revolução proletária futura e devem, por conseguinte, ser proclamados contra-revolucionários.” (Invariance – n° 6 – antiga série – tese 2.5.17)

Estes elementos queriam, portanto, encontrar um outro modo de organização para favorecer a exportação da teoria. Mais precisamente, o partido foi considerado como um instrumento que poderia utilizar a democracia. A mistificação democrática triunfava no seio do partido.

A especificidade do partido pré-figuração da comunidade, do partido como *órgão*, era negada em proveito de uma concepção instrumentalista. A ideologia burguesa ressurgia fortemente no seio do movimento porque a teoria instrumentalista era tão somente uma variante do utilitarismo nascido no século XVIII. A diferença é que ela exprime que o essencial é o instrumento, a máquina e não mais o homem.

Ademais, colocar as questões do ponto de vista da organização significa ser vítima da ideologia reinante, da ideologia da fase de submissão real do trabalho ao capital: o fascismo, que só enxerga questões organizacionais, nunca de teoria.

6.10. No fundo, em um primeiro momento, quis-se forçar a realização da previsão. No entanto,

“O que é grave, é quando se fixa um prazo limite à história para confirmar as previsões da doutrina: o oportunismo jamais teve outra origem e nunca conduziu em outras bases suas campanhas de sofisticação, dentre as quais a mais pernicioso foi a do socialismo na Rússia”. (“Diálogo com os Mortos”)

A partir de 1962, em virtude da agitação operária iniciada em 1960 e aprofundada em 1962, o Partido Comunista Internacionalista acreditou ser possível fazer um órgão sindical: *Spartaco*. Esses movimentos eram apenas sintomas, mas não a crise. Mas isso não tinha importância, pois estava previsto que a crise iria chegar.

Mas quando não se começa mais ter um comportamento materialista, não voluntarista, a degenerescência é inevitável. A publicação desse jornal foi a primeira derrota teórica, pois significava o abandono da reivindicação de ligar em um todo indissolúvel a ação imediata (econômica) e a luta mediata (política). Significava reconhecer a divisão de classe, a aceitá-la e a teorizá-la. Ao contrário, o partido de amanhã deverá conduzir unitariamente todas as lutas e ter um órgão unitário de imprensa.

Em 1963 afundou-se um pouco mais, publicando na França *Le Proletaire*. O movimento abandonou suas posições originais e se nivelou ao movimento trotskista, com o qual passa a concorrer. Isso originou diversos artigos e reuniões públicas proclamando a morte do trotskismo, falando de sua autópsia, enquanto que tais manifestações eram a melhor prova do vigor deste último.

Tudo isso também evidenciava a insuficiência da tese da Esquerda sobre o sindicato, na medida em que não se encontravam claramente determinadas sua evolução, sua integração no Estado, assim como o comportamento dos proletários a seu respeito: a deserção.²⁴

6.11. Esse desvio não fez mais do que reforçar-se. De 1954 a 1966 foi a vez do assalto do fetichismo democrático (queria-se mesmo estruturar o movimento com a criação de “chefes”!), da dúvida revisionista. Esta última manifesta-se especialmente no abandono da perspectiva traçada em 1957. Isso não foi feito de maneira clara e precisa, mas através da afirmação pura e simples de novas perspectivas, e sem qualquer esforço teórico para ligá-las à anterior, no sentido de confirmá-la ou rejeitá-la. A China foi transformada em novo foco revolucionário, a Índia foi proclamada o barril de pólvora da Ásia, o mercado comum foi considerado realizado e as limitações nacionais foram consideradas superadas na Europa. Questionava-se, também, a importância das revoluções anticoloniais, negando-lhes toda manifestação revolucionária (no seu número 21 de outubro-dezembro de 1962, “Il Programma Comunista” publicou um artigo com o título: “A Revolução Argelina é uma Revolução?”), enquanto que nos anos anteriores havia-se saudado a imensa vaga revolucionária (mesmo sendo burguesa) dos países da Ásia e da África e estigmatizado a Europa mergulhada na estupidez democrática. Houve mesmo belas descobertas como esta aqui:

“O império americano é imenso, mas ainda mais vulnerável do que os velhos impérios coloniais que sobreviveram até a segunda guerra mundial. Ele somente se sustenta sobre a

²⁴ Nota de Robin Goodfellow. No final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, aprofundavam-se nossas dúvidas sobre a condenação histórica dos sindicatos a partir da já aludida falsa ruptura de 1914, em especial à ideia firmemente difundida na extrema-esquerda de um declínio geral da sindicalização, ao constatarmos a vaga maciça de sindicalização na Polónia (1980-1981) e na África do Sul (desde 1982), bem como os potentes movimentos sindicais em São Paulo (1978-1979) que arrebatavam um grande contingente de proletários das mãos de sindicatos “pelegos”. Não é, portanto, porque se verificava nos países mais desenvolvidos da Europa um refluxo na sindicalização que se reforçava a tese de que esta forma de organização do proletariado estaria historicamente condenada.

potência do capital e a força viva das armas, ao que se reduz sua política colonial e internacional.” (Programme Communiste, no 36)

Isto sem falar de descobertas como a da “proto-burguesia” ou da “renta usurária capitalista”!

Apesar de tudo, ocorreram algumas reações importantes: as notas para as teses sobre a questão da organização (1964), as teses de Nápoles (1965), as de Milão (1966), que recordaram como o partido tinha vivido desde 1951, como tinha se manifestado na realidade o centralismo orgânico. Infelizmente, a corrente era demasiado forte, arrastando tudo no seu caminho. A aceitação das teses foi meramente formal, pois na vida, na prática do movimento, o mecanismo não estava nem mesmo à altura do centralismo democrático tão denegrido: estava à altura de um movimento em decomposição. A cisão (1966) foi inevitável.

6.12. Em seu número 6, “Invariance” não chegou a ir realmente até o fim da crítica das implicações da constituição do Partido Comunista Internacionalista em 1943. Esta é considerada como prematura, em continuidade com a posição de Bordiga assumida desde a fundação do partido. Mas isto não bastava, era necessário afirmar que a própria *constituição de um partido formal numa fase de recuo* atesta uma fraqueza doutrinária. Já pudemos observar que esta última manifestou-se sob diferentes aspectos.

Embora não fosse o principal, era preciso inicialmente proceder claramente a crítica à IIIª Internacional enquanto fenômeno global. Ora, recriminar à IC apenas uma tática incorreta (embora com justa razão) não era somente prejudicial no plano da ação imediata, mas colocava em questão o ser do partido, pois pressupunha-se que a IC realizava corretamente este ser, quando na realidade tal não ocorria. Muitos fatos podem justificar que a crítica não foi efetuada no decorrer da grande luta que vai até 1928, mas este argumento não pode ser válido anos após, quando nada mais existe. A não ruptura com a ideologia leninista, com a concepção leninista da tática e da organização devia produzir inevitavelmente efeitos nefastos. Mas existiam ainda aspectos mais graves da fraqueza doutrinária.

Já vimos alguns deles: questão sindical, insuficiência na apreensão do movimento do capital (periodização), fraqueza da teoria das crises, restauração insuficiente da dialética contra os estragos do marxismo acadêmico, etc...²⁵

6.13. Todavia, a insuficiência na restauração programática poderia ter sido superada caso o movimento real tivesse fornecido as condições materiais para permitir a restauração com base nas posições de 1951, que exprimiam dentro de que limites o pequeno agrupamento podia ser um partido, expressando um certo momento da vida da classe. Para poder considerar-se um partido e continuar a sê-lo, isto é, para que não houvesse ruptura entre a organização atual e aquela que dirigirá a revolução de amanhã, era preciso que o partido fosse numericamente fraco e que agrupasse apenas os elementos totalmente persuadidos da validade da doutrina, não somente para todo o arco histórico passado, mas principalmente para aquele que virá. Ele persistirá na medida em que se mostrar apto a lutar contra o revisionismo. Este último não nasce após uma derrota sangrenta do proletariado, mas em pleno período de expansão deste (como na época da revogação das leis antissocialistas na Alemanha, por exemplo), em pleno período também de reforço do modo de produção capitalista, de tal forma que o objetivo parece afastar-se apesar do aumento crescente da capacidade de intervenção na sociedade. Donde a ideia de encontrar uma via mais rápida (provocar um curto-circuito na história): o objetivo não é nada, o movimento é tudo. A dúvida revisionista denunciada em 1945 triunfa em 1966. Pode-se resumir seu modo de

²⁵ Nota de Robin Goodfellow. Se é verdade que Invariance (nº 1-7 da antiga série) não conseguiu realizar completamente a crítica à IC, também é verdade que CouC, embora já estivesse em um nível qualitativo superior à Invariance em relação ao programa comunista, também não conseguiu realizar efetivamente a crítica à IC superando Invariance e, portanto, a Esquerda Comunista da Itália, em virtude de suas insuficiências em vários pontos já evocados nesta presente publicação.

afirmação na seguinte frase: a previsão não é nada, a organização é tudo. Reaparecia o mesmo erro de 1925, quando da bolchevização.

6.14. O frágil partido formal de 1951, frágil numericamente mas forte no plano programático sucumbia igualmente ao assalto revisionista. Talvez nunca um partido formal tivera uma expressão tão possante, durante tão longo período. Nunca uma tal resistência à contra-revolução fôra operada. Infelizmente, ele também sucumbiu resolvendo a questão que o minara desde o início e que ele aparentara superar: qual deve ser o modo de vida do partido? Resposta: que o agrupamento que defende o programa do partido na sua ampla acepção histórica – portanto, as linhas teóricas fundamentais bem como as grandes linhas da ação futura –, seja em um vasto movimento ou a reunião de alguns indivíduos, tenha um único e mesmo modo de vida: o *centralismo orgânico*; portanto, exclusão total de toda e qualquer ignominiosa referência à mistificação democrática.

Em outros termos, não deve haver distorção entre programa e tática, aquisição da Esquerda no decorrer do primeiro pós-guerra; assim como não deve haver distorção entre programa e princípio de organização: aquisição definitiva do segundo pós-guerra.

6.15. O revisionismo que arrastou o Partido Comunista Internacionalista foi, portanto, provocado pelo considerável fortalecimento do capital no período que segue o segundo pós-guerra, pelo seu rejuvenescimento. Por outro lado, as classes médias, produtos híbridos do capital, penetraram no partido, fazendo triunfar uma posição híbrida. Esta se manifestou sobretudo a respeito de sua organização. Isto era inevitável, pois, já que não se buscava mais nos fatos materiais a causa da ausência de ligações entre o partido e a classe, restava então recorrer aos princípios do movimento.

A contrarrevolução triunfava totalmente. O ser do partido era recolocado em questão, já que se negava o centralismo orgânico. As forças de tensão foram tais que conseguiram desintegrar o derradeiro núcleo que permanecia sobre as bases do programa.

6.16. Dois acontecimentos poderiam ter favorecido a passagem deste partido na sua acepção histórica para um partido formal eficiente:

1 ° - uma crise econômica, do gênero de 1929. Esta foi prevista para meados da década de 1960. Mas esta previsão resultava, como já mostramos, da ausência de restauração integral da teoria revolucionária, favorecendo assim o assalto revisionista. Teria sido necessário afirmar que o partido histórico ainda deveria viver longos e difíceis anos antes de o proletariado reformular-se em partido. Mas isto era impossível para aquele grupo. Mesmo “Invariance” estimava que a crise tivesse sido apenas sobrepujada e vivia na espera da chegada iminente da revolução (1975).

2 ° - a revolução anticolonial, provocando uma certa radicalização nas metrópoles capitalistas. O fenômeno ocorreu, mas sua envergadura era fraca, e, por outro lado, o partido abandonou demasiado rápido a justa interpretação destas revoluções, erguendo um obstáculo na ligação com elas.

Era preciso bater em retirada, como em 1852 quando da dissolução da Liga dos Comunistas, como em 1872, quando da transferência da AIT para Nova York, como em 1906 após a derrota da primeira revolução russa, ou ainda como em 1928, quando alguns elementos da Esquerda da Itália acreditaram que tudo estava acabado e que era necessário esperar outra vaga revolucionária. Bater em retirada significa retornar às posições fundamentais, àquelas de 1951, 1945, ir além da revolução russa aos próprios fundamentos do comunismo afirmados na obra de Marx e Engels.

6.17.

“O partido destruído peça por peça em trinta anos não se recompõe gota a gota feito um coquetel, conforme a arte burguesa de se drogar. Ele deve situar-se no fio de uma linha

única e sem ruptura de continuidade, que não se caracteriza pelo pensamento de um homem ou grupo de homens presentes “no mercado”, mas pela história coerente de uma sucessão de gerações. Mas, acima de tudo, ele não pode surgir desta nostalgia ilusória do sucesso que, longe de fundar-se na certeza doutrinária inabalável (que possuímos há um século) da realidade do curso revolucionário, apóia-se de maneira mesquinha na exploração subjetiva da incerteza e dos tropeços de outrem; isto seria um reles, estúpido e ilusório trajeto para um resultado histórico imenso!” (Prefácio ao “Diálogo com os Mortos”)

A ruptura da continuidade organizacional impõe um estudo teórico mais exaustivo, uma retidão ainda maior e um enraizamento mais profundo no passado, uma integração de todas as correntes que – mesmo parcialmente – defendem a teoria do proletariado.

Entretanto, esta ruptura deve permitir, ao mesmo tempo, que se rompa efetivamente com a IIIª Internacional, pois é impossível que o partido de amanhã possa formar-se apenas com base nas próprias teses dos dois primeiros congressos (aqueles que melhor representam a posição revolucionária integral).

6.18. O partido só pode reformular-se com a fusão de dois movimentos: o do retorno à totalidade da teoria do proletariado e aquele da unificação da classe. Desde 1914 o movimento proletário busca a unidade perdida. Alguns esperam reencontrá-la conquistando sindicatos, outros teorizando um sistema de conselhos de fábrica que escamotearia partido-direção-autoridade, etc... Todavia, a exigência de reafirmar-se a doutrina enquanto totalidade (quando de todos os lados tenta-se efetuar cortes, rupturas) só chegou a manifestar-se realmente no Partido Comunista Internacionalista, e finalmente em Invariance (somente nos 7 primeiros números da antiga série). Este movimento também acabou por naufragar. Portanto, é necessário retomar a obra unificadora acompanhando-se sempre, simultaneamente, o movimento real.

6.19. Não se cria um partido principalmente quando se está a grande distância histórica da vaga revolucionária. Ele será formalizado a partir do movimento de unificação da classe. Sua existência formal seria hoje um entrave na medida em que – dado o marasmo político – após certo tempo, ele tenderia a considerar-se um *deus ex-machina*, que tudo deve passar por suas mãos e ser dirigido por ele. E isto, justamente no momento em que ele é o menos reconhecido pelo movimento real. É preciso, ao contrário, mostrar como a tríplice exigência da unificação, da reaquisição da totalidade da doutrina e da formação da Comunidade humana (*Gemeinwesen*), implica obrigatoriamente na formalização do partido.

6.20. Um elemento fundamental para a reaquisição da doutrina é fornecida pela Esquerda Comunista da Itália. No entanto, outros elementos paralelos podem ser necessários: Tribunistas, KAPD, diversos movimentos que reivindicam os conselhos, Lukács²⁶, etc... O trabalho de unificação implica o recuso de anátemas. Mas esta unificação implica, simultaneamente, uma delimitação muito nítida, senão é uma unificação de qualquer coisa. Reunificar não é renegar os cismas (com a democracia em todas as suas formas, com o movimento anarquista, etc.). Ao contrário, graças às delimitações rigorosas é que o movimento de unificação pode realmente desembocar na formação de um ser unitário: a classe enquanto classe e, portanto, constituída em partido.

6.21. Mas a revolução, travestida e mistificada, reaparece, reemerge (lutas do proletariado negro dos EUA nos anos 1960; lutas na Grã-Bretanha e na Espanha; maio de 1968 na França; Itália em 1968; Polônia 1970, 1976, 1980; Brasil 1978-1979; África do Sul 1976, etc...). Tudo isso mostra que entramos em uma nova fase que conhecerá, com a irrupção da crise, o triunfo das posições comunistas.

²⁶ Nota de Robin Goodfellow. No seu início CouC igualmente herdou da “ultra-esquerda” concepções, na chamada “questão filosófica”, que se inspiram em uma tradição que remonta a Lukács (o da “História e Consciência de Classe”), o qual critica as posições de Engels na “Dialética da Natureza”. Ora, nossa trajetória no retorno a Marx e Engels demonstrou a validade das posições de Engels contra aquela crítica de Lukács.

Em dezembro de 1994, a maioria de camaradas dentre os militantes de Comunismo ou Civilização (CouC) concluiu uma reflexão conduzida por mais de dois anos decidindo parar a publicação da revista, vinte anos após sua constituição. Essa decisão corresponde ao profundo sentimento de que o ciclo aberto em 1976 havia terminado. Alguns camaradas de CouC não compartilharam dessa análise e suas explicações encontram-se no número 14 da *Revue Internationale du Mouvement Communiste* – Revista Internacional do Movimento Comunista (RIMC). Devemos aos nossos leitores e simpatizantes uma explicação e um histórico de nossa argumentação.

1. Às origens.

A constituição de CouC em 1976 inscreveu-se em um projeto preciso: fundamentar as posições gerais do movimento revolucionário atual sobre o “retorno a Marx”. Trata-se, sob esta fórmula, de reatar a tradição do socialismo científico, de tirar as lições da ação do partido para esclarecer os problemas de hoje e a atividade de amanhã. Nessa tarefa, a Esquerda Comunista da Itália foi considerada como a corrente que mais fielmente soube assegurar a continuidade do programa comunista desde a derrota da IIIª Internacional. O ponto de partida de CouC é tanto a restauração do programa comunista, como diz a Esquerda, quanto a compreensão das descontinuidades eventuais entre os séculos XIX e XX, nos planos político e tático.

No entanto, é necessário relembrar que:

a) “Fundamentar as posições gerais do movimento revolucionário” supõe um confronto teórico sem concessão com todos os desvios anunciados por esse movimento em geral e por alguns de seus componentes em particular (como por exemplo, a teoria da decadência, a análise das crises, etc.);

b) Os limites históricos da Esquerda foram imediatamente evidenciados (cf. CouC n° 1) em uma crítica que retomava, desenvolvendo-a, aquela iniciada pela revista *Invariance* (1966-1969). Deste ponto de vista, o Grupo Comunista Mundial, que havia anunciado formalmente uma vontade de “retorno a Marx”, não podia ser considerado como um quadro teórico adequado. A profunda distância entre as intenções anunciadas e os resultados do trabalho teórico desse grupo, assim como o seu funcionamento real próximo de uma seita, desconsiderava-o definitivamente para a tarefa. A revista *Comunismo ou Civilização* nasceu em seguida a uma cisão com tal grupo.

2. O ciclo de CouC.

A análise que fazemos hoje é que o trabalho de “retorno a Marx”, que foi fecundo, cumpriu sua finalidade, mas acabou desestabilizando o que pretendia estabelecer. Em outras palavras, introduziu-se uma distância crescente entre os resultados do aprofundamento do trabalho de “restauração teórica”, a partir de Marx, e as posições teóricas e políticas do início.

Em 1976, CouC herdou uma boa parte das posições próprias do meio revolucionário, para o qual a guerra de 1914 desencadeou mudanças econômicas e políticas tais que convinha superar a ação do movimento operário do “século XIX”. Um bom número de seitas do meio revolucionário no qual CouC se banha fazem dessas posições uma característica do comunismo revolucionário moderno. As “fronteiras de classe” do CCI são um bom exemplo desse ponto de vista. A própria *Invariance*, mesmo colocando-se como herdeira da Esquerda, não admitiu a integração dos sindicatos? Não julgou positivamente certos aspectos da Esquerda Alemã (cf. Nos 6 e 7 de sua primeira série)?

Na época, a atitude de CouC procurava no entanto compreender como o partido analisou a situação no século XIX, época em que o momento teórico-prático foi mais elevado, para também discernir o lado caduco. Entretanto, não é retomando pseudo-teorias como a da decadência que CouC pretendia cumprir essa tarefa, mas apoiando-se na obra científica de Marx e Engels.

O conceito de periodização em fase formal/fase real restaurado por *Invariance* particularmente abriu essa possibilidade. De fato, como primeiro passo na direção do retorno a Marx, CouC fala de fase de submissão formal e fase de submissão real do trabalho ao capital lá onde *Invariance* fala de dominação formal/real do capital. Mas tratava-se ainda de uma ruptura mais nas palavras do que nos conceitos.

Do seu lado, CouC igualmente merece críticas. É o caso da questão filosófica, em que suas concepções inspiram-se em uma tradição que remonta a Lukacs (o da “História e Consciência de Classe”) e que de modo geral figura na panóplia filosófica da “ultra-esquerda”.

Ainda restavam muitos aspectos a serem fundamentados. Esperando-os, CouC retomou o quadro de referência dado pelo nº 6 da primeira série de *Invariance* (1969). Este último não trata de todos os temas necessários para uma primeira delimitação. A redação das “Teses Complementares”, escritas no nº 1 de CouC em 1976 teve esse propósito. De um modo mais geral, CouC reivindicava a Esquerda Comunista da Itália, em continuidade a *Invariance*. CouC pretendeu encarnar o espírito verdadeiro, a essência, além da lengalenga formal e da degenerescência real dos representantes mais “oficiais”. Mas CouC prosseguiu a relativização da esquerda como relativizou a própria *Invariance*. O leque das divergências é grande quando se trata das concepções erradas de CouC, que têm muitas diferenças em relação à Esquerda, embora passe pelos fracassos evidentes desta última (por exemplo, a questão das crises ou do partido). Quanto ao próprio conceito de “invariância da teoria”, qualquer que seja sua validade, ele está lá para encurtar um debate que não se quer travar e mostrou a relação com a Esquerda da Itália. Ele é, por si próprio, suficientemente forte para dar uma tonalidade e uma visão geral das respostas que CouC poderia dar sobre tal ou qual tema e, portanto, ao mesmo tempo, dispensa CouC de tomar posições sobre o que ele não queria ou não podia tratar.

Em um isolamento sectário esplêndido CouC empreende uma tarefa que vai surpreendê-lo: o retorno a Marx. Com efeito, são as posições iniciais de CouC que são rapidamente minadas antes de poder fundamentar quaisquer posições novas. A ideia de uma diferença de pensamento verdadeira entre Marx e Engels, frequentemente vendida nos meios de ultra-esquerda e estalinistas (por exemplo, Althusser faz dela um de seus cavalos de batalha), não tem qualquer fundamento. CouC capitula portanto na questão filosófica. Quando CouC avança em certos domínios é para melhor se apropriar e compreender o socialismo científico. Desde que põe pedras que não estejam na fundação desse edifício, segue-se rapidamente a ruína (por exemplo, a questão sindical). Duas séries de trabalhos desembocam em uma conclusão que cada vez mais se insinua em CouC e que torna caduco seu projeto original. Trata-se da periodização do capital e da história do movimento proletário.

O primeiro estudo mostra que as formas mais modernas do modo de produção capitalista estão presentes desde a primeira metade do século XIX. O segundo estudo divulga as posições de Marx e Engels sobre as questões essenciais do movimento operário, mas revela-se incapaz de mostrar sobre o quê se apoiariam as diferenças no período atual. Segue-se uma tendência a elidir, a transferir para mais tarde, a diferir, tanto as respostas como os problemas levantados. Todo movimento revolucionário (tratando-se da segunda ou da terceira internacional, ou de seus herdeiros, no caso presente o meio revolucionário) vive há mais de um século com a ideia de que o capitalismo contemporâneo transformou-se na virada do século e, com mais razão, com a guerra de 1914 que selou dramaticamente estas metamorfoses. CouC foi também herdeiro de tais pressupostos. O estudo do movimento operário, permanecendo nas bases do socialismo

científico, tinha por objetivo mostrar no quê consistiam as posições de Marx e Engels; mostrar no quê elas eram válidas à sua época e em que bases se podiam fundamentar as descontinuidades.

Esse último objetivo, mesmo que seja independente dos dois primeiros, jamais será atingido. E com razão! Como, paralelamente, a compreensão da periodização do capital torna cada vez mais evidente, tal corte não pode ser fundamentado na análise da base material da sociedade. Os conceitos de fase de submissão formal e de fase de submissão real do trabalho ao capital revelam-se conceitos científicos mais ricos para a compreensão do mundo moderno e pode-se facilmente demonstrar que não saímos da fase de submissão real do trabalho ao capital. Não obstante, o conceito de fase de submissão real não dispensa estudar a história e a fase real tem, ela própria, uma história.

Quando as distâncias ficaram muito gritantes, pudemos explicitar as mudanças de posição, por exemplo, na questão filosófica reafirmando a validade das posições de Engels na “Dialética da Natureza” contra a crítica de Lukács. Em compensação, é justo reconhecer aqui que muito frequentemente o debate e suas conclusões foram desviados, quer se tratasse da “questão sindical” ou da “questão nacional”, para citar apenas dois pontos. Mais exatamente, os fundamentos teóricos foram restaurados sem que as conclusões práticas tivessem sido sempre tiradas, o que não impedia que os que soubessem ler de tirá-las por si próprios (cf. a troca crítica com o CWO sobre as questões do valor em escala internacional em CouC nº 21 (Novembro de 1986, pp.42-46).

Vários anos de trabalho conduzem a essa direção que outros trabalhos verificam. Cada vez que andamos no sentido de Marx e Engels, progredimos; inversamente, cada erro de interpretação ou conclusão insuficientemente fundamentada tornou-se nossa confusão. Ora, não há apenas uma dimensão teórica interna a CouC. Ao mesmo tempo, a realidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista colocava certos problemas que confirmam, a cada vez, mil vezes a teoria de Marx, mas que colocavam em cheque as interpretações dos epígonos, quaisquer que tenham sido, isto é, todos os componentes do meio revolucionário atual. O despertar da história da Europa viria precipitar essa evolução tornando evidente a derrota da ideologia da ultra-esquerda e, de modo mais geral, do que é a marca do meio revolucionário quando se confunde todas as tendências. A reunificação democrática da Alemanha, a guerra dos Balcãs, a derrocada do “socialismo”, abriram abismos que são o túmulo destas ideologias. Ao contrário, elas sinalizam uma nova vitória irremediável do socialismo científico. O encontro de dois fenômenos: a reapropriação teórica realizada por CouC e o movimento da história real, desembocou na conclusão atual de que o ciclo iniciado em 1976 está fechado. Baseando-se nos resultados obtidos, é possível continuar um trabalho de apropriação e de desenvolvimento teórico das posições revolucionárias, livre da ambiguidade inicial e ainda mais resolutamente voltado à continuidade teórico-prática em relação à obra de Marx-Engels.

Ao mesmo tempo, nosso grau de ruptura com o meio revolucionário originário da IIIª internacional é cada vez maior. Todas as tentativas de provar uma descontinuidade nos fenômenos históricos, descontinuidade que justificaria modificações dos fundamentos teóricos elaborados por Marx e Engels, fracassaram. O trabalho teórico a ser feito é imenso. Trata-se de analisar um século de desenvolvimento histórico sem o recurso aos artefatos cômodos que se apresentaram no período pós-revolucionário (o dos anos 1920).

Para afirmar essa ruptura, é necessário mudar o nome e proclamar o fim de *Comunismo ou Civilização*.

3. Meio revolucionário e movimento real.

De certa maneira, dois elementos fundamentais caracterizam o meio revolucionário atual e de modo mais geral todas as correntes originárias da derrota da IIIª Internacional:

a) A ideia de que o modo de produção capitalista acabou seu percurso, o que se traduz por uma gama de explicações baseadas em uma periodização errada deste modo de produção (ascendência/decadência para os luxemburguistas como o CCI, fase imperialista para os leninistas e a Esquerda da Itália, capitalismo agonizante, podre, etc. em geral).

b) A ideia de que a derrota da III^a Internacional deveu-se exclusivamente a erros táticos e que o movimento deve romper com as antigas expressões (parlamentarismo, sindicatos, democracia, etc.).

Some-se a isso, de maneira mais geral, uma esclerose total da teoria e um desprezo constante do trabalho teórico, que se traduz para uns em sua negação pura e simples, e para outros no postulado de que a teoria revolucionária está fechada e definitivamente restaurada, bastando colocar no ponto uma nova tática. Ora, se a teoria comunista bem merece o nome de científica é porque ela permanece a única, contra todas as teorias e disciplinas da ciência burguesa, capaz de compreender o mundo na perspectiva de sua transformação revolucionária. Ainda falta querer e fornecer o esforço necessário.

A caricatura desse abandono da função revolucionária da teoria reside sem dúvida no CCI, que certamente compreendeu a função revolucionária ... do processamento de texto. Basta, sistematicamente, substituir “Etiópia” por “Ruanda” ou “ex-URSS” e de segui-la por “produto da decomposição do capitalismo”, para produzir à vontade *n* números de *Revolução Internacional*. Do potente instrumento de crítica da realidade que é a teoria comunista, não resta mais nada. Deste ponto de vista, lançado há muito tempo na órbita da repetição do mesmo, vítima de uma espécie de doença de Alzheimer da teoria revolucionária, o CCI é impermeável a toda análise mesmo pouco crítica da realidade, que ele somente vê através de seus óculos deformadores.

Entretanto, no seu conjunto o meio revolucionário não pode escapar à consciência de sua própria falência; falta-lhe simplesmente a lucidez e a coragem para tirar as conclusões necessárias.

Às vezes afloram dúvidas na imprensa do meio, mas que não são nada exploradas. Por exemplo, na sua edição N°13, de 1995, "CWO-Communist Workers Organisation" (Organização de Trabalhadores Comunistas) escreveu:

“Mesmo o capitalismo decadente, que destrói o planeta de inúmeras maneiras, pode produzir alguma coisa potencialmente positiva para a humanidade como um todo.”

Mas conclui imediatamente abaixo (com uma curiosa referência a eventuais protestos do CCI, como se tratasse de não contrariar este último):

“Não há dúvida alguma que estes camaradas (do CCI - NDR) negarão isso baseando-se no fato de que nada há de positivo no capitalismo do século XX. No entanto, como dissemos em “As bases materiais da guerra”, reconhecer que houve um crescimento econômico depois de 1914 não é dizer que o capitalismo hoje é historicamente progressista ...” (idem).

Dito de outro modo, o modo de produção capitalista continua a desenvolver as bases materiais do comunismo (ao exemplo, justo, do CWO sobre o desenvolvimento das telecomunicações, poder-se-ia acrescentar o fenômeno, bem mais geral, da diminuição do tempo de trabalho necessário, conforme as previsões de Marx), mas isso nada tem de progressista, nem de positivo para o proletariado. Entenda quem puder!

A propósito, justamente, do problema do tempo de trabalho, os *Cadernos do marxismo vivo* consagram André Gorz, sociólogo reacionário do qual já criticamos seus escritos na RIMC n° 4 como representante de um “novo utopismo”, em que se pode ver um “sinal dos tempos”. Ora, se a visão utópica, a de Fourier, de Owen, era realmente, sob uma forma ainda imatura, o sinal anunciador da verdadeira crítica da sociedade capitalista efetuada cientificamente por Marx e

Engels, as “proposições” dos Gorz e de outras correntes sindicais-humanistas são apenas uma enésima metamorfose de um reformismo dos mais crapulosos.

No mesmo artigo (intitulado “Qual Futuro?”), os *Cadernos* ressaltam muito justamente que “contrariamente ao que pretendem os teóricos do declínio das forças de produção, o capitalismo não para de se espalhar”, e saúdam como um fenômeno “revolucionário” (as aspas são dos *Cadernos*) a junção das áreas euro-americanas com a área dita do Terceiro-Mundo, no mesmo movimento de expansão das forças produtivas capitalistas. Todavia, não tiram daí conclusões quanto às perspectivas revolucionárias além de uma prudente adaptação que empurra a “formação de uma massa revolucionária” (Marx-Engels) e de um “partido resolutamente anticapitalista” (*Cadernos*) para “daqui a vários anos”. Ora, tal fenômeno condiciona igualmente a análise produzida por *Comunismo ou Civilização* e, notadamente, induz uma reflexão sobre a forma que deve assumir hoje a atividade revolucionária, exposta mais adiante no ponto 4.

Quanto ao *PCI-Programme Communiste*, ele se dedica a contorções sobre a previsão em seu número de maio de 1995. Retomando um estudo de economistas americanos, o que é realmente uma mania, o PCI não prevê risco de guerra mundial antes de 25 anos, i.e., em 2020. Isso parece plausível, pois a fase atual corresponde a um novo desdobramento das relações de força entre as grandes potências imperialistas e tal redistribuição tomará necessariamente tempo (indubitavelmente o de uma geração), antes de conduzir as contradições a um ponto tão agudo que recolocará a questão da guerra mundial e a da revolução comunista. Esperando por isso, é o próprio PCI que ostenta contradições insolúveis.

De um lado, com efeito, o PCI reconhece que é graças à seu dinamismo econômico e, notadamente o da Alemanha e do Japão, que o modo de produção capitalista (MPC) chega à perspectiva de uma partilha imperialista inevitável em escala mundial. Mas, por outro lado, afirma-se ter tido razão de ver na fórmula de Eisenhower, que prometia em 1954 “40 anos de paz fria”, a perspectiva “de um regime em putrefação, incapaz de não oferecer mais nada do que o prolongamento extenuante de sua crise e, no entanto, ainda bastante forte para pensar em poder permitir quarenta anos de agonia purulenta”. Eis, portanto, que muito ao contrário de uma agonia, o MPC soube mostrar sua vitalidade. Mas, o PCI afirma em 1995 ter tido razão nesse comentário de 1954, reconhecendo hoje que “o regime burguês fez a demonstração de sua capacidade de resistir à sua própria crise”. (p. 2)

Adiante o PCI afirma: “Agora não há mais possibilidade de uma expansão econômica consistente que beneficiaria (sic!) todos os países capitalistas, como era o caso há trinta ou quarenta anos” (p.3, sublinhado por nós). Portanto, há trinta ou quarenta anos o capital podia oferecer uma “expansão econômica consistente”, desde o próprio leito de sua “purulenta agonia”. Em lugar de provocar uma reviravolta na ciência, isso interessará certamente à psiquiatria ou à neurologia (sempre Alzheimer)!

Encontram-se as mesmas incoerências quando se trata da guerra. O PCI sublinha que “para o capitalismo internacional, apenas uma guerra mundial pode dar as condições de uma retomada em grande escala do ciclo produtivo” (p. 10). Em outras palavras, trata-se aí de uma perspectiva futura e de uma ameaça para o proletariado e a humanidade. Mas, algumas linhas adiante, pode-se ler o seguinte: “a derrocada da URSS, dando o pontapé de saída de uma nova partilha do mercado mundial, dá, ao mesmo tempo, uma séria baforada de oxigênio ao capitalismo mundial, um alongamento suplementar de um a dois decênios antes dos prazos fatais.” (p.11) Por conseguinte, o capitalismo mundial é capaz de obter sem guerra o que em outra ocasião ele não poderia realizar senão por intermédio da guerra mundial.

De fato, o PCI é incapaz de ir até o final de suas críticas que ele mesmo induz em sua própria teoria. De um lado, conservam-se os argumentos gastos sobre a crise permanente do capitalismo, sobre a previsão, etc. De outro lado, a própria realidade histórica força a formulação

de novos elementos, de dúvidas, mas estes são simplesmente justapostos à argumentação anterior, gerando assim essa inverossímil bagunça teórica.

De seu lado, *PI-Perspective Internationaliste* prossegue (cf. n° 28, maio de 1995) em grande parte uma derivação do que havíamos comentado em nosso número 22. A menção à *FECCI-Fraction Externe du Courant Communiste International* foi retirada, demonstrando assim uma inelutável evolução. No entanto, a PI também não esclarece suas posições, que parece fazer parte de um debate interno cujo detalhe não é exposto. Entre a rejeição pura e simples da perspectiva comunista, que parece tentar certos elementos nas filigranas e a reafirmação do programa comunista, mas mal compreendido, ainda mal liberados do passivo (teoria da decadência), resta à ex (?) FECCI um esforço a ser feito para se mostrar verdadeiramente revolucionária.

Mais recentemente, pôde-se observar interrogações em *Mouvement Communiste* sobre os limites da atividade revolucionária e mesmo uma inconstância na invariância que estupefaz os altivos guardiães do templo, os militantes do *Programme de la Société Communiste*.

Frequentemente ocorre a *Comunismo ou Civilização* avançar, de maneira subterrânea, o entendimento do movimento revolucionário. Pudemos notar que elementos importantes de “restauração” como, por exemplo, a periodização, a dialética do partido histórico e do partido formal, etc., sobre os quais particularmente temos insistido, “difundiram-se” no meio, no qual foram às vezes parcialmente retomados, não necessariamente com grande coerência. Ao mesmo tempo, esclareçamos: de maneira “subterrânea”, pois tal influência sempre ficou difusa, discreta, pois não temos como linha de conduta participar dos “debates” acalorados, conferências, etc., preferindo agir no plano exclusivo da defesa da teoria. Nossas contribuições raramente foram em algum lugar objeto de confrontos sérios (descartamos aqui o “trabalho” absurdo do *Groupe Communiste Mondial* e sua fixação paranoica em CouC).

O movimento revolucionário atual é, de fato, sempre menos capaz de conduzir bem as tarefas da época. Ele desempenhou, e continua desempenhando, um papel de difusão e de defesa das ideias gerais do comunismo revolucionário e internacionalista, mas é, a cada dia, menos capaz de um esforço teórico que de vários lados destruiria a casca ossificada e dissecada na qual ele aprisionou a teoria revolucionária. Em todos os seus componentes, portanto incluindo-nos, o meio igualmente sofreu as pauladas que a história lhe administrou. Uma parte do meio acabou soçobrando, outra se manteve, mas escorregando em concepções sempre mais fantasmagóricas. Pode-se, portanto, constatar objetivamente que o meio está exangue. Numerosas expressões fragmentárias dele desapareceram (*UP-Union Proletarienne, Alarme, l’Aube*, etc.), outras estão em crise ou mudas (*FECCI, FCI*), e outras que mantêm o essencial ao preço de uma degeneração considerável da reflexão, mesmo se o nível de partida já não fosse tão brilhante (*CCI, bordiguistas*). Além disso, certas cristalizações esperadas em outras áreas ao longo dos anos 1980 revelaram-se precárias (Argentina, Índia, Irã, Japão, etc.). De fato, o meio não elaborou nenhuma ferramenta para enfrentar a situação atual no plano teórico e não pode repisar velhas fórmulas sempre mais inadequadas. A única reação sã e única atitude realmente coerente é a nossa, que é a defesa incondicional do socialismo científico. Sem, portanto, renunciar a desempenhar um papel no e com o meio, sem dele modificar fundamentalmente a definição, devemos constatar que os fatos nos forçam a tomar uma distância ainda maior com o meio ou do que dele resta. Não renunciemos, por essa razão, à atitude que recusa o sectarismo e esforçamo-nos para avançar pontos comuns favorecendo a unidade das forças proletárias.

Sempre preocupados com o rigor revolucionário, com o respeito à teoria comunista concebida como totalidade, com o enfrentamento sem concessões a ideias recebidas e com os compromissos de onde vierem, e com tanto mais razão do movimento comunista, é que continuaremos nosso trabalho de militantes comunistas.

4. O futuro do trabalho revolucionário no ciclo da contrarrevolução.

Sempre sustentamos a posição segundo a qual, na fase de contrarrevolução, de nada adianta fingir que existe um partido revolucionário ou mesmo grupos revolucionários. Sempre afirmamos que CouC não era um grupo e não colocava como meta ser um polo de reagrupamento de revolucionários, mas uma expressão teórica do trabalho de “restauração” do programa comunista. Hoje, o próprio aprofundamento da contrarrevolução e sua duração excepcional obrigam efetivamente a reconsiderar a forma na qual se deve fazer a continuação da atividade, que, mais do que nunca, só pode se situar no terreno da teoria e somente aí.

O problema político colocado às gerações atuais do partido comunista no sentido histórico é duplo. De um lado, um grande esforço científico para reatar, do melhor modo possível, com a tradição do socialismo científico. De outro, um esforço de transmissão deste último que transcende as gerações existentes. Todos os fatores levam a pensar que a forma “livro”, contrariamente à forma “revista” (que exprimia uma adequação à natureza contrarrevolucionário do período), torna-se a mais apropriada para continuar nossa atividade. Essa atitude está de acordo com a de Marx e Engels que colocavam, para um período contrarrevolucionário menos sombrio do que o atual, a questão de uma passagem da forma revista à forma livro se as dificuldades perdurassem após a derrocada da revolução de 1848.

“No momento, o essencial é que tenhamos a possibilidade de editar seja uma revista trimestral na qual nos envolveremos diretamente e asseguraremos nossas posições frente às pessoas, sejam grandes obras, em que poderemos fazer a mesma coisa sem ter a necessidade de mencionar qualquer um desses hipócritas. Tanto uma solução como outra me convêm; ainda que me pareça que se a reação tenda a se reforçar, a primeira alternativa se apresentará menos segura no longo prazo e a segunda constituirá o único recurso sobre o qual deveremos nos contentar.” (Engels a Marx, 13 de Fevereiro de 1851)

Notemos aqui, todavia, que essa solução de retomada é considerada ao mesmo tempo em que a previsão de uma crise revolucionária era mantida para 1852. De outro lado, as “pessoas” e os “hipócritas” em questão são os membros da “emigração”, isto é do “meio revolucionário” no sentido atual, como mostra esta outra citação extraída de uma carta do mesmo período.

“Percebe-se, cada vez mais, que a emigração é uma instituição que transforma cada um em louco, estúpido ou canalha. Portanto, é necessário manter-se à distância e contentar-se em escrever com toda independência, desconsiderando totalmente o pretense partido revolucionário.” (Engels a Marx 12 de Fevereiro de 1851)

Desse modo, na primeira citação, a revista dirige-se ainda diretamente ao “meio” (para insultá-lo!) e o livro não.

O trabalho de defesa do programa comunista prosseguirá, portanto, nos anos vindouros, sob a forma da publicação de obras. Desde já 4 temas foram estabelecidos para publicação nos próximos anos. Tratar-se-á, de um lado, de reunir todos os materiais publicados durante 20 anos em CouC e que não estão mais acessíveis (em particular, justamente devido à forma revista). De outro lado, aperfeiçoar esses materiais confrontando-os com o rigor do comunismo científico. Os temas sobre os quais trabalharemos prioritariamente são os seguintes:

- O comunismo e o valor;
- A crítica da filosofia, da ciência e o louvor à dialética;
- História do movimento proletário;
- Questão do Estado e da democracia.

Por outro lado, existe um dever absoluto de conservação, difusão e defesa do patrimônio revolucionário. O esforço que o meio não tem feito de modo sistemático, já há anos, deve ser retomado. Saudamos a iniciativa da seção de *Scbio* que propõe digitalizar de maneira sistemática todos os textos da Esquerda. Sem perder-se na verborreia grandiloquente da burguesia e das mídias em relação, por exemplo, a um fenômeno como a Internet, é uma pena que o meio não se preocupe em investir mais nessa ferramenta que tem como grande mérito ser internacional.

Nossos trabalhos, conforme a regra que foi promulgada pela Esquerda, não serão assinados individualmente, pois são fruto de uma coletividade de trabalho anônima que se situa além das gerações. Também não assinaremos com um nome de partido ou de grupo, o que não teria qualquer sentido. Utilizaremos, para nos identificar claramente como militantes comunistas, o pseudônimo coletivo de Robin Goodfellow, a “velha toupeira” de Marx. Uma questão colocada é a de saber se editaríamos tais obras em editores burgueses ou se isso constituiria um obstáculo redibitório. De fato, consideramos que não há nenhuma objeção a fazer, certamente com a condição de conservar o controle total dos títulos, do conteúdo, dos prefácios, etc. Mas é pouco provável que quaisquer desses editores desejem nos publicar. Mas se isso acontecer faremos de muito bom gosto, pois asseguramos desse modo uma difusão coerente.

Sabemos que o caminho tomado é duro, longo e ingrato. Sabemos também que suscitará, no campo dos filisteus, incompreensões, sarcasmos, insultos e afirmações triunfantes. Não damos a mínima, pois esses filisteus já caíram no ridículo e se encontram em um impasse absoluto. Se ao contrário, para outros, a via que escolhemos for justa, sua participação será bem-vinda.

Robin Goodfellow, fevereiro de 1998.